

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ISADORA DUARTE DA SILVA

OS SENTIDOS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:

Análise de discurso em Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital

Porto Alegre

2017

ISADORA DUARTE DA SILVA

OS SENTIDOS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:
Análise de discurso em Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Dra. Thaís Helena Furtado

Porto Alegre

2017

ISADORA DUARTE DA SILVA
OS SENTIDOS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF:
Análise de discurso em Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Jornalismo.

Aprovado em:
BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Thaís Helena Furtado – UFRGS
Orientadora

Prof^a Dr^a Marcia Benetti Machado – UFRGS
Examinadora

Prof^a Dr^a Débora Thayane de Oliveira Lapa Gadret – Unisinos
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, como toda minha formação acadêmica, à minha avó – a vó Malvina, in memoriam. Fostes e permaneces sendo a minha referência de força, determinação e ternura.

À ela que, mesmo sem reconhecer as palavras, sempre incentivou os estudos dos filhos e netos e não mediu esforços para a realização dos sonhos dos seus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família que não mediu esforços para que eu pudesse estudar longe de casa e concluir o curso. Especialmente, à minha mãe, que apesar da distância sempre se fez presente e participativa ao longo desses cinco anos. Ao meu pai que sempre incentivou e apoiou os meus estudos. Eles acreditaram em mim até nos momentos em que nem eu mesma acreditava.

Agradeço também a todos os meus familiares que acompanharam toda a minha trajetória, torcendo por mim em cada etapa e vivendo os meus sonhos junto comigo.

Agradeço às minhas colegas de faculdade, pelas experiências compartilhadas e pela amizade construída. Aos amigos que entenderam os momentos de ausência e sempre estão dispostos a auxiliar nos meus projetos.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da AMANHÃ pela generosidade e paciência que têm ao me ensinarem diariamente. Com eles aprendo muito além do fazer jornalístico,

A todos os professores que contribuíram para a minha formação como jornalista. Em especial, à minha orientadora que me acompanhou nesta jornada de encerramento, a professora Thaís Furtado, por ser paciente e compreensiva durante todo esse processo. Agradeço pelo apoio e conhecimento compartilhado.

À UFRGS por me proporcionar acesso a conhecimento de qualidade e à uma educação pública.

A imprensa faz e desfaz um presidente

Fernando Lattman-Weltman

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os sentidos construídos nos discursos sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff em *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* nas edições históricas, imediatamente posteriores ao impedimento. A base teórica que sustenta este estudo divide-se em quatro linhas de pesquisa: jornalismo de revista, construção social do acontecimento, a relação entre jornalismo e política e o discurso jornalístico. Essa pesquisa tem como base metodológica a Análise de Discurso francesa. O trabalho apresenta ainda uma breve descrição das revistas escolhidas para o *corpus* e uma síntese cronológica dos principais fatos do processo de *impeachment* de Dilma. Os objetivos específicos dessa monografia são: 1) compreender as particularidades do jornalismo de revista; 2) estudar a articulação entre opinião e informação no jornalismo de revista; 3) refletir sobre o contrato de comunicação nas revistas semanais de informação geral; 4) entender a construção do jornalismo como discurso nesse acontecimento político-público; 5) perceber através do mapeamento dos sentidos as posições ideológicas de cada publicação sobre o acontecimento. Para análise foram selecionadas as capas, editoriais e reportagens das edições históricas. Entre as quatro publicações, foram selecionadas 215 Sequências Discursivas (SDs) e identificadas 11 Formações Discursivas, são elas: Golpe (FD1), Um processo legítimo (FD2), Acordão (FD3), Fim do PT (FD4), Combate à corrupção (FD5), Um processo dramático (FD6), Salvação para o Brasil (FD7), Um embate político (FD8), Teatro (FD9), Arruinação para o Brasil (FD10) e Clamor das ruas (FD11). Também são analisadas as finalidades estratégicas do discurso de cada revista. Os resultados refletem os posicionamentos das publicações. Enquanto *CartaCapital* manifesta-se contrária ao impedimento, entendendo que teria sido um golpe que acarretará na destruição do Brasil, *Veja*, *Época* e *IstoÉ* apresentam posições de defesa pelo *impeachment* por sua legitimidade e como solução para a salvação do Brasil.

Palavras-chave: Jornalismo de Revista; Acontecimento Político; Análise de Discurso; Impeachment; Dilma Rousseff.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Textos selecionados para análise	68
Quadro 2 – Sentidos que constituem cada Formação Discursiva	69
Figura 1 – Capa da edição histórica de <i>Veja</i>	73
Figura 2 – Capa da edição histórica de <i>Época</i>	79
Figura 3 – Capa da edição histórica de <i>IstoÉ</i>	86
Figura 4 – Capa da edição histórica de <i>CartaCapital</i>	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocorrência de Formações Discursivas	70
Tabela 2 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas por ordem decrescente	71
Tabela 3 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas em <i>Veja</i>	72
Tabela 4 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas em <i>Época</i> ...	79
Tabela 5 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas em <i>IstoÉ</i>	85
Tabela 6 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas em <i>CartaCapital</i>	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	JORNALISMO DE REVISTA	15
2.1	Para além do suporte: as particularidades do jornalismo de revista	15
2.2	O estilo revista e a relação com o leitor	22
2.3	A articulação entre opinião e informação nas revistas	26
2.4	As revistas semanais de informação	30
2.4.1	<i>Veja</i>	31
2.4.2	<i>Época</i>	32
2.4.3	<i>IstoÉ</i>	33
2.4.4	<i>CartaCapital</i>	34
3	JORNALISMO, ACONTECIMENTO E POLÍTICA	35
3.1	A constituição do acontecimento jornalístico	35
3.2	Da construção da notícia à construção social da realidade	39
3.3	De acontecimento público a espetáculo político-midiático	44
3.4	Jornalismo e política	49
3.5	O processo de <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff	53
4	O DISCURSO DO <i>IMPEACHMENT</i> NAS REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO GERAL	58
4.1	Metodologia: a análise de discurso	58
4.2	Jornalismo e discurso	62
4.3	Procedimentos metodológicos: identificando os sentidos	67
5	OS SENTIDOS DO DISCURSO SOBRE O <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF	72
5.1	<i>Veja</i>	72
5.1.1	<i>Capa</i>	72
5.1.2	<i>Editorial</i>	73
5.1.3	<i>Reportagens</i>	74
5.2	<i>Época</i>	78
5.2.1	<i>Capa</i>	79
5.2.2	<i>Editoriais</i>	80
5.2.3	<i>Reportagens</i>	81
5.3	<i>IstoÉ</i>	85
5.3.1	<i>Capa</i>	85

5.3.2 <i>Editorial</i>	86
5.3.3 <i>Reportagens</i>	87
5.4 <i>CartaCapital</i>	90
5.4.1 <i>Capa</i>	91
5.4.2 <i>Editorial</i>	91
5.4.3 <i>Reportagens</i>	91
5.5 Finalidades estratégicas	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	107

1 INTRODUÇÃO

Em 2016, o Brasil passou pelo segundo processo constitucional de destituição do mandato de um presidente da República – o *impeachment*. Sob a acusação de praticar pedaladas fiscais, a presidente Dilma Rousseff foi deposta. O processo, em meio a uma profunda crise política e econômica, ganhou os holofotes da mídia, tomando os noticiários e agendas do jornalismo, rotineiramente, desde sua autorização (dezembro de 2015) até o impedimento (agosto de 2016). Com essa extensa cobertura, o jornalismo produziu e reproduziu uma construção simbólica do acontecimento permeada de sentidos e significados.

Diante disso, esta pesquisa destina-se a analisar a cobertura do *impeachment* como acontecimento político nas revistas semanais de informação geral. O objetivo é analisar discursivamente a construção simbólica do acontecimento através de matérias jornalísticas em revistas de referência, entendendo o papel do jornalismo na construção social da realidade e sua atuação na significação dos acontecimentos.

Partindo dessas premissas, o problema de pesquisa a ser respondido por esse estudo é “Como o *impeachment* de Dilma Rousseff foi significado nos discursos das revistas semanais de informação geral?”. Desse modo, o objetivo geral desse trabalho é analisar como foram construídos os sentidos dos discursos da cobertura da votação final do *impeachment* de Dilma em *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* – as quatro revistas semanais de informação geral e circulação semanal. Como objetivos específicos, foram traçados: 1) compreender as particularidades do jornalismo de revista; 2) estudar a articulação entre opinião e informação no jornalismo de revista; 3) refletir sobre o contrato de comunicação nas revistas semanais de informação geral; 4) entender a construção do jornalismo como discurso nesse acontecimento político-público; 5) perceber através do mapeamento dos sentidos as posições ideológicas de cada publicação sobre o acontecimento.

O estudo é feito com base na análise das edições históricas das publicações, isto é, imediatamente posteriores à votação final do impedimento – edição 2.494 de *Veja*, edição 951 de *Época*, edição 3.943 de *IstoÉ* e edição 917 de *CartaCapital*. Como o espaço destinado para a cobertura do acontecimento não é homogêneo entre as revistas selecionadas, serão analisadas as capas, os editoriais e as reportagens diretamente relacionadas ao *impeachment* em cada publicação. Objetivando-se mapear os sentidos do discurso das publicações, esta pesquisa toma como base metodológica a Análise de Discurso francesa.

A escolha das revistas como objeto de pesquisa justifica-se pelas particularidades próprias do jornalismo de revista, que, diferente do jornalismo diário, é caracterizado pela maior profundidade das reportagens. Dessa forma, permite ao leitor que tenha elementos para interpretação e análise dos fatos, além da compreensão geral do acontecimento. É importante ponderar que as revistas detêm uma maior flexibilidade discursiva para articular elementos informativos e opinativos nas suas análises dos acontecimentos. As reportagens, além de informar, constroem um caráter valorativo aos acontecimentos.

Outro fator que justifica a escolha pelo suporte revista é que, por ser o *impeachment* um fato de significativa relevância nacional, de longa duração e com consequências para todos os âmbitos sociais, as edições estudadas, tornar-se-ão documentos históricos sobre o presente momento. Tanto pela reconstituição contextual dos acontecimentos através de coberturas ampliadas e analíticas, quanto pela extensa durabilidade do seu suporte. Assim, nota-se a importância de analisar a construção discursiva dessa narrativa para no momento de sua ressignificação histórica serem levados em conta os aspectos próprios do discurso das revistas e das diferenças nas orientações editoriais de cada uma. Este trabalho pretende contribuir com a reflexão sobre o tema pelo ponto de vista histórico e, igualmente, pelo ponto de vista sócio-político, já que busca auxiliar na compreensão das relações da imprensa com as esferas de poder. Assim, propõe-se, para além de contribuir com os saberes produzidos sobre suporte do jornalismo impresso, traçar as particularidades do jornalismo de revista com a importante e histórica cobertura do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

O presente estudo perpassa quatro linhas de pesquisa: o jornalismo de revista, a construção social do acontecimento, a relação entre jornalismo e política e o discurso jornalístico. É necessário abordar esses assuntos para poder discutir conceitos caros ao jornalismo e poder, posteriormente, analisá-los nas publicações selecionadas.

No segundo capítulo, tratamos do jornalismo de revista, buscando compreender as suas características e especificidades, principalmente das revistas de informação geral. Abordamos as diferenças entre o jornalismo de revista e o jornalismo diário, desde aspectos produtivos a conteúdo. Vemos também como é a linguagem e os elementos que constituem o projeto editorial das revistas, assim como seu relacionamento com o leitor. Sobre jornalismo de revista serão utilizadas as obras de Ali (2009), Benetti (2013), Casadei (2014), Furtado (2013), Mira (2003), Scalzo (2008) e Tavares e Schwaab (2013). Os estudos de Melo (2003) e Santos (2009) contribuíram também para o entendimento da forma como as revistas expressam

opinião. Ainda neste capítulo, descreveremos as principais características das revistas que compõem o objeto desta pesquisa.

Filiando-me à teoria do jornalismo como agente da construção social da realidade, o capítulo 3 dessa pesquisa aborda a perspectiva de construção simbólica e social do acontecimento, partindo da conceituação de acontecimento jornalístico. Para tal, serão utilizados os estudos de Rodrigues (1999), Alsina (2009), Charaudeau (2008), Franciscato (2005), Meditsch (2010), Traquina (2004) e Berger e Luckmann (2003). Buscamos compreender a lógica do acontecimento político e a espetacularização midiática desses fatos, utilizando principalmente as pesquisas de Weber (2011), Gadret e Porcello (2011) e Thompson (2002). Para estudar as relações de jornalismo, política e poder, baseou-se nos fundamentos teóricos de Traquina (2004), Martins (2005) e Seabra e Sousa (2006). Por fim, traçamos cronologicamente os principais fatos do processo de *impeachment* de Dilma.

Na sequência, no capítulo 4, aprofundamos a pesquisa nas teorias do Jornalismo como discurso, apropriando-se dos estudos de Benetti (2007), Berger (1996) e Charaudeau (2001/2008). Neste ponto, tratamos das particularidades do discurso jornalístico, que é dotado de capitais simbólicos para sua legitimação e embasado em um contrato de comunicação entre leitores e produtores da informação. A metodologia utilizada nesta pesquisa, a AD, é também definida no capítulo 4, a partir, principalmente, de Orlandi (1999). Por fim, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados neste estudo e detalhamos o processo de definição do *corpus* da pesquisa.

No capítulo 5, é realizada a análise desse trabalho. Optou-se por analisar os sentidos individualmente em cada publicação, dada as diferenças na posição e abordagem sobre o acontecimento. Por isso, cada subcapítulo corresponde a análise de sentidos na revista identificada. Na análise das quatro publicações, foram encontradas 215 Sequências Discursivas, sendo 35 SDs de *Veja*, 88 de *Época*, 50 de *IstoÉ* e 42 de *CartaCapital*. Nessas SDs foram encontradas onze Formações Discursivas, levando em conta os sentidos implícitos e explícitos ao texto, o contexto e o enquadramento do discurso. Também foram analisadas as estratégias de finalidade dessas publicações no discurso sobre o *impeachment*.

Nas considerações finais, é feita uma apreciação desse trabalho, buscando compreender, por meio dos sentidos identificados na análise, o posicionamento e as formações ideológicas de cada publicação sobre o *impeachment*.

2 JORNALISMO DE REVISTA

Neste capítulo, buscamos compreender as características e especificidades do jornalismo de revista, especialmente das revistas semanais de informação – objeto de estudo deste trabalho. Busca-se aqui apresentar conceitos de jornalismo de revista, abordando as diferenças desse para com o jornalismo impresso diário, desde aspectos produtivos a conteúdo. Para isso, analisaremos a linguagem e os elementos que constituem o texto e a reportagem em revista.

2.1 Para além do suporte: as particularidades do jornalismo de revista

A história das revistas impressas no Brasil remonta há 205 anos. As pesquisas apontam, segundo Tavares e Schwaab (2013), Scalzo (2008) e Mira (2003), o início dos periódicos no país em 1812 com a publicação de *As Variedades e Ensaios de Literatura*, em Salvador (BA). No último levantamento, acumulavam-se mais de 5,9 mil títulos em circulação, totalizando 412 milhões de exemplares por ano, conforme dados divulgados pela Associação Nacional dos Editores de Revista (ANER)¹.

As revistas construíram um lugar próprio distinto das demais mídias impressas e, conseqüentemente, uma singular produção de sentidos. Os autores consideram que as marcas próprias adquiridas pelas revistas ao longo da sua história indicam suas especificidades e a inserção em um contexto de referência na produção da informação. Tavares e Schwaab (2013) caracterizam a revista impressa como um produto jornalístico peculiar:

Falar de revista implica reconhecer um patrimônio de práticas, técnicas e linguagens, mas, também, a maturação de um tipo de jornalismo, possível pelo casamento entre um suporte e um fazer informativo de grande elaboração [...] (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 11).

Ao elencar as características das revistas, Benetti (2013) destaca, entre outros pontos, a sua periodicidade estendida, a segmentação por público e interesses, a durabilidade do suporte e a possibilidade de serem colecionáveis. Na conceituação, Benetti também a classifica como um repositório de temas contemporâneos com a articulação de diferentes estilos de textos, a contribuição para formação de opinião, reiteração de grandes temáticas e uma estética particular na combinação de imagem e textos. Pensando no jornalismo de revista como um discurso, a pesquisadora reitera a singularidade do fazer jornalístico em revista. Na sua leitura, “ele é um tipo bastante específico de discurso, que constrói sentidos sobre o mundo de forma lenta,

¹ Dados divulgados pela ANER, referentes ao ano de 2012. Disponível em <<http://www.aner.org.br/>>. Acesso em 04 de setembro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

reiterada, fragmentada e emocional.” (BENETTI, 2013, p. 45). Para a autora, o jornalismo de revista deve ser visto para além das particularidades materiais do produto revista e sim como um tipo de discurso que exhibe ao leitor a diversidade, complexidade e valor de interesse do mundo.

Ao se postar em uma banca de revista, o leitor tem uma visão panorâmica de seu próprio desconhecimento e aprende que ali está um lugar autorizado a lhe fornecer conhecimentos relativamente especializados quando precisar deles. O jornalismo de revista diz “eu existo para informar sobre qualquer assunto, pois contemplo todos os interesses humanos” (BENETTI, 2013, p. 50).

Ao definir o jornalismo de revista como um discurso e modo de conhecimento, Benetti conclui que, por ser complexo, diversificado e especializado, ele “[...] engendra olhares e percepções sobre o mundo, sobre si e sobre o outro, e é nessa articulação que reside seu amplo e fecundo poder” (BENETTI, 2013, p. 54).

Dialogando com o explicitado acima, Ali (2009) ressalta o papel das revistas como um meio que amplia o conhecimento do público, instiga a reflexão e fornece referências para a formação de opinião. A complexidade da função das publicações é traduzida pela autora:

Ajudam seus leitores a adquirir conhecimento e compreender os fatos que afetam sua vida; explicam o significado do que acontece no mundo; reforçam valores; ajudam as crianças a fazer a lição de casa; informam sobre alimentação e atividades físicas para os leitores viverem de maneira saudável; dão ideias para ter uma casa mais bonita; ajuda psicológica e autoconhecimento (ALI, 2009, p. 18).

Os jornais se propõem a apresentar um panorama sobre o que está acontecendo no mundo, já as revistas se apresentam ao leitor como detentoras de um saber especializado (BENETTI, 2013). As revistas, diferente dos jornais diários, apresentam um jornalismo próprio – com coberturas ampliadas e analíticas tanto de acontecimentos quanto na exploração de temas. As reportagens de fôlego, que não se limitam somente à informação, permitem ao leitor explorar um viés interpretativo do assunto, para além da informação pura e simples.

A vocação das revistas, conforme Scalzo (2008), não é noticiosa e sim prover educação, entretenimento, serviços utilitários e aprofundamento de assuntos: “elas cobrem funções mais complexas que a simples transmissão de notícias. Entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (SCALZO, 2008, p. 13). As revistas buscam um jornalismo mais analítico, menos factual. Dessa forma, armazenam informações mais substanciais e menos pontuais. A autora também enfatiza que cabe às revistas buscar notícias exclusivas, explorar os assuntos sobre novos ângulos, apostar em enfoques próprios e explicar os acontecimentos de forma diferente.

Segundo Casadei (2014), é o elemento interpretativo, presente na proposta editorial das revistas semanais de informação, que as diferenciam de outros tipos de jornalismo. Para a autora, essas publicações consolidaram-se, inclusive por sua vocação imagética, como o lugar por excelência da grande reportagem e do aprofundamento temático dos assuntos. Contextualizar os acontecimentos, tornando-os compreensíveis e coerentes, deixa de ser um projeto de conteúdo para também ser um projeto editorial das revistas, porque há jornais diários, televisão e rádio para cumprirem a função de conteúdo noticioso. Dadas as características dos demais meios de comunicação, o posicionamento das revistas passa para outra instância, a partir dos anos 1960, como elucida a autora: “[...] a sua função não é mais de captar o acontecimento em movimento, como nas revistas anteriores, mas sim, a de tentar articular um significado para um acontecimento que já está dado, que já aconteceu” (CASADEI, 2014, p. 239). Movimento acentuado pela popularização da internet e com os veículos utilizando-se dela para realizar a cobertura “*full time*”, ou seja, a atualização contínua do desenrolar dos acontecimentos.

O aprofundamento interpretativo coloca o acontecimento em um plano de observação articulando seu significado em relação ao atual contexto, com os imbricamentos de questões sociopolíticas e culturais. É uma maneira própria de dizer sobre a sociedade e com ela se relacionar. Tavares e Schwaab (2013) consideram que a revista se encontra na interseção entre mídia e sociedade, apresentando-se na dualidade entre estes dois polos, “é um produto jornalístico que convoca um certo arranjo ou organização para as operações jornalísticas que sobre ele operam” (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 33).

A revista detém uma condição material e discursiva específica que dialoga com o contexto do qual ela é parte constituinte e regida por um jogo particular entre produção, recepção e circulação.

[...] um tipo de jornalismo que emerge de um conjunto peculiar de condições de produção e recepção correspondentes a contextos espaçotemporais nos quais se apresentam e se formulam representações e mediações (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 28).

Essas condições de produção possibilitam ao repórter transitar pelas interligações de contextos, explorar novos ângulos e olhares acerca da realidade. As revistas devem funcionar também de forma a complementar a cobertura da imprensa diária não repetindo conteúdos e completando lacunas para interpretação da informação com análise e amplitude do contexto.

Ao estabelecer os atributos simbólicos das revistas, Schwaab (2013) afirma que elas não somente informam, como ofertam modos de conhecer e auxiliam os leitores a compreender

e orientar a atualidade. Como discurso, o jornalismo de revista promove mediações entre outros discursos, como o ambiental, político, econômico, científico e cotidiano. Ao analisar o discurso das revistas, Schwaab (2013) considera que também deve-se levar em conta como o discurso institucional das editoras atuam sobre o discurso das suas publicações. Em sua pesquisa, Schwaab (2013) identificou que as marcas discursivas dos editoriais podem ser localizadas também funcionando no interior das reportagens. O autor refere-se à uma extensa rede discursiva possibilitada pelo processo apurado de produção das publicações, contando com textos estruturados e coerentes, colunistas e design gráfico. “O movimento periódico das revistas mescla tempo e espaço e traz uma oferta discursiva que é historicamente condicionada, ideologicamente interpelada e imaginariamente identificada” (SCHWAAB, 2013, p. 68). Para o autor, as revistas estabelecem-se como lugares discursivos que oferecem o esclarecimento necessário sobre a atualidade.

O enquadramento dos temas e assuntos pelas revistas impressas também é abordado pelos autores quando analisam que esta mídia impressa detém um ar noticioso como observação do mundo em movimento. Esse olhar panorâmico prometido pelas revistas e o seu conteúdo diversificado – diferente dos jornais diários – contribuíram para a formação de uma identidade de produto e de fazer jornalístico de acordo com análise de Tavares e Schwaab (2013). As revistas também prezam pelo apuro estético com articulação entre texto e imagem, compondo esse caráter discursivo diferenciado.

Além disso, a formatação, o suporte, a periodicidade e a variedade dão tons distintos ao seu discurso com relação a outras mídias e interferem, da mesma forma, no como são produzidas, vistas e consumidas, articulando uma forma específica de representar o mundo e estar nele (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 33).

Ao abordarem o estilo magazine, os autores explicitam o estilo diferenciado das publicações pela articulação com elementos gráficos distintos – cores, tipografia, imagens, textura, diagramação - e um texto redondo². As revistas são um lugar privilegiado para as imagens, logo seu projeto gráfico destina um espaço significativo para elementos visuais.

A capa também se constitui como um importante elemento, expondo os aspectos formais e de conteúdo da publicação. Sobre a capa, Vaz e Trindade (2013) afirmam que, ao observá-la, o leitor entra em contato com os principais acontecimentos do mundo e com as temáticas em discussão na sociedade. Os pesquisadores compreendem a capa sob três

² Texto redondo, como explica Tavares (2013, p. 83), é “uma matéria que não falta nada para o leitor entender tudo o que existe em torno do assunto”.

concepções: um texto sobre o que se passa no mundo, potencialmente produtor de sentidos; intrinsecamente relacionada ao leitor, provocando-lhe emoções e tendo sentidos atribuídos por ele; e como um cartaz exposto no meio urbano, principalmente em bancas de revista. Vaz e Trindade (2013) destacam ainda a tendência da capa em ser monotemática, ser um canal de comunicação constante com o leitor e ser compreendida como um espaço onde a publicação explicita o seu discurso. “Cabe à capa, portanto, o papel de traduzir as intenções, o posicionamento e a identidade da revista” (VAZ; TRINDADE, 2013, p. 225).

Outra particularidade da revista é a sua temporalidade própria. Os autores definem dois tipos de tempo para as revistas impressas: de produção da notícia³ – que por não ser de periodicidade diária tem regime de produção alargado, possibilitando maior tempo para apuração e redação das reportagens –, e de duração da notícia – que pelo suporte de maior durabilidade permite que perdure por mais tempo e não seja tão perecível nas mãos do leitor.

A sua condição histórica deve-se ao suporte mais durável do que têm os jornais e pelo caráter discursivo de releitura do momento presente e que permite uma ressignificação. Desse modo, as notícias também se tornam um documento histórico, como pontuam Tavares e Schwaab (2013), refletindo a cultura da sociedade de determinado período – ao estampar em suas páginas as modas, personagens, hábitos e assuntos de seu tempo.

A questão do tempo singular do jornalismo de revistas é também abarcada por Furtado (2013) ao tratar da reportagem em revistas. De acordo com a pesquisadora, as notícias tratam do aqui e agora, do hoje imediato, já as reportagens atendem a um segundo momento de exploração mais a fundo das informações do fato ocorrido e tendem a afastar o fato do relato. Tendo em vista essa perspectiva, o tempo presente nessas duas formas discursivas⁴ não é o mesmo. Considerando que as publicações debruçam-se sobre o presente estendido, trabalhando com temas contemporâneos e não somente atuais, a autora defende que o veículo atenda-se a aprofundar os assuntos e acontecimentos através da reportagem.

A reportagem é a forma discursiva jornalística mais adequada para quem quer oferecer algo além da instantaneidade. É a partir da análise de causas, da contextualização e das consequências de um acontecimento que podemos compreender melhor os sentidos nele presentes (FURTADO, 2013, p.151).

³ Embora em revistas a forma discursiva central seja a reportagem, os autores utilizam o termo notícia, evidenciando as matérias noticiosas das revistas.

⁴ Furtado (2013) conceitua notícia e reportagem como formas discursivas, não como gêneros, cada uma com características próprias. A escolha da pesquisadora é embasada na premissa de que o jornalismo é um gênero discursivo (BENETTI, 2008).

Como afirma a autora, as reportagens devem responder ao “como” e “porquê” dos acontecimentos, centrando-se no aprofundamento dos temas, que em jornais diários logram espaço como informação noticiosa. Dessa forma, é determinada às reportagens a função de expor e explicar as causas, contexto e consequências dos acontecimentos. Por isso, a reportagem de revista exige mais pesquisa, mais fontes, opiniões contraditórias, mais tempo e maior planejamento. Além do aprofundamento amplo e analítico, por vezes as revistas detêm-se em reportagens que focam na especulação do futuro, cobrindo tendências e tentando prever o desfecho de determinados acontecimentos.

Furtado (2013) observa que as pautas das reportagens de revistas podem ser geradas por um acontecimento factual – que decorre em uma investigação sobre um acontecimento recente para se chegar a uma interpretação do fato – ou podem tratar de meta-acontecimentos – eventos acionados como “ganchos” para tratar de temas amplos. Os assuntos podem ser ou não atualizados por um acontecimento. A autora constata que em muitas vezes, nada acontece de realmente relevante para justificar a produção de uma reportagem, mas por ser um tema de longa duração e presente no cotidiano social é convocado a estar presente nas revistas.

Nesses casos, a pauta é baseada num gancho, mas o objetivo final da cobertura jornalística é falar de outra coisa, observam Benetti, Storch e Finatto (2011) ao afirmar que os meta-acontecimentos funcionam como um gancho ao possibilitar a abordagem de temas de longa duração⁵. Os pesquisadores compreendem o meta-acontecimento como:

[...] o evento que permite dizer algo que está além de si. O meta-acontecimento é vetorial: seu eixo de significação é longo e, por isso, transpõe a singularidade do fato relatado (BENETTI; STORCH; FINATTO, 2011, p.55).

Schwaab (2013) aborda o esforço das revistas em encaixar as novidades da atualidade nos seus modos temáticos, fazendo o tema acontecer em seu aspecto de atualidade. “A realidade e a atualidade são referentes não somente por elementos factuais, mas também por elementos temáticos. Para as revistas, há lógicas próprias de referência e de valor no que operam em seu dizer [...]” (SCHWAAB, 2013, p. 72). Dessa forma, suas reportagens passam a conferir um estatuto atual aos temas e a mostrar diferentes leituras para os assuntos.

As amplas temáticas são a base da estrutura do jornalismo de revista. Na análise de Schwaab (2013), a tematização é uma das marcas discursivas das revistas como forma de

⁵ Benetti, Storch e Finatto (2011), definem temas de longa-duração como aqueles que vão além da novidade pontual de um fato da semana, alcançando uma durabilidade que extrapola a periodicidade do veículo.

sustentar e organizar o dizer das publicações. Para o autor, no contexto de um projeto editorial, o tema torna-se uma abordagem obrigatória, para além de um acontecimento do mundo a ser observado e mapeado. O tom de tendência aos temas tratados serve também como ancoragem para a oferta do produto sob o mote de um projeto editorial.

[...] as revistas elevam seus temas ao patamar de uma celebração editorial, oferecendo amplas reportagens, números especiais, guias de indicadores e comportamento, fatores preponderantes para sublinhar que sua entrada nos universos temáticos não é apenas pautada por referentes factuais (SCHWAAB, 2013, p. 58).

A prática discursiva das revistas, ao ultrapassar uma ação em torno de factuais, eleva o “status” do tema ou acontecimento, concedendo um tom de emergência e reflexo da sociedade ao tratamento do assunto e colocando como indispensável ao cotidiano do leitor, como observa Schwaab:

O discurso jornalístico traz um efeito de recorte natural, lógico e possível sobre os temas que apresenta. Ao mesmo tempo merece atenção o fato de que sua abordagem nas páginas de uma revista reitera a relevância pública deste, que convertido em matéria jornalística, assume o efeito de indispensável ao cotidiano do leitor, uma vez que esse mesmo tema advém das próprias demandas contemporâneas, da vida social na condição de provedora do dizer das revistas e sua qualidade de abordagem importante, interpretativa e completa (SCHWAAB, 2013, p. 72).

Em outro trabalho juntamente com Tavares (2009), os autores (SCHWAAB; TAVARES, 2011) buscam explorar a atuação do tema no funcionamento do discurso jornalístico das revistas. Para eles, o tema articula uma rede de sentidos porque entrecruza aspectos culturais e sociais de uma realidade. E a revista, como suporte, é um lugar privilegiado para a manifestação temática no jornalismo.

Os pesquisadores defendem que, através dos temas, as publicações não somente abordam determinados conteúdos como também deles engendram outros olhares e percepções sobre a realidade. Assim, o tema torna-se um dinamizador de operações e significados.

[...] o tema pode ser visto como um elemento que opera sentidos, ou seja, que atua sobre o seu fazer e sobre sua materialidade. Mais que dizer sobre o mundo participa no como se diz, incidindo sobre práticas, conteúdos e formas (SCHWAAB; TAVARES, 2009, p. 182).

Tendo o tema como um eixo operador, as publicações tratam e observam a própria realidade sob o prisma temático, alterando o seu discurso e moldando os discursos que media. De acordo com os autores, essas implicações discursivas e editoriais da apropriação temática contribuem para a complexidade do jornalismo de revista e na constituição de uma estrutura com operações singulares.

2.2 O estilo revista e a relação com o leitor

Após compreender as características próprias das revistas como suporte, as diferenças entre jornalismo de revista dos jornais diários e entender do que elas tratam, buscando uma conceituação do que é jornalismo de revista, veremos a seguir como é o estilo das narrativas de revista e a forma de estrutura dos textos. Dessa forma, buscamos compreender as estratégias discursivas das publicações e como esses aspectos se constituem uma fórmula editorial.

Conforme já exposto, o jornalismo de revista tem um viés interpretativo. Às reportagens de revistas é atribuída a função de interpretar os acontecimentos, abordada por Casadei (2014). Dessa forma, a narrativa nasce da motivação de interpretar e significar um fato passado e embasa-se em códigos padrões de narração que se afirmam como estratégias de modulação do sensível e de semantização do acontecimento.

Segundo Casadei (2014), no jornalismo a forma de contar histórias está sujeita a padronizações ditadas por manuais de redação, regras de formato de texto, práticas de trabalho e expertises técnicas. São estratégias para que o estilo jornalístico se sobreponha ao estilo pessoal dos autores.

Ao analisar os procedimentos padrões de escrita dos títulos no decorrer da história do jornalismo de revistas no Brasil, Casadei (2014) aponta para a adoção de um sistema de códigos padrões de narração presentes nas revistas de informação desde o início da década de 1960 e que se mantém até os dias atuais. A autora parte da análise dos elementos narrativos utilizados pela revista *Veja*, que serviu de modelo para as publicações de informação geral que surgiram a partir dos anos 1970. Ela afirma que essas características seguem até hoje como índices de como uma boa história deve ser contada.

Embora eles já estivessem sendo delineados desde a década de 1960, é a partir dos anos 70 que podemos observar uma queda ainda maior da figura do repórter enquanto actante narrativo-testemunhal e o fortalecimento de outros códigos padrões de narração vinculados às provas impessoais de verdade que emergem no primeiro plano da narrativa (CASADEI, 2014, p. 226).

Ao discorrer sobre as formas de organização textual da reportagem em revistas contemporâneas, a pesquisadora salienta a ausência da experiência testemunhal do repórter no primeiro plano do relato para a adoção de uma voz impessoal que narra o acontecimento. De acordo com Casadei (2014), a função testemunhal é exercida por fontes variáveis de informação e vinculada à provas de verdade externas ao próprio acontecimento narrado.

[...] a maior parte das reportagens se estrutura pelo código impessoal e a função testemunhal é exercida prioritariamente pelas fontes-testemunhas. Da mesma forma, há a articulação de fontes não testemunhais no texto e a ênfase nas provas de verdade – notadamente através dos códigos da voz impessoal da ciência, numérico, analógico e documental (CASADEI, 2014, p. 235).

Dentre as características esboçadas pelas publicações, conforme os apontamentos de Casadei (2014), é cedido maior espaço na narrativa jornalística aos especialistas como fontes autorizadas a falar por deterem saber especializado em determinado campo de atuação. O especialista é vinculado a um aspecto coletivo, do grupo a qual a fonte pertence – é isso que garante a veracidade do seu relato. A ciência também é convocada a dar explicações acerca dos assuntos tratados, sendo acionada na maioria das reportagens para a contextualização e interpretação do acontecimento. Outro código padrão de narração é o prognóstico: as narrativas tentam traçar o futuro provável do acontecimento, esboçando sinais e sintomas de desdobramentos para determinar o seu sentido articulado com o passado e o presente. Como prova impessoal da verdade, para respaldar e legitimar as informações, são utilizados também nas narrativas documentos e registros oficiais que constituem o código documental.

Para Casadei (2014), os códigos padrões de narração expostos acima determinam estratégias discursivas limitando o que pode e não pode ser contado e a maneira como uma história deve ser contada, restringindo as possibilidades de argumentação e das técnicas retóricas utilizadas.

Habitualmente, segundo atribui Benetti (2013), é um discurso mais solto ou criativo. A contribuição da autora ao elencar as condições discursivas do jornalismo de revista como um discurso evidencia as características do dispositivo de autoridade e vínculo emocional. O efeito de autoridade é criado pelo posicionamento da revista de que está autorizada a falar, já que realizou um extenso trabalho de apuração e sabe identificar o que é novo e atual. Já o vínculo emocional é considerado pela sua estreita relação com o leitor. Nesse sentido, conforme a pesquisadora, as estratégias discursivas das revistas privilegiam os prazeres sensoriais dos leitores, com narrativas, imagens e textura do material que estimulam sensações ao explorar uma ontologia das emoções.

Ao elencar as estratégias discursivas, a autora destaca que, como é um texto mais fluido, os títulos permitem trocadilhos e jogos de linguagem, as ilustrações trazem humor, a sequência da leitura fornece diversão, as imagens carregam ambiguidades, o processo de leitura é sensorial e prazeroso. Essas estratégias são o que Scalzo (2008) aborda como “tempero a mais” ao explicar porque o texto de revista é diferente de todos os outros meios.

Além de conter informações de qualidade, exclusivas e bem apuradas, o texto de revista precisa de um tempero a mais. Diferente do leitor de jornal, o de revistas espera, além de receber a informação, recebê-la de forma prazerosa (SCALZO, 2008, p. 76).

O texto de revista permite maior liberdade e é menos engessado que em jornais diários. Nas revistas não há obrigatoriedade de obedecer ao *lead* ou a técnicas como a pirâmide invertida, podendo o texto começar, por exemplo, com a narração do fato ou a descrição do lugar que aconteceu. A sua linguagem consente com a riqueza de detalhes das narrativas, a humanização das histórias, apresentação dos personagens e descrições contendo cores, cheiros e sensações, conforme aponta Scalzo (2008). Para ela, o texto de revista deve também deixar o leitor feliz. O tom, muitas vezes, leva à intimidade e ao tratamento direto do leitor – chamando-o de “você”. A linguagem e o texto de revista obedecem também às regras estabelecidas na constituição do universo que envolve as publicações e os seus leitores.

A autora defende que todo o projeto editorial e econômico de uma publicação deve levar em conta em primeiro lugar o seu leitor. É ele, o leitor, quem define o que é uma revista.

Revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contato que estabelece, um fio invisível que une um grupo de pessoas e nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo (SCALZO, 2008, p. 12).

Em consonância com os apontamentos de Scalzo, para Mira (2003) o relacionamento com o leitor pelas editoras de revistas assume uma relação de consumo pela constituição de uma fórmula editorial para cada público específico. Essa estratégia é característica do processo de segmentação, com títulos destinados ao público por gênero, geração e classe social. A segmentação acompanha um fenômeno mundial em que o consumo tornou-se um lugar para construção de identidades, sejam coletivas ou individuais, onde nichos de leitores com características semelhantes compartilham as mesmas experiências.

Segundo a autora, “o leitor passa a ser visto como um consumidor em potencial e o editor torna-se um especialista em grupos de consumidores” (MIRA, 2003. p. 11). Com essa audiência seleta, Mira avalia que o desafio das revistas é acompanhar os interesses de seu público e evoluir conforme as suas mudanças, fato que explica a alta taxa de “mortalidade” de títulos. Por esse ponto de vista, a pesquisadora atenta para a adoção de modelos culturais que estabelecem comunicação com seu público levando em conta as condições de vida, hábitos culturais e práticas sociais próprios e que se alteram com a evolução da sociedade.

O que o fluxo internacional indica é que não são revistas idênticas entre si que se mundializam, nem mesmo fórmulas editoriais que valem para qualquer lugar do

mundo, mas modelos culturais que correspondem em cada país e num dado momento, a uma condição moderna vivenciada por certos segmentos de públicos (MIRA, 2003, p. 213).

Para Ali (2009), revista é relacionamento.

A revista, por sua natureza, tem um contrato implícito com o leitor, mais ou menos nos seguintes termos: “Prometo, que se você ler esta revista, edição após edição, encontrará à sua disposição o que é importante para você e do seu interesse, vai saber o que quer saber e até o que não sabia que você precisava (ALI, 2009, p. 32).

É comum a sensação de familiaridade dos leitores com suas revistas, eles se identificam com as seções, formato e estilo do texto. Segundo a autora, essa relação é renovada a cada edição. O conhecimento dos gostos, desejos e necessidades dos leitores é central na estratégia editorial das revistas e se faz presente na constituição de sua missão editorial. Com a articulação desses elementos, as revistas buscam proporcionar aos seus leitores uma fruição estética, emocional e prazerosa. Além de estabelecer com eles uma relação emocional e direta, acionando sentimentos de intimidade e amizade e inspirando lealdade e afeto.

Para fidelizar o leitor e fortalecer os vínculos com eles, Ali (2009) salienta que as revistas necessitam se adaptar às mudanças do público, de interesses e hábitos de consumo. Essa forma próxima e específica de se relacionar com o leitor é o que também contribui para a consolidação do produto revista na sociedade. Como afirmam Tavares e Schwaab (2013), o relacionamento com o público resulta em uma produção centrada no indivíduo. As revistas reconhecem os seus leitores, sabem para quem estão falando e moldam o seu discurso para esse público determinado.

Para Storch (2012), a configuração desse relacionamento entre leitor e revista baseia-se em um leitor imaginado. A formação conceitual das revistas é estabelecida sobre o leitor imaginado, que, diferente dos leitores reais, parecem saber o que querem e esperam ver nas suas publicações. As dimensões institucionais, publicitárias e editoriais se constituirão a partir do entendimento de quem é o leitor imaginado de cada publicação. A pesquisadora considera que é o traçado do leitor imaginado que influenciará nas rotinas de redação, embora reconheça que ao longo da história através de diferentes mecanismos, como as pesquisas, aumentou a interação particularizada entre as publicações e seus leitores reais. Na medida em que o leitor real se identifica com o leitor imaginado, também contrapõe as características atribuídas a si pelas publicações.

O leitor real pode não se reconhecer no leitor imaginado de certa publicação, mas sabe se posicionar, a partir de seus interesses de leitura, em relação a ele. É um leitor desviante, porque ocupa uma posição de sujeito que não reconhece como

completamente sua. Mas negocia sentidos com o leitor imaginado, pela dinâmica do contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2007) e pelo reconhecimento de um tipo de discurso em circulação naquele contexto social (STORCH, 2012, p. 161).

Essa configuração com o leitorado participando do âmbito de produção e consumo se reforça no cumprimento de pontos de vista jornalísticos e na negociação ampla de sentidos e significados. Negociação essa que consente, inclusive, com a tomada pelas publicações de elementos opinativos em textos de cunho informativo.

2.3 A articulação entre opinião e informação nas revistas

Tendo em vista que o jornalismo de revista não tem a pretensão de ser tão noticioso quanto o de jornais diários e que as revistas se baseiam em reportagens analíticas e interpretativas, estudaremos a seguir como a opinião está presente nas revistas. A opinião não se manifesta somente nos editoriais, colunas e artigos – espaços, tradicionalmente, destinados para textos de cunho opinativo –, manifesta-se também de forma conotativa em reportagens e matérias noticiosas.

Para poder estudar esse imbricamento entre opinião e informação, é preciso rever as particularidades dos gêneros informativo e opinativo. Muitos autores defendem essa classificação em que se considera a finalidade do texto jornalístico: informar sobre os acontecimentos ou comentar e opinar sobre. No entanto, Benetti (2008) entende o jornalismo como um gênero discursivo com características próprias. Esta pesquisa segue a elaboração proposta por Benetti (2008). Para a pesquisadora, a definição de gênero, habitualmente, leva em conta as características estilísticas e de modo de utilização dos textos, como a perspectiva textual que divide os textos jornalísticos entre reportagens, notícias e editorial, e a funcional que trata dos gêneros informativo e opinativo. Ela propõe que se pense em gênero contemplando também as relações intersubjetivas e de poder que o constituem: “[...] o ponto de vista comunicacional parece mais adequado para tratar dos gêneros do discurso que são mais que gêneros de texto pois estão associados a condições específicas de produção, circulação e interpretação” (BENETTI, 2008, p. 15).

A abordagem de gênero seguida por Benetti, a perspectiva comunicacional, é traçada por Charaudeau (2008), que define gênero como a articulação de características das formas textuais, a organização do discurso e as coerções situacionais ditadas pelo contrato de comunicação. Na opinião de Benetti (2008), essa perspectiva é mais adequada para tratar dos

gêneros do discurso, pois além de articular as relações históricas e sociais dos gêneros, ela não ignora as condições de fala, interpretação e constituição de memória.

Partindo do entendimento do jornalismo como gênero discursivo, pode-se ainda esboçar a existência de categorias às quais os textos se filiam, ancoradas na distinção básica entre opinião e informação. Vários autores dedicam-se a conceituar essas categorias e circunscrever os limites entre as modalidades, classificando o jornalismo a partir da finalidade do texto ou da função que desempenha junto ao público. Um dos trabalhos reconhecidos por realizar essa sistematização é o de Melo (2003). O autor considera que há duas intencionalidades que determinam o relato jornalístico: a reprodução do real e a leitura do real. No primeiro modo predomina a observação, já no segundo, a análise.

O jornalismo articula-se, portanto, em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que pensa sobre o que passa). Daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades a descrição e a versão dos fatos (MELO, 2003, p. 63).

A contribuição de Melo (2003) estrutura-se ao ponderar que as categorias não são estanques e em razão disso a expressão opinativa não se reduz somente aos textos classificados como opinativos, considerando que as mensagens não são neutras e nem necessariamente politizadoras. Para ele, a expressão da opinião se manifesta nos textos de cunho informativo através de mecanismos de direcionamento ideológico, como a filtragem de informações pela omissão, projeção ou redução, a seleção dos assuntos a serem tratados pela ótica empresarial, as pautas direcionadas a determinados ângulos para observação dos acontecimentos, a escolha de fontes contrárias ou a favor dos temas tratados, na definição de títulos e manchetes. Ao expor os modos de controle ideológico nas atividades jornalísticas, Melo (2003) questiona até que ponto o jornalismo informativo efetivamente se restringe a informar e até que ponto o jornalismo opinativo se reporta somente ao âmbito da opinião.

Uma das formas discursivas tradicionais para expressão da opinião e, conseqüentemente, da linha editorial da publicação é o editorial. Na conceituação de Melo (2003), “editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. (MELO, 2003, p. 103). O pesquisador pondera que a opinião expressa no editorial deriva do consenso entre todos os grupos da organização societária da empresa, constituindo uma teia de articulações políticas pela apreensão e conciliação dos pontos de vista que perpassam a empresa e dos interesses corporativos que defendem. Os editoriais são, geralmente, escritos pelos editorialistas ou diretores de redação e a sua publicação é avalizada pela diretoria do veículo. Para o autor, a opinião do editorial seria,

formalmente, dirigida à coletividade com a pretensão de orientar a opinião pública, porém não é o que ocorre na imprensa brasileira.

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos.

E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. Esta é a nossa percepção do editorial na imprensa brasileira (MELO, 2003, p. 105).

Partindo dos pressupostos de Beltrão, Melo (2003) expõe os atributos do editorial como impessoalidade, geralmente não é assinado, é em terceira pessoa; topicalidade, tratando de um tema delimitado; condensalidade, atendo-se a poucos pontos de vista, sendo breve e claro; plasticidade, acompanhando a flexibilidade e instabilidade dos fenômenos jornalísticos. Conforme os apontamentos de Melo (2003), nas revistas, o editorial aparece frequentemente em publicações de cunho político e cultural e como cartas dos editores — mais próximos de *merchandising* jornalístico do que expressões opinativas.

A partir da caracterização do jornalismo como um gênero discursivo e ao retomar as classificações que distinguem opinião e informação, podemos compreender melhor a forma que a opinião se estrutura no jornalismo de revista. Boff (2013) postula que a opinião nas revistas atinge espaços muito além do editorial, lembrando que a expressão opinativa extravasa seu espaço declarado e atravessa os textos de forma latente ou oculta. Para ele, a revista é um meio aberto à expressão da opinião nos textos jornalísticos.

A opinião está muito além dos editoriais e surge antes, moldando a linha editorial. Nas revistas, isso se dá com maior intensidade, pois o resultado final (a reportagem) tem outro ponto de chegada, distinto do mero texto informativo. A categoria do jornalismo opinativo, embora permita identificar as manifestações evidentes, não dá conta de abarcar a presença e a influência da opinião no jornalismo. (BOFF, 2013, p. 195).

O pesquisador pondera que para avaliar a opinião em revista é preciso considerar as especificidades do meio e o seu papel histórico de contextualização dos acontecimentos a partir de reportagens analíticas. Na análise de Boff, nas revistas não há fronteiras nítidas entre opinião e informação/interpretação. O autor aponta que no interior das reportagens, a opinião se confunde com interpretação. Boff (2003) entende que, no momento em que seleciona e analisa informações, o jornalismo interpretativo estará formando ou seguindo uma opinião, na maioria das vezes a mesma que está na raiz da linha editorial do seu veículo.

A opinião sempre fez parte da receita das revistas de informação, a tiracolo do chamado jornalismo interpretativo. Se a objetividade é um mito, o jornalismo interpretativo também pode ser entendido como tal. Interpretar é tirar conclusões, e tirar conclusões é opinar. Logo, a questão que se impõe às revistas não é opinar. O problema é querer disfarçar sua opinião de informação ou interpretação (BOFF, 2013, p. 202).

Para Benetti (2007), o uso de estratégias e recursos de cunho opinativo no interior das reportagens é consentido pelos leitores das revistas. A pesquisadora atenta que tais recursos exigem uma cumplicidade interpretativa entre leitores e publicações. Ao analisar o uso da ironia como estratégia discursiva na revista *Veja*, Benetti (2007) pontua que a publicação não se enquadra na classificação tradicional dos gêneros jornalísticos: “embora carregado de informação, seu texto é fortemente permeado pela opinião, construída principalmente por meio de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem” (BENETTI, 2007, p. 42). Essas estratégias são também observadas nas demais revistas semanais de informação. Pela utilização destas estratégias, muitas vezes, implícitas no texto, as publicações se inserem num contexto de formação de opinião com capacidade potencial de produção de sentidos.

A aceção da presença significativa da opinião no texto jornalístico de revistas é também compartilhada por Santos (2009): “As fronteiras que limitam os subgêneros tradicionais, informativo e opinativo são borradas, móveis e se distendem quando o suporte é revista” (SANTOS, 2009, p. 90). A pesquisadora identificou nos textos noticiosos marcas de apreciação valorativa, orientando o que o texto enuncia e também sugere. Santos (2009) postula que a opinião manifesta-se nas revistas, prioritariamente, através de recursos como figuras de linguagem, adjetivos e advérbios.

Reiteradamente, as revistas fazem emergir, do texto informativo, suas concepções sobre política, economia, cultura e comportamento. Na maior parte das vezes não o fazem explicitamente, mas recorrem a elementos textuais que vão deixando, aqui e ali, marcas de sua ideologia. Essas marcas estão suspensas no texto e só fazem sentido (ou não) no gesto de interpretação do leitor (SANTOS, 2009, p. 91).

A análise realizada por Santos (2009) permite observar que o emprego dos adjetivos, como qualificadores dos substantivos, aparece nas revistas com o sentido de complementar as informações, de apreciar valorativamente fatos e acontecimentos e de opinar quando se refere a pessoas. Sobre os advérbios, Santos (2009) conclui que seu uso nas revistas serve para evidenciar a apreciação das publicações sobre os acontecimentos, de forma que os enaltece ou os condena. As figuras de linguagem, por sua vez, são utilizadas para reforçar o enunciativo das reportagens e comumente, os juízos de valor das publicações. Portanto, conforme o exposto, tantos os adjetivos, como os advérbios e as figuras de linguagem tomam as páginas das revistas

como recursos para atribuição de significados e apreciação valorativa sobre os acontecimentos e personagens a que se referem as reportagens.

A partir deste mapeamento, fica claro o uso que o jornalismo de revistas faz de estratégias discursivas de opinião para se estruturar e se verificam alguns dos seus efeitos de sentido. [...] através destas estratégias o texto informativo estabelece vínculo com a dimensão opinativa, construindo um discurso peculiar às revistas (SANTOS, 2009, p. 89).

A articulação entre opinião e informação, de acordo com Santos (2009), nas revistas é estruturada a partir de uma “concessão” feita pelos leitores às publicações que permitem a expressão da opinião explícita em espaços noticiosos. Logo, essa maior liberdade de se mover entre o informativo e o opinativo é estabelecida às publicações em um contrato de comunicação⁶ particular estabelecido com os seus leitores.

Veremos, adiante, a definição das revistas semanais de informação geral e as características das revistas que compõem o objeto de estudo deste trabalho.

2.4 As revistas semanais de informação

Nomeiam-se como revistas semanais de informação geral as publicações que tratam dos principais acontecimentos da semana, englobando assuntos políticos, econômicos, internacionais, científicos, culturais e todos os demais temas atuais que pautarem a sociedade. Como diz Benetti (2013, p.47), ao explicar a diferença entre as publicações temáticas e as de informação geral, “as revistas semanais de informação geral pretendem fornecer ao leitor uma visão panorâmica de todo tipo de acontecimento”.

O modelo de revista semanal de informação geral eclodiu no Brasil na década de 1970, após o lançamento de *Veja*, segundo informa Casadei (2014): “A *Veja* consolidou o modelo de revista informativa, engedrando que a função de uma revista semanal de informação é a de contextualizar os acontecimentos, de forma a torná-los compreensíveis e coerentes”. Parte destas publicações a tentativa de lidar com a apresentação das notícias da semana e da interpretação de seu significado, contextualizando os acontecimentos em um espectro amplo, localizado histórico-socialmente.

Há no Brasil quatro⁷ revistas de informação geral com periodicidade semanal: *Veja* (editora Abril), *Época* (editora Globo), *IstoÉ* (editora Três) e *CartaCapital* (editora Confiança).

⁶ Posteriormente, veremos as características do contrato de comunicação, sistematizado por Charaudeau (2008).

⁷ Conforme informações da Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER). Disponíveis em <<http://www.aner.org.br/>>. Acesso em 04 de setembro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

Apresentaremos a seguir, por ordem decrescente dos números de tiragem⁸, uma breve caracterização e contextualização destas publicações, pois as mesmas integram o objeto desta pesquisa. A escolha por estes títulos justifica-se pela relativa homogeneidade na abrangência, proposta editorial e público-alvo.

2.4.1 *Veja*

Veja, publicada pela editora Abril, é a revista semanal de informação geral de maior tiragem em circulação no Brasil com mais de 1 milhão de exemplares⁹ e a segunda maior no mundo¹⁰. ”. O enfoque da publicação é a cobertura político-econômica, mas a ciência também ocupa espaço relevante em suas páginas. A revista surgiu em 1968, em meio ao regime militar, sob o comando de Roberto Civita, com a proposta de lançar uma revista de informação semanal ao modelo da norte-americana *Time*. Com a vinculação a um projeto de jornalismo interpretativo *Veja* consolidou um modelo de jornalismo para as revistas informativas e se firmou como uma experiência em reportagem (CASADEI, 2014).

O objetivo da Abril era fundar uma revista de abrangência nacional e com ela integrar o Brasil através da informação. A publicação foi lançada com uma forte campanha publicitária, conforme aponta Mira (2003), e um esquema de distribuição inédito para a época, mobilizando todos os meios de transporte disponíveis. Apesar de todo investimento no lançamento, a revista registrou por cinco anos índices de vendagem inferiores a tiragem inicial, até acertar sua fórmula editorial com equilíbrio entre texto e elementos visuais e a venda por assinaturas.

Como afirma Mira (2003, p. 79), “*Veja* tem sido, ao longo dos anos, a porta-voz da linha econômica e política da Editora Abril”, por isso exerce papel ideológico ao tratar de assuntos e campos de interesses de sua editora. Embora tendo na atuação política o motor de sua consolidação, a publicação não declara oficialmente suas posições político-partidárias.

Na página oficial de *Veja*, não constam informações a respeito de sua cultura organizacional e orientações editoriais. Já na página do Grupo Abril, que possui diferentes

⁸ Conforme dados da ANER, disponíveis em <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado. Essa ordem será mantida no decorrer desta pesquisa.

⁹ Dados referentes a janeiro a setembro de 2014, média por edição. Dados divulgados pela ANER. Disponível em <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

¹⁰ Dado de auditorias. Disponível em <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>>. Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

operações no mercado de comunicação, destaca-se como sua missão¹¹ o empenho em “contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país”.

2.4.2 *Época*

Época é uma publicação do Grupo Globo. A revista foi lançada em 1998 pela Editora Globo como a revista semanal de informação para público adulto do conglomerado midiático. Casadei (2014) aponta o surgimento da revista intrinsecamente relacionado a cumprir uma lacuna editorial da empresa jornalística. “Ela é inspirada em um modelo de jornalismo que é chamado no mercado norte-americano de *news can use*, baseado em um modelo de reportagem de serviços” (CASADEI, 2014, p. 225).

A publicação tem um acordo editorial com a revista alemã Focus, modelo sob o qual foi inspirada. Seguindo o estilo de Focus, que “preconiza a apresentação das reportagens com destaque à qualidade das imagens e do design gráfico” (AZUBEL, 2013, p.94), *Época* investe em textos curtos com ênfase em imagens, tabelas e gráficos.

A publicação segue o código de princípios editoriais¹² do Grupo Globo. Na seção institucional do seu site, *Época* declara que a missão¹³ da revista é “Fazer um jornalismo que capte o espírito do nosso tempo e ajude a construir o amanhã, converta informação em conhecimento, transforme a confusão em clareza”. *Época* diz ainda partilhar de interesses, ideias e opiniões com os leitores, formando uma comunidade em busca de um futuro melhor. No mesmo texto, *Época* enumera 13 pontos em que acredita, dentre eles inovação, diversidade, educação, empreendedorismo, meritocracia, transparência. Pelas crenças expostas, *Época* deixa também claro o seu ponto de vista do jornalismo como mediador e com o poder de agendar assuntos na sociedade “Acreditamos numa postura crítica e propositiva, capaz de formular uma agenda de soluções para os problemas da atualidade”.

¹¹ Disponível em <<http://www.grupoabril.com.br/pt/missao-e-valores/>>. Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

¹² Disponível em <http://grupoglobo.globo.com/principios_editoriais.php>. Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

¹³ Disponível em <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/07/nossa-missao.html>>. Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

Os principais assuntos da revista são política, economia, mundo, ciência, saúde, comportamento, tecnologia, cultura, esportes e meio ambiente. A revista é a de segunda maior tiragem do Brasil com média de 390,7 mil exemplares¹⁴ em circulação por edição.

2.4.3 *IstoÉ*

IstoÉ é publicada pela Editora Três. A publicação apresenta a terceira maior tiragem de revistas semanais com 322,5 mil exemplares¹⁵. A revista surgiu com periodicidade mensal em 1976, fundada por Domingo Alzugaray, Luís Carta e Mino Carta. Na sua décima edição, a Editora Três assumiu a publicação e sua circulação passou a ser semanal. A publicação possui uma história irregular, conforme aponta Casadei (2014), já que foi entre as décadas de 1980 e 1990 vendida e recomprada pela mesma editora, a Três.

O logotipo da revista segue acompanhado do substantivo “Independente”, que denota a posição editorial dita a ser assumida pela publicação. Na página oficial da revista na internet, não há informações institucionais a seu respeito. Já no site da Editora Três em que apresenta as principais publicações da empresa, dentre elas a *IstoÉ*, constam informações sobre as diretrizes editoriais¹⁶ gerais que orientam os veículos.

Nas palavras de Caco Alzugaray, presidente executivo da Editora Três, independência editorial é o pilar do compromisso das publicações da editora com os seus leitores. O compromisso com os leitores e a relacionamento baseado na confiança com eles é também ressaltado na apresentação dos valores norteadores das publicações. Como missão, a editora afirma, em seu site, que busca o desenvolvimento do Brasil pela disseminação da informação: “Escrever cada palavra, vender e distribuir cada exemplar com o objetivo de ajudar a formar cidadãos mais preparados, críticos e conscientes em relação às pautas mais relevantes do nosso país, sejam elas políticas, sociais, econômicas, ambientais ou mesmo de comportamento”. As suas editorias são divididas em Brasil, Economia, Mundo, Comportamento, Cultura e Esportes.

¹⁴ Dados referentes a janeiro a setembro de 2014, média por edição. Dados divulgados pela ANER. Disponível em <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

¹⁵ Dados referentes a janeiro a setembro de 2014, média por edição. Dados divulgados pela ANER. Disponível em <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

¹⁶ Disponível em <<http://www.editora3.com.br/sobrenos.php>> Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

2.4.4 CartaCapital

Carta Capital é publicada pela Editora Confiança e tem como editor o jornalista Mino Carta – que já teve passagens por *Veja* e *IstoÉ*. Com circulação semanal de 29,5 mil exemplares¹⁷, *CartaCapital* figura na 18ª posição de revistas mais vendidas do Brasil. A revista foi criada em 1994 com periodicidade mensal e desde 2001 tem tiragens semanais. Em 2005, a editora Confiança assumiu a publicação da revista. *CartaCapital* produz matérias sobre economia, sociedade, cultura e assuntos internacionais, mas tem maior parte das suas reportagens centradas em assuntos ligados a esfera do poder. O título da publicação, segundo Santos (2009), denota uma carta endereçada ao coração do poder.

Em sua apresentação institucional¹⁸, *CartaCapital* se apresenta “[...] a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade”. Ainda de acordo com o site, a revista “[...] pratica jornalismo em sua essência, crítico e transparente, desde a sua fundação, em 1994. Pois não há esperança de sobrevivência humana sem homens e mulheres dispostos a dizer o que acontece, e o que acontece porque é”.

É a única publicação dentre as revistas semanais de informação geral que assume abertamente seu posicionamento político ideológico. Pois, “diferentemente das demais semanais, *CartaCapital* defende que os meios de comunicação como um todo assumam publicamente suas afinidades político-partidárias, pois entende que agir desta maneira é mais honesto com o leitor” (SANTOS, 2009, p. 51).

Após caracterizar as revistas semanais de informação que compõem o objeto de pesquisa deste trabalho, a seguir veremos a conceituação de acontecimento político, como se dá a construção social dos acontecimentos pelo jornalismo e a relação entre jornalismo e política, já que objetiva-se analisar a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff, que se insere nesses quadros, pelas revistas semanais de informação geral.

¹⁷ Dados referentes a janeiro a setembro de 2014, média por edição. Dados divulgados pela ANER. Disponível em <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

¹⁸ Manifesto #Carta, disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em 08 de outubro de 2017. Documento eletrônico não paginado.

3 JORNALISMO, ACONTECIMENTO E POLÍTICA

Neste capítulo trataremos do acontecimento jornalístico. Busca-se entender a sua definição. O presente capítulo pretende também refletir sobre as imbricações do jornalismo na construção simbólica e social dos acontecimentos, permeando-os de sentidos e significados. Abordaremos ainda a cobertura dos acontecimentos políticos e sua transformação em espetáculos políticos-midiáticos. Estudaremos a relação do campo jornalístico com o poder e o seu papel nas sociedades democráticas, traçando os aspectos do jornalismo político. Por fim, resgataremos a cronologia histórica dos fatos que acarretaram no processo de *impeachment* e, conseqüentemente, na destituição da presidente Dilma Rousseff.

3.1 A constituição do acontecimento jornalístico

O discurso jornalístico, pelo seu compromisso em retratar com fidedignidade e verdade a realidade, baseia-se em fatos. Por isso, os acontecimentos do mundo são os principais referentes da produção jornalística. Ao longo de sua história, o campo constituiu-se como um lugar próprio para tratar dos fatos reais e com a função legitimada de reconstruir discursivamente o mundo, como destacam Pontes e Silva (2010): “O acontecimento, como usualmente compreendido no pensamento jornalístico, estaria fora do texto, ficando, portanto, na relação entre os fatos e suas conseqüências diretas sobre a vida em determinada sociedade” (PONTES; SILVA, 2010, p. 52). Nesse ponto de vista, o jornalismo tem o papel de mediador, transformando o acontecimento externo em texto, ou seja, a notícia.

O jornalismo atua sobre os acontecimentos do mundo transformando-os, através de práticas e códigos profissionais, em acontecimentos jornalísticos. No entanto, nem todos os fatos que irrompem na realidade são captados pelo jornalismo, pois não são considerados “dignos” de serem reportados pelo discurso jornalístico e alçados ao status de acontecimento jornalístico. Há uma série de procedimentos que permitirão identificar quais fenômenos têm potencial de serem tratados discursivamente pelo jornalismo, como os critérios de atualidade, pregnância e rompimento da normalidade.

Considerando o funcionamento regular das instituições, quando algo destoa dessa normalidade, chama a atenção do jornalismo. Rodrigues (1993) parte da seguinte definição:

É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quando menos provável for a sua realização. É por isso em função da menor ou maior previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento

pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico (RODRIGUES, 1993, p. 27).

A reflexão de Rodrigues (1993) nota para a apreensão dos jornalistas dos fatos do mundo a partir de registros de notabilidade – critérios que distinguem o que é digno de ser registrado na memória e tomado pelo discurso jornalístico. O autor elenca como os principais critérios de noticiabilidade o excesso, a falha e a inversão – índices que apontam uma possível desordem no mundo. Sob essa concepção, o nascimento e a morte são os acidentes limites para as ocorrências e a irracionalidade destaca-se nos acontecimentos jornalísticos.

O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas regida por regularidades e por leis; o acontecimento é imprevisível, irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo (RODRIGUES, 1993, p.29).

Já Charaudeau (2008) considera que “[..] o acontecimento não é somente a desordem; ora é a ordem (a necessidade), ora a desordem (o acaso, a contingência)” (CHARAUDEAU, 2008, p.98). Na sua percepção, o acontecimento encontra-se numa dialética permanente da ordem e da desordem. O autor faz essa reflexão após discorrer sobre o que chama de acontecimentos autogerados – que se desenvolvem seguindo uma lógica e acontecimentos heterogerados – que ocorrem por fatos inesperados. Charaudeau (2008) ainda distingue os acontecimentos em acidente – quando surge com caráter inesperado, programado – quando é pautado por um calendário ou organização social, e suscitado – quando é provocado por um setor institucional. Para o autor, o poder do acontecimento está no processo evenemencial¹⁹ que ele desencadeia, ou seja, nos acontecimentos que ele gera e nas redes que ele estabelece.

Para que um acontecimento possa ser apreendido, é necessário que se produza uma *modificação* no estado do mundo fênonenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja *percebida* por sujeitos (ou que estes julgam que houve modificação) num efeito de “saliência”, e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de *significações sociais* por um efeito de “pregnância”. (Charaudeau, 2008, p.99, p.100, grifos do autor).

No processo de construção do acontecimento, Charaudeau (2008) evidencia a participação do sujeito, pois para um acontecimento “ser construído” deve causar uma modificação na realidade, ser percebido e significado por um sujeito. Sendo assim, o acontecimento é uma construção de sentido e, para sua existência, é necessário que um sujeito aplique sobre ele um determinado conhecimento da realidade.

¹⁹ Benetti (2010) diz que o processo evenemencial pode ser traduzido como processo acontecimental, pois trata-se do movimento de construção do acontecimento.

A transformação do acontecimento em notícia²⁰ é que possibilitará seu processo de significação. Contudo, como já pontuado, não são todos os acontecimentos do mundo que são tratados pelas mídias²¹ – os do mundo são superior em quantidade aos midiáticos. O processo de transição dos eventos em acontecimentos midiáticos depende de fatores históricos sociais de uma dada realidade, segundo Charaudeau (2008) que relaciona os acontecimentos midiáticos com os sistemas de valores presentes em cada sociedade. Em uma determinada condição temporal e histórica, um evento pode tornar-se um acontecimento jornalístico diferente. “[...] para que o acontecimento exista é necessário *nomeá-lo*. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso.” (CHARAUDEAU, 2008, p. 131-132, grifo do autor).

Ao tratar do acontecimento midiático, Charaudeau (2008) ressalta que são os critérios de atualidade, socialidade e de imprevisibilidade que farão o acontecimento ser selecionado dentre tantos outros e construído de acordo com o relato de informação midiática. Afora esses critérios, os fatores tempo, espaço e hierarquia aumentam o potencial de midiaticização de um acontecimento perante outro. O fator tempo é referente a atualidade e contemporaneidade da ocorrência do acontecimento e da transmissão da notícia. O fator espaço diz respeito à proximidade da ocorrência do fato da instância de recepção midiática. Já hierarquia relaciona-se com o grau de relevância de um determinado acontecimento.

Charaudeau diz que “o acontecimento é selecionado em função do seu potencial de saliência, que reside ora no notável, no inesperado, ora na desordem” (CHARAUDEAU, 2008, p. 141). Por essa perspectiva, a mídia deixa de abordar acontecimentos do cotidiano social e com distanciamento histórico. O processo de filtragem do mundo pela mídia acontece não só na seleção dos acontecimentos, mas também no enquadramento e na abordagem.

O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos (CHARAUDEAU, 2008, p. 151).

Esse processo percorrido na seleção dos fatos noticiáveis e na sua apresentação transforma o acontecimento real em acontecimento noticioso. De acordo com Charaudeau

²⁰ Charaudeau caracteriza notícia como “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado” (Charaudeau, 2008, p. 132).

²¹ Charaudeau (2008) fala em mídia e conseqüentemente, dos acontecimentos midiáticos. No entanto, é possível identificar nesses acontecimentos características do discurso jornalístico. Manteremos a forma que o autor utiliza, embora seja válido ponderar que discurso midiático é mais abrangente que discurso jornalístico, que tem características próprias.

(2008), a apresentação discursiva dos acontecimentos é uma mediação, uma forma de interpretar o acontecimento real e não a transposição fidedigna e completa do fenômeno para o suporte midiático. Os acontecimentos midiáticos não estão na forma “bruta” de aparição na informação, porque já foram trabalhados e submetidos à lógica midiática.

A construção midiática do acontecimento insere-o nas lógicas de operação midiática, obedecendo às codificações das mídias, com seleção, enquadramento, hierarquização e exclusão do que não é noticiável. Para o autor, a mídia tenta capturar o que há de drama humano nos acontecimentos e estados de desordem e de triunfo social. Sendo parte integrante das mídias, o jornalismo apreende e captura os fatos da realidade, organiza-os sobre sua lógica e oferta ao público receptor como um recorte da realidade. Obedecendo à uma lógica própria, os acontecimentos jornalísticos são fatos selecionados por critérios de noticiabilidade²² – baseados em valores supostamente consensuais e compartilhados pela sociedade, que ditarão quais acontecimentos tem potencial de serem alçados ao status de acontecimentos jornalísticos.

Para Charaudeau (2008), os fenômenos adquirem sentido e significado na sociedade através do olhar do sujeito que o transforma em acontecimento midiático e do sujeito interpretante que o ressignifica.

O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa. Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que integra num sistema de pensamento e assim, fazendo, o torna inteligível (CHARAUDEAU, 2008, p. 95).

A significação e ressignificação dos acontecimentos apontada por Charaudeau (2008) é também abordada por Quéré (2005). O autor trata do acontecimento a partir da ordem de sentidos que um evento pode gerar, é o que chama de ordem hermenêutica – que utiliza e gera quadros interpretativos. Para ele, “Quando um acontecimento se produziu, qualquer que tenha sido a sua importância, o mundo já não é o mesmo: as coisas mudaram. O acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade” (QUÉRÉ, 2005, p. 61). Segundo Quéré (2005), um acontecimento esclarece o seu passado e o seu futuro, ajudando a compreender causas exteriores e antecessoras de sua ocorrência. Para o autor, também é

²² Conforme Franciscato (2005), o jornalismo opera a seleção dos fatos cotidianos baseado em critérios de noticiabilidade, que são “um conjunto de referências estáveis na rotina jornalística de trabalho que, analisadas em sua regularidade, revelariam a noticiabilidade de um evento” (FRANCISCATO, 2005, p. 171). Os critérios de noticiabilidade são valores culturais e qualificações profissionais compartilhados entre os jornalistas. São critérios que selecionam entre os acontecimentos do cotidiano quais serão noticiados e quais serão esquecidos.

essencial o entendimento da construção da experiência humana, pois para um evento ser dado como acontecimento, precisa acontecer a alguém.

[...] são os acontecimentos que projetam um sentido sobre as situações e reconfiguram as possibilidades, para sujeitos dotados de uma certa sensibilidade e de hábitos. O acontecimento proporciona uma transação e, a partir daí, dá lugar a uma experiência. [...] Abrindo um horizonte de sentido, transportando com ele possibilidades interpretativas, o acontecimento permite, ao que a ele se encontra exposto, descobrir algo de si próprio e da situação, aprofundar a compreensão de si e do mundo. [...] Ele [sujeito exposto ao acontecimento] compreende-se à luz do que lhe acontece (QUÉRÉ, 2005, p.70).

Após estudar o processo de transformação do acontecimento em relato jornalístico e midiático, veremos a seguir a relação entre a construção da notícia e a construção da realidade, refletindo sobre como, ao participar da produção dos acontecimentos, o jornalismo contribui para a construção da realidade.

3.2 Da construção da notícia à construção social da realidade

O jornalismo contribui para a construção social da realidade sendo uma forma de conhecimento sobre o tempo presente e a vida cotidiana. As pessoas informam-se sobre as ocorrências do mundo através das mídias. Ao selecionar os acontecimentos que serão transformados em notícia, enquadrá-los sobre seus critérios institucionais e ordená-los sobre sua forma de operação, o jornalismo oferece um recorte do mundo aos receptores. O acontecimento jornalístico estende-se dos ambientes de produção para a realidade, onde é assumido e reconfigurado sobre outras práticas e dará sentido a outros acontecimentos que surgirão na sua sequência. Os relatos jornalísticos construídos sobre acontecimentos do mundo integram-se a ele e de certo modo modificam-no.

Para Charaudeau (2008), o discurso do jornalismo tenta tornar inteligível o espaço social e influir no seu processo de significação pelos atores sociais:

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade (CHARAUDEAU, 2008, p. 131)

Na visão de Charaudeau (2008), as mídias operam um recorte sobre o mundo com a seleção dos acontecimentos e dos modos de apresentação da notícia, concedendo à instância de recepção uma “grade de leitura dos acontecimentos do mundo” (p.142). O autor diz que: “A estruturação do espaço social depende da instância fornecedora de informação que é obrigada a construir seu propósito gerenciando a visibilidade pública dos acontecimentos de que trata” (CHARAUDEAU, 2008, p. 143). Cada recorte do mundo social operado pelas mídias reúne os

conhecimentos e crenças sobre o mundo de cada comunidade retratada, que ganha visibilidade através da mídia.

A implicância do jornalismo na realidade também se dá pelo papel que as mídias exercem no agendamento²³ de temas da sociedade, com hierarquização dos assuntos, estabelecimento de graus de relevância para os diferentes assuntos e determinação do espaço e período para visibilidade de certos temas. Charaudeau (2008) pondera que não é possível determinar os efeitos reais do poder do jornalismo no agendamento da sociedade, embora admita que o acontecimento só tem significação se for alçado pelo status midiático.

O papel do jornalismo no agendamento de debates e conseqüentemente na implicância em ações públicas é retomado por Franciscato (2005).

Além de oferecer relatos periódicos sobre os pequenos movimentos da vida urbana local e das nações, o jornalismo cria hábitos culturais e sociais que têm, em si, um componente temporal: a notícia estimula a interação entre as pessoas, seja na simultaneidade dos procedimentos de leitura quanto no debate direto dos conteúdos noticiosos, conduzindo para uma tomada de decisões visando a produzir uma ação pública (FRANCISCATO, 2005, p. 63).

O autor enfatiza a relação do jornalismo com o tempo presente, ditando o que é contemporâneo e quais fenômenos merecem ser reconstruídos sob a rubrica de contemporaneidade. Para ele, é imperativo do jornalismo produzir relatos sobre o tempo presente, ofertando à sociedade modos de vivenciar as situações da contemporaneidade. Assim, a atividade jornalística introduziu novas experiências do tempo presente, ampliando as formas de experimentação da temporalidade nas práticas sociais. Na avaliação de Franciscato (2005), o jornalismo contribui para a consolidação da “cultura do tempo presente” em que fatores dotados de presenteísmo e de novidade produzirão sentido à vida cotidiana.

[...] o jornal dá, ao leitor, o sentido de que sua vivência cotidiana está incluída num mesmo tempo em que acontecem as coisas do mundo, de que as ações que ele irá realizar nos momentos seguintes ocorrerão em simultaneidade com outros eventos e – quem sabe – podem até interagir, influenciar ou ser influenciado por eles (FRANCISCATO, 2005, p. 134).

Dessa forma, o jornalismo opera mecanismos de construção da temporalidade. Franciscato (2005) elenca cinco fatores como diferenciadores da atividade jornalística de outras práticas sociais e construtores da temporalidade do presente, são eles: instantaneidade,

²³ A teoria do *agenda-setting* formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw, na década de 1970, estuda como a mídia pauta os assuntos a serem debatidos pela sociedade através do agendamento de temas.

simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. O autor diferencia o papel da instituição jornalística das demais instituições sociais, como afirma:

Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas (CHARAUDEAU, 2008, p. 167).

Por ser ancorado na verdade e fidedignidade aos fatos que acontecem na realidade, o jornalismo, além de retratar acontecimentos, acaba reproduzindo os consensos de um determinado tempo histórico. Ao constituir seus critérios de noticiabilidade por fatores de desordem, excesso e ruptura da sociedade, o jornalismo implica em afirmar os índices de normalidade da sociedade e atua como um amplificador de padrões normativos. Conforme Traquina (2004), ao dar voz aos acontecimentos e não às problemáticas que originaram os fatos, a mídia ajuda a construir a própria realidade que relata. “As notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento” (TRAQUINA, 2004, p. 203).

Para Benetti (2010), o jornalismo produz efeitos de sentidos que já estão na exterioridade a qual ele se refere. Na concepção da pesquisadora, o discurso jornalístico define como é o mundo, os seus valores e os modos de agir.

Além disso, o que o jornalismo produz é da ordem dos efeitos: o efeito de verdade, o efeito de literalidade, o efeito de consenso. No entanto, todos esses efeitos são poderosos, pois circulam e se alimentam daquilo que eles mesmos nomearam, antes, como detentores de verdade e atualidade: como o mundo funciona, como as pessoas exercem poder, as habilidades que o homem deve dominar para exercer poder e alcançar notoriedade, o que tem mais valor na escala desta sociedade à qual se pertence, e assim por diante (BENETTI, 2010, p. 160).

Assim, os acontecimentos jornalísticos ajudam a definir historicamente uma sociedade tendo imbuídos o seu sistema de valores hegemônico.

O que o jornalismo não diz, as angulações que ele descarta, as vozes que ele ignora – ou a forma como ele marginaliza o que parece perigoso e acomoda o diferente na ordem de um regime discursivo – terminam por estabelecer, indiretamente um suposto consenso social. Como seu poder está no âmbito dos efeitos, o suposto consenso é geralmente tomado como efetivo consenso (BENETTI, 2010, p. 162).

Alsina (2009) afirma que “de alguma forma, os acontecimentos vão definir uma sociedade. O sistema de valorização do acontecer vai ficar implícito na transmissão de determinados acontecimentos” (ALSINA, 2009, p. 131). Para Alsina (2009), o acontecimento

participa da construção social da realidade, porque é formado por elementos externos ao sujeito que o reconhece como acontecimento.

A mídia é quem cria a realidade social. Os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são construídos através de sua realidade discursiva. Em nossa sociedade, é a mídia quem gera a realidade social (Véron, 1981). Portanto, o processo de construção da realidade social depende completamente da prática produtiva do jornalismo (ALSINA, 2009, p. 46).

A realidade representada pela mídia é a realidade da vida cotidiana, que, conforme apontam Berger e Luckmann (2003), é admitida pelos sujeitos como sendo a realidade predominante. A problemática instaurada nesse processo de representação ocorre pelos fenômenos apresentados serem dados como a realidade em geral, ou seja, a sociedade analisar a amostra ofertada pela mídia como o todo social. “A realidade da vida cotidiana além disso apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com outros homens” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 39). Pelo compartilhamento da realidade da vida cotidiana, os indivíduos sabem que compartilham um mundo em comum e têm o conhecimento do senso comum partilhado com os outros.

Vivo no mundo do senso comum da vida cotidiana equipado com corpos específicos de conhecimento. Mais ainda, sei que outros partilham, ao menos em parte, deste conhecimento, e eles sabem que eu sei disso. Minha interação com os outros na vida cotidiana é, por conseguinte, constantemente afetada por nossa participação comum no acervo social disponível do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 60).

Conforme os autores, a participação dos indivíduos com seus semelhantes na vida cotidiana acontece pela linguagem, através dela os indivíduos compreendem a realidade.

A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. [...] Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação. A realidade da vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” de meu corpo e do “agora” do meu presente. Aquilo que é “aqui e agora” apresentado a mim na vida cotidiana é o *realissimum* de minha consciência (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 38-39).

Segundo os autores, o conceito de linguagem transcende a interação face a face para também as interações promovidas pelos meios de comunicação devido à sua capacidade de comunicar significados que estão além do “aqui e agora”. O “aqui e agora” são também os indicadores de tempo e espaço sobre os quais centram-se as notícias e ordenadores das produções jornalísticas. Partindo dessa concepção, o jornalismo pode ser compreendido como uma das instituições que atuam para o compartilhamento da realidade da vida cotidiana entre os indivíduos, com o partilhamento também de esquemas tipificadores e valores sociais. O jornalismo atua estruturando esse conhecimento, do senso comum, partilhado entre os

indivíduos e que permite-os participar da realidade cotidiana. Para os autores, embora possa conferir acesso a outras realidades, a linguagem está arraigada na realidade da vida diária.

A linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em termos dos quais tem sentido não somente para mim, mas também para meus semelhantes. Ao mesmo tempo em que tipifica, também torna anônimas as experiências, pois as experiências tipificadas podem em princípio ser repetidas por qualquer pessoa incluída na categoria em questão (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 57).

Pela releitura de Berger e Luckmann, Meditsch (2010) afirma que:

O jornalismo só é citado por estes autores como uma referência utilizada pelos indivíduos na “conservação da realidade” já interiorizada: ao descreverem como uma pessoa que acorda pela manhã se transporta do mundo dos seus sonhos ao mundo da realidade cotidiana, os autores colocam o jornal como um dos índices do mundo real que essa pessoa terá ao seu dispor (MEDITSCH, 2010, p. 22).

A preocupação de Meditsch (2010) é com o protagonismo, que na sua ótica deve ser relativizado, conferido à mídia na construção da realidade. Para ele “[...] a relação entre jornalismo e acontecimento se dá dentro de um processo maior de construção social da realidade [...]” (MEDITSCH, 2010, p.19). Na análise do autor, o jornal é um dos elementos que ajudam a reconhecer o que é a realidade.

Para Meditsch (2010), o jornalismo como instituição atua mais como mediadora dos sentidos produzidos por outras instituições do que produtora e comunicadora de próprios sentidos. O autor explicita essa visão através dos sociólogos norte-americanos.

Uma palavra a respeito dos meios de comunicação de massa desde a atividade editorial até a televisão: como já se observou muitas vezes e acertadamente, essas instituições desempenham um papel-chave na orientação moderna de sentido, ou melhor, na comunicação de sentido. São intermediadoras entre a experiência coletiva e a individual, oferecendo interpretações típicas para problemas definidos como típicos. Tudo o que outras instituições produzem em matéria de interpretações da realidade e de valores, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso desse processo, e decidem sobre a forma da sua difusão (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 68 apud Meditsch, 2010, p. 24).

É o papel de “conservação” e de “atualização” das realidades internalizadas socialmente pelo jornalismo que é evidenciado por Meditsch (2010). O jornalismo participa da produção de acontecimentos num processo dialético de objetivação e subjetivação. Porém, não é somente pelas notícias que o indivíduo tem acesso a realidade. Sob essa reflexão, o jornalismo é um dos atores sociais que contribuem para a construção da realidade.

O jornalismo, como instituição, e seus agentes participam de produção da realidade, especialmente no seu âmbito simbólico, mas nunca isoladamente, porém em diálogo permanente com os demais atores sociais. [...] Um acontecimento relatado pelo jornalismo difere de um não relatado por ele talvez, principalmente, por esse aspecto.

O jornalismo, por fim, participa da socialização do conhecimento, ainda de que forma terciária e provavelmente menos marcante que a socializações primária e secundária observadas por Berger e Luckmann na construção social da realidade, embora igualmente importante na dinâmica social (MEDITSCH, 2010, p. 41).

Dentre os acontecimentos partilhados comumente por todos indivíduos da sociedade encontram-se os acontecimentos públicos, que serão estudados a seguir.

3.3 De acontecimento público a espetáculo político-midiático

Os acontecimentos públicos não são apenas acontecimentos: eles estão relacionados ao registro dos problemas públicos²⁴, ligados a instituições, reverberam temas e situações de interesse público, despertam atenção pública e exigem ação pública. “Atualmente, todo acontecimento público é ou será apropriado pela mídia” (COELHO, 2013, p. 73). Neste sentido, todo acontecimento público é midiaticizado, mas nem todo acontecimento midiaticizado é público. Segundo Coelho (2013), levando em conta a visibilidade e a publicidade dos fatos, o acontecimento midiático é um acontecimento público em potencial. Mas não basta ser visível, para ser público um acontecimento precisa envolver o público (sujeito) e o Estado.

Na compreensão de Coelho (2013), o acontecimento público implica as três dimensões da noção de público, por isso define-o da seguinte maneira:

Ele o é por ter uma grande visibilidade, ensejar problemas e temas fundados no interesse público, exigir ação pública. Ele demanda/provoca processos de comunicação pública, em que há a mobilização de arenas e a expectativa de regramento por princípios éticos e normativos. Em um acontecimento público, mídia, Estado e sociedade estão implicados (COELHO, 2013, p.76).

A publicidade de um acontecimento é, de acordo com Coelho (2013), configurada portanto: pelo aspecto da visibilidade, estando disponível a um grande número de interessados; por falar do interesse público, capaz de mobilizar redes, atores, tematizar questões e provocar a ação do Estado; e que sujeitos e instituições sejam afetados enquanto atores sociais. Para a autora, o acontecimento público é mais um acontecimento jornalístico que um acontecimento midiático, porque o jornalismo exerce um papel privilegiado na comunicação e envolvimento com temas de interesse público, na fiscalização e cobrança dos poderes e na vigilância ao Estado. “As notícias contam, as arenas reagem, os atores alternam suas posições óticas,

²⁴ De acordo com os apontamentos de Coelho (2013), os problemas públicos são mais vastos que os problemas sociais. Um problema público se desenrola no campo da ação pública e tem sua principal fonte nos acontecimentos da atualidade. O caráter público de um problema tem também referência ao sistema normativo, com o rompimento de valores e normas compartilhadas.

configurando a experiência pública” (COELHO, 2013, p. 76). Por isso, a apreensão pelo jornalismo é necessária para a constituição pública dos acontecimentos.

Segundo Arquembourg (2011, apud KEGLER, 2016), o acontecimento torna-se público ao atingir indivíduos ou coletividades que não são diretamente afetados por ele, gerando uma mobilização social que vá além do local de origem. “Desde o momento em que as narrativas entram em ressonância com valores ou crenças comuns e que manifestações públicas de reações colectivas sucedem, o acontecimento inicial percebido e vivido transforma-se em acontecimento público” (ARQUEMBOURG, 2011, p. 56, apud KEGLER, 2016, p. 104).

O potencial de mobilização social configurado pelo acontecimento é entendido por Kegler (2013) como um dos sentidos acionados por ele no público, como um fenômeno social amplo e complexo. Em sua análise, o pesquisador considera que a visibilidade dos acontecimentos públicos engendram novos sentidos a estes e que sua ocupação na agenda midiática provoca desequilíbrios nas relações entre poder público e coletivos mobilizados.

Os atores coletivos ou movimentos sociais definem os aspectos problemáticos, segundo referenciais éticos e políticos, e quadros jurídicos e institucionais. Combinada com estratégias de sedução e de persuasão, a argumentação visa sensibilizar e mobilizar a formação dos públicos e a ação destes nas arenas públicas, que são o lugar do debate e da deliberação (KEGLER, 2016, p. 103).

O potencial de mobilização social na publicidade dos acontecimentos é também referenciado por Weber (2011):

Um acontecimento público é capaz de causar impactos, desordens e mobilizar indivíduos, sociedade, instituições políticas e organizações midiáticas, pois sua ocorrência está atrelada à vida, à morte ou ao interesse público, como escândalos, manifestações públicas, celebrações esportivas, catástrofes ou a morte de celebridades. Esse tipo de acontecimento é capaz de despertar paixões individuais ou coletivas e propicia a convergência da política e da mídia que ocorre a partir da identificação da sua estrutura vital, da sua natureza que contém qualidade, autonomia, passionalidade, identificação com ideais coletivos e vinculação com rituais de origem (WEBER, 2011, p. 191).

Para a autora, esses acontecimentos que são capazes de provocar reações públicas são: “diferentes em sua natureza e origens e, conseqüentemente, no interesse que despertam. Podem ser inusitados, inesperados ou planejados estrategicamente.” (WEBER, 2011, p. 191). Pelo caráter comum de interesse público²⁵ e pela capacidade de mobilizar uma grande parcela da

²⁵ Para Sartor (2016), a noção de interesse público deve ser problematizada, por ser mais ampla que simplesmente, interesses do bem-comum ou bem-estar-geral da nação, o que dificulta sua definição. Para o autor, no jornalismo o conceito de interesse público se constitui como elemento identitário, discurso de legitimação, princípio deontológico e critério de noticiabilidade.

população, os acontecimentos políticos podem ser compreendidos como acontecimentos públicos. Sobre eles Weber (2011), considera:

Os *acontecimentos políticos*, em geral planejados, abrangem cerimônias de posse de dirigentes políticos, eleições, inquéritos, plebiscitos, mudanças na política econômica, mudanças de moeda, acordos nacionais e internacionais, desfiles cívicos, eventos diplomáticos, comemorações de efemérides, inaugurações e outros. O investimento burocrático e institucional é destinado à obtenção de visibilidade e produção de imagem pública favorável (WEBER, 2011, p. 191, grifos da autora).

A autora destaca como acontecimentos inusitados que se impõem à política os escândalos políticos, os atos terroristas e os fenômenos da natureza. A peculiaridade dos acontecimentos políticos efetiva-se também por não possuírem autonomia e pelas ações e sujeitos políticos estarem em permanente vigilância da mídia, de acordo com as características elencadas por Weber (2011). As mobilizações coletivas e de abrangência nacional também enquadram-se sob a perspectiva de acontecimento político por mobilizarem paixões e conquistarem espaço midiático.

Ao citar as eleições como acontecimento político, a autora observa a ritualização do acontecimento político, caráter que pode ser aplicado à análise do *impeachment*, se considerado a troca de poder e as incertezas inerentes a esse processo.

Os rituais e cerimoniais políticos são cenas onde convive a ambiguidade entre a ratificação da esperança presente na retórica política e a vivência da que amplia as dúvidas, o medo em relação ao futuro. As eleições jogam com estas emoções de modo estratégico (WEBER, 2011, p. 193).

Em pesquisa sobre os enquadramentos jornalísticos da posse de Dilma Rousseff como acontecimento político programado, Gadret e Porcello (2011) ressaltam a construção dos acontecimentos políticos pelos conteúdos produzidos antes e após a sua ocorrência.

Isso porque, em primeiro lugar, em uma sociedade democrática de massas, é principalmente através dos meios de comunicação – e aí estão incluídos os veículos jornalísticos – que os cidadãos conhecem as decisões políticas, observam os atos e os atores políticos em cena e, em última instância, participam a vida política da nação. Em segundo lugar, é através da legitimidade de que goza o jornalismo para relatar os acontecimentos do mundo vivido que as pessoas constroem seus próprios significados sobre aquilo que conhecem através das notícias (GADRET; PORCELLO, 2011, p. 190).

As cerimônias e rituais tradicionais do campo da política tomados como acontecimentos públicos têm espaço privilegiado no ambiente midiático. Estruturados com indicadores de permanência e possuindo a capacidade para despertar paixões coletivas e articulados a ideais coletivos, estes acontecimentos têm condições para serem alçados a categoria de espetáculo político midiático, termo cunhado por Weber (2011). Para ser

espetáculo político-midiático, na avaliação de Weber (2011), além de articular os campos da política e da comunicação “[...] é preciso que a sua natureza possua qualidade suficiente para gerar comoção social, ser rentável do ponto de vista simbólico, político e econômico e gerar repercussão e imagem pública” (WEBER, 2011, p. 190). Transformado em espetáculo político-midiático, o acontecimento será reiterado por diferentes discursos na agenda midiática e recuperado por tempo indeterminado, sem pena de perder o atributo de atualidade.

Entende-se que um acontecimento público (estratégico ou inusitado) capaz de mobilizar paixões possui os ingredientes para ser hibridizado, na confluência das esferas políticas e da esfera midiática. Dotados de dispositivos passionais e ritualísticos, esses acontecimentos contêm a densidade simbólica e uma carga informativa necessárias ao investimento dos meios de comunicação de massa, na forma de notícias, de programas informativos, de auditório, e outros. Assim, o processo de fabricação do espetáculo está relacionado à apropriação e transformação do acontecimento público ao tempo e espaço da mídia associados a instituições políticas (WEBER, 2011, p. 197).

Segundo a elaboração de Weber (2011), os acontecimentos alçados ao *status* de espetáculos midiáticos têm como atributo a qualidade de permanência, uma vitalidade para além da data e origem e o poder de provocar impactos na vida dos indivíduos e na sociedade. A hibridização dos campos da política e da mídia se dá pelo seu surgimento relacionado a atores e ações políticas e imposição aos meios de comunicação de massa.

No intuito de mobilizar a atenção pública, a mídia engendra os acontecimentos públicos sob a sua ótica, enquadrando-os na estética e linguagem próprias dos espetáculos. Nesse processo, os acontecimentos adotam um regime singular de existência, imbricados e controlados pelo espaço midiático e independente da política. Mesmo que a ação dos atores políticos saia de cena da mídia, esses acontecimentos mantêm a capacidade de produzir discursos e alimentar novos fatos. Cabe as mídias, nesse processo, interpretar os acontecimentos e comercializar o espetáculo com investimentos passionais, comunicacionais e financeiros provocando uma resposta das comunidades.

Mesmo que a história dos poderes esteja relacionada a grandes rituais e espetáculos, é com a intervenção da mídia que estes serão potencializados por estéticas e tecnologias que permitem reunir espectadores diante de espetáculos fracionados e grandiosos. Significa dizer que espetáculos da política e da mídia são capazes de reunir e mobilizar milhões de pessoas sem que estas se encontrem e sem que vejam o mesmo espetáculo (WEBER, 2011, p. 197).

A espetacularização de acontecimentos do poder motiva-se também pela singularidade destes eventos que são cercados por códigos e protocolos, com variados níveis de dramatização e encenação. Para Weber (2011), pelos espetáculos, os atores políticos buscam a credibilidade

e consenso da população, tentando-se inserir nos espaços jornalísticos. Como afirma Weber, “[...] a sua apropriação como espetáculo político-midiático ocorrerá de maneira incontrolável, em todos os tipos de mídia e será adaptada a todos os gêneros que possam explorar algum ângulo desse acontecimento público” (WEBER, 2011, p.198). Nesse processo, as notícias detêm um papel privilegiado por atestarem a veracidade daquele espetáculo. Nesse exercício de articulação de acontecimentos políticos em espetáculos, a mídia atua como estruturante e não apenas como entidade complementar ao poder.

Dentre os acontecimentos com forte potencial de espetacularização midiática encontram-se os escândalos políticos²⁶. Estes, segundo Thompson (2002), que pertenciam à apropriação por aqueles que testemunhavam sua ocorrência, ganharam com a experiência midiática uma ampliação na sua publicidade e visibilidade, podendo transformar-se até em acontecimentos globais, assim como ter o prolongamento de seu tempo e duração. Os resultados dos escândalos midiáticos são, conforme Thompson (2002), inesperados e incertos, fazendo com que o público acompanhe todo o desenrolar dos acontecimentos. Diante disso, entendemos que é possível considerar alguns dos micro acontecimentos políticos do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff da ordem do escândalo.

Escândalos midiáticos são eventos narrativos prolongados, no sentido que eles são constituídos em parte por um conjunto de narrativas midiáticas que vão sendo sempre mais aprimoradas e revisadas à medida que o acontecimento se desdobra. Leitores e espectadores se vêem acompanhando um tipo específico de história que possui uma trama indeterminada e está em contínua evolução, onde a cada dia, de acordo com os ritmos das publicações do jornal ou das apresentações da televisão, podemos nos defrontar com novas surpresas e mudanças, onde velhas certezas podem repentinamente desaparecer e novas hipóteses emergir e onde a trama pode ocasionalmente tornar-se tão densa que até mesmo os seguidores mais atentos começam a se perder (THOMPSON, 2002, p. 107).

Dado o exposto, podemos compreender o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff como acontecimento político-público, por ser originado no campo da política e pelo amplo caráter de publicidade devido à abrangência e tematização de interesse público, mobilizador de paixões e que exige uma ação do Estado. É da ordem de acontecimento jornalístico por irromper na normalidade, alterando a linearidade da lógica das instituições públicas e do Estado. Ainda é possível auferir que transitou entre as categorias do previsível e imprevisível por ter alguns eventos programados e resultados inesperados. Pode ser também

²⁶ Para Thompson, escândalos são eventos transgressores da ordem social e moral que carregam uma ocultação, um segredo a ser revelado. O autor define escândalo político como “[...] um escândalo que envolve indivíduos ou ações que estão situados dentro de um campo político e que têm um impacto nas relações dentro de um campo” (THOMPSON, 2002, p. 129).

tipificado como mega-acontecimento pelo consenso quanto à noticiabilidade e por alterar a rotina de produção jornalística. Insere-se também na lógica de espetáculo político-midiático por ser acontecimento organizado pelo campo político que alcançou o status de evento midiático com uma intensa e massiva cobertura de todos os seus desdobramentos e com parte de seus eventos constituindo-se como grandes cerimônias midiáticas.

Tendo em vista a hibridização dos acontecimentos políticos no campo midiático, por sua vez, em veículos jornalísticos, estudaremos a seguir a relação entre jornalismo e política a fim de entender o contexto em que esse trabalho se apresenta.

3.4 Jornalismo e política

O jornalismo tem uma relação intrínseca com a democracia, principalmente por esta possibilitar sua liberdade de expressão, algo crucial ao exercício das atividades jornalísticas. Tendo o jornalismo um papel consensual na reconstrução discursiva do mundo, ele assume nas democracias um papel também de preservação do regime. A história do jornalismo na democracia está associada com a luta política pelas liberdades essenciais garantidas (TRAQUINA, 2004). Assegurar a liberdade de imprensa é uma forma de garantir os demais direitos fundamentais do cidadão e as outras liberdades. Conforme Traquina (2004), a relação entre jornalismo e democracia é simbiótica, pois a consolidação deste como campo caminhou junto com o fortalecimento das democracias liberais.

Seguindo essa elaboração, o jornalismo assume um papel de conservação na sociedade das instâncias democráticas. A teoria democrática atribui um duplo papel ao jornalismo: vigilância do poder²⁷ e serviço público. Para os filiados à teoria democrática, o jornalismo exerce esse duplo papel protegendo os cidadãos contra os abusos do Estado e fornecendo informações para os cidadãos exercerem suas atividades cívicas (TRAQUINA, 2004). De acordo Traquina (2004), a imprensa atua como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes. A imprensa funcionaria como uma autoridade que apresentaria as necessidades populares ao governo.

²⁷ Traquina (2004) utiliza a expressão *watchdog* para descrever a responsabilidade do jornalismo, dentre a divisão de poderes, de ser o guardião do governo.

Designando o jornalismo como quarto poder²⁸, os teóricos democráticos viam-no como um instrumento de reforma das sociedades, pelo qual seria possível efetuar as reformas sociais, através da liberdade de imprensa. Durante o desenvolvimento do jornalismo de esclarecimento, com a missão de orientar, esclarecer e informar a opinião pública, o conceito de quarto poder foi ampliado e o jornalismo passou a ser entendido também como um serviço da democracia, formador da opinião pública, como a vista da nação, fiscal do governo em nome do povo, defensor dos interesses do cidadão (REGINATO, 2015).

O papel de esclarecimento das notícias com potencial agregador e mobilizador também é discutido por Park (2008). Neste sentido, compreende a notícia como uma forma de conhecimento e orientação do homem no mundo na sua realidade vivida no tempo presente, capaz de produzir esclarecimento como matéria-prima de conversações e do debate. As notícias têm, assim, relevância democrática ao publicizar os acontecimentos e implicarem na formação da opinião pública. Para o autor, a notícia pode ser vista como um documento público que mostra o mundo e mobiliza a comunidade para ação política.

O esclarecimento promovido pelo jornalismo tem missão democrática: “A principal finalidade do jornalismo é oferecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001, p. 16). Isso porque o jornalismo está atrelado a criação de comunidades, capaz também de contribuir para a cidadania e para o funcionamento do sistema democrático. Os autores evidenciam que o jornalismo, ao retratar fatos comuns da realidade, concede aos cidadãos o sentido de pertencimento em uma comunidade e a soberania necessária para se autogovernarem.

A concepção da imprensa como quarto poder é retomada por Albuquerque (2000).

Mais do que meramente contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos, a imprensa brasileira tem reivindicado autoridade para em casos de disputas entre eles, intervir em favor de um poder contra o outro, a fim de preservar a ordem pública (ALBUQUERQUE, 2000, p. 43).

A imprensa assume para si um papel de árbitro das disputas entre os poderes constituídos em prol do bem comum da nação. Sendo assim, na configuração das sociedades democráticas com o estabelecimento dos poderes executivo, legislativo e judiciário a imprensa

²⁸ A expressão quarto poder foi utilizada pela primeira vez em 1828 por Thomas Macaulay, deputado do Parlamento Inglês, referindo-se à imprensa como quarto poder diante dos três poderes da Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o povo (REGINATO, 2015).

detém um papel de poder moderador. Para o autor, isso é em parte decorrente da ambivalência que caracteriza a divisão de poderes na política brasileira. Quanto ao poder executivo, na visão de Albuquerque (2000), a imprensa exerce seu papel deslocando-se, posicionando-se entre o governismo e oposicionismo aos governos de acordo com seus interesses próprios. No entanto, o pesquisador pondera que sua instância de poder não se dá no âmbito do estado e sim na sua atuação com a publicização dos problemas políticos.

Para Melo (2008), o jornalismo tem natureza essencialmente política, como frisa: “O direito de informar e de receber informação constitui o fermento da cidadania, o oxigênio que nutre a vida democrática, convertendo o jornalismo e a democracia em irmãos siameses.” (Melo, 2008, p. 90). Nos seus primórdios, o jornalismo atinha-se somente ao fato político. Conforme o autor, as instituições jornalísticas nasceram imbricadas com o poder político, contudo, com a evolução da sociedade, o jornalismo passa a corresponder também a outras demandas sociais para além da política.

Pode-se dizer que o jornalismo nasceu com o jornalismo político. Os primeiros periódicos constituíram-se com a proposta de propagar ideias e ideologias de grupos políticos. No Brasil não foi diferente, a emergência do jornalismo no país aconteceu com a configuração inicial das instituições jornalísticas e sua ligação a partidos políticos. Os jornais funcionavam como tribunas partidárias, eram panfletários, recheados de opiniões e porta-vozes de correntes políticas. Atualmente, as seções de política centram-se em registrar as atividades nos âmbitos federal, estadual e municipal da administração pública e do poder legislativo. Para Beltrão (1969), o jornalismo político atua em organismos oficiais, eleitorais, partidários e administrativos e por isso cumpre função importante na sociedade:

A reportagem política – a que está indissolivelmente ligada a ação administrativa do poder público – é considerada como um serviço de orientação e informação fundamental para a imprensa, desde que diz respeito aos interesses transcendentais do Estado. Ao contrário dos demais setores, que se dirigem a um público mais ou menos limitado, o da informação político-administrativa interessa tanto a políticos e homens de governo como às classes produtoras e trabalhadoras, aos profissionais liberais, aos intelectuais e artistas, aos universitários, enfim a todos os homens e mulheres cujo sistema de vida depende, naturalmente das linhas traçadas pela política do Governo (BELTRÃO, 1969, p. 293-294).

A constituição do jornalismo político como um gênero do jornalismo especializado sucedeu após o Estado Novo (1937-1945) com a redemocratização. A tarefa era informar aos leitores dos jornais a rotina do Congresso Nacional. Durante a ditadura militar (1964-1985), segundo Seabra (2006), o jornalismo político mesclou momentos de aproximação e distanciamento do regime, ora aderindo ao golpe ora denunciando-o. O retorno ao cenário

democrático possibilitou ao jornalismo político retomar sua função de vigilância aos poderes. Para o autor, a popularização da internet provocou transformações no jornalismo político, com profusão de blogs e sites de notícias que alimentam o debate político.

O interesse pelo jornalismo político reflete também a consolidação da democracia no Brasil, após o período de ditadura militar. A realização de eleições a cada dois anos também torna mais presente a vida política do país no cotidiano das pessoas. Com um maior acompanhamento da política, a fiscalização dos políticos e a cobrança por atitudes mais éticas nas três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) se amplia (SEABRA; SOUSA, 2006, p. 8-9).

O desafio de lidar com os interesses políticos e com o papel de transmitir a verdade em uma apuração rigorosa é pontuado por Martins (2005). Segundo o autor, o jornalismo político deixou de ser engajado para assumir uma postura isenta: “[...] a maior preocupação da cobertura é informar o leitor, e não convencê-lo a adotar determinadas ideias” (MARTINS, 2005, p. 18). Desafios estes que são potencializados em coberturas políticas de eleições, CPIs, escândalos e denúncias, pois a transmissão “pura” dos fatos não é suficiente aos leitores e as análises devem abdicar de parcialidade e partidarismos, embora saiba-se que a isenção não aconteça.

Na maioria dos casos, não basta apenas dar a notícia, ou seja, transmitir a informação factual mais recente. É necessário qualificá-la, relacioná-la com outros fatos, explicar suas causas e avaliar suas possíveis consequências. Em suma, é preciso entregar aos leitores não apenas a notícia, mas também o que está por trás e em volta da notícia. Dito de outra forma, é preciso explicar, analisar interpretar o que aconteceu (Martins, 2005, p. 21).

Em contrapartida, Ramos (1994) atenta para o compromisso político da imprensa brasileira. Ao analisar o caso do ex-presidente Fernando Collor de Mello, o autor afirma que não foi a primeira vez que essa articulou a condução e a queda de um governo. No fenômeno Collor, o autor pontua que a mesma imprensa que havia gerado a glorificação foi a que iniciou o lento massacre do seu governo e ídolo. Na sua análise, as crises políticas brasileiras para derrubar e manipular poderes sempre tiveram acolhida nas páginas dos jornais.

Fernando Collor foi o único candidato que mobilizou em favor de sua candidatura a unanimidade da grande imprensa brasileira, principal responsável por sua vitória significativa nas urnas, quando um ano antes do pleito de sua campanha despontou marcada pelo descrédito e pela perspectiva da inviabilidade. Foi também o único presidente que, em pouco mais de dois anos de governo, perdeu o mandato sob a pressão impositiva dos mesmos veículos de comunicação que sustentaram sua ascensão ao poder. E foi, igualmente, o único presidente brasileiro destituído do cargo por um processo de *impeachment*, conduzido pelo Congresso Nacional com a observância rigorosa de todos os rituais estabelecidos pela Constituição (RAMOS, 1994, p. 05)

O poder da imprensa ao “fazer e desfazer um presidente” é também abordado por Lattman-Weltman (1994). Na sua avaliação do caso Collor, o pesquisador ressalta que a imprensa se destaca pelo compromisso com a realidade e pela difusão da opinião pública.

Ao longo do período que vai da ascensão de Collor nas pesquisas eleitorais até o seu afastamento, a imprensa evoluiu do descaso à expectativa, do apoio à decepção, oscilou entre o acompanhamento hesitante e a intervenção clara, consequente e eficaz. De qualquer modo, atuou efetivamente como um “quarto poder”, um interlocutor privilegiado do cenário político, que dialoga com as demais forças, expõe suas propostas, faz suas escolhas e intervém na formação dos consensos e iniciativas políticas. Esta intervenção se fez de múltiplas formas, com diferentes graus de autoconsciência e de acordo com distintas e, por vezes, contraditórias temporalidades (Lattman-Weltman, 1994, p. 103).

Para ele, foi nessa posição de interlocutor privilegiado e porta-voz da opinião pública que a imprensa articulou a vitória e queda do presidente Fernando Collor de Mello, conduzindo os desdobramentos, investigando e produzido novos fatos e incentivando a mobilização popular. Embora dadas as diferenças entre o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello com a destituição da presidente Dilma Rousseff, consideramos válido retomar as avaliações sobre o primeiro caso para a análise que se destina esta pesquisa.

A seguir, traçaremos a cronologia dos fatos que acarretaram no processo de *impeachment* e, conseqüentemente, na destituição da presidente Dilma Rousseff.

3.5 O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff

A presidente Dilma Rousseff (PT) foi eleita para o segundo mandato²⁹ em 26 de outubro de 2014 com 51,65% dos votos válidos (54,5 milhões) contra 48,36% dos votos (51 milhões) a favor de Aécio Neves (PSDB)³⁰. Dilma teve como companheiro de chapa o vice-presidente Michel Temer em uma coligação composta por nove partidos. O pleito presidencial foi considerado o mais acirrado em 30 anos, desde a redemocratização do Brasil. O resultado das urnas foi lido pela imprensa³¹ e políticos como um país dividido, na formação de um Brasil polarizado entre simpatizantes ao PT e não simpatizantes.

²⁹ O primeiro mandato de Dilma foi do período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014. Antes de assumir a presidência da República, Dilma Rousseff foi ministra-chefe da Casa Civil (2005-2010) e ministra de Minas e Energia (2003-2005) durante o governo Lula.

³⁰ As informações utilizadas neste subcapítulo são baseadas em informações retiradas de sites de veículos jornalísticos como G1 (<<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/>>), Estadão (<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,impeachment-e-aprovado-no-senado-e-dilma-e-cassada,10000073183>>), O Globo (<<https://oglobo.globo.com/brasil/impeachment/>>) e Folha de São Paulo (<<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2015/brasil-em-crise/o-impeachment-de-dilma/>>). Acesso em 24 de novembro de 2017.

³¹ O objetivo deste subcapítulo é contextualizar cronologicamente o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, por isso não serão analisados criticamente os fatos aqui expostos.

Ainda no mesmo 26 de outubro, partidários de Aécio já pediam o impedimento da presidente recém-eleita em meio a manifestações na Avenida Paulista, em São Paulo. No dia 30 de outubro de 2014, o PSDB abriu no tribunal Superior Eleitoral um pedido de auditoria especial no resultado das eleições. Em dezembro, recorreu à justiça eleitoral pedindo a cassação da chapa completa de 2014, Dilma/Temer. Como os reveses ao governo já iniciaram antes mesmo do mandato começar oficialmente, primeiramente iremos rememorar a situação política e econômica instalada no país que implicou na destituição da presidente Dilma Rousseff, antes de tratarmos propriamente do processo de *impeachment*.

Em 15 de março de 2015, mais de 2 milhões de pessoas, em cerca de 160 municípios do Brasil, participaram de protestos contra a corrupção e o governo Dilma. Paralelamente, a Operação Lava-Jato avançava a passos largos, acarretando na prisão de vários líderes do PT. Em abril de 2015, dadas as dificuldades do Governo em articular com o Congresso, o vice-presidente Michel Temer assumiu a articulação política. Em 27 de maio de 2015, representantes do MBL protocolaram o pedido de *impeachment* da presidente na Câmara dos Deputados. A base de aliados de Dilma se solvia e ela não contava com o apoio majoritário sequer de seu partido, o PT, como explica Jorge Bastos Moreno, jornalista político e nesse período colunista em Brasília de O Globo:

A partir também de sua eleição, Dilma nunca mais conseguiu se entender com o seu padrinho político. Aos quatro ventos, Lula falava mal dela. Embalado por esse conflito entre o criador e a criatura, o PT também, passou a questionar o governo, principalmente por causa da nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. Antes de o PMDB romper com Dilma, o PT já havia assumido a primazia dessa ameaça, no seu encontro nacional no Rio de Janeiro. Mas, Lula interveio em favor de Dilma (MORENO, 2017, p. 10).

No início do segundo semestre de 2015, a economia protagonizou os debates políticos e se tornou o centro da crise governamental, pois o governo registrou o pior resultado em contas para o primeiro semestre, desde o início da série histórica em 1997. Afora que apresentou a proposta orçamentária de 2016 com déficit primário de R\$30,5 bilhões. Como rememora Rodrigo de Almeida, jornalista, cientista político e ex-secretário de Imprensa do Governo Dilma Rousseff: “A crise econômica seria irmã da crise política, e vice-versa, e ambas seguiriam juntas até o *impeachment*” (ALMEIDA, 2016, p. 42)³². Em setembro de 2015, após intensas especulações o país foi rebaixado pela agência americana Standard & Poor’s, perdendo o *rating*

³² Para contextualizar o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff utilizamos dois livros identificados, posteriormente, nas referências. No entanto, o acontecimento se tornou tema de muitas obras, com diferentes leituras sobre o processo. Em uma busca rápida pela internet, identificamos mais de 30 títulos a respeito da destituição de Dilma.

de bom pagador. O agravamento da recessão econômica afetou ainda mais a credibilidade do governo, como observa Almeida:

Não há economia que resista a maciços ataques de catastrofismo. Tanto a mídia brasileira gritou que o Brasil vivia um inferno econômico que as coisas efetivamente se complicaram – mais do que poderiam ter se complicado. [...] E quando uma economia não resiste, a confiança num presidente da República desaba. Um roteiro sombrio estava por vir (ALMEIDA, 2016, p. 55-67).

As articulações para o processo de *impeachment* de Dilma já eram evidentes. Em agosto, o Michel Temer deixou a articulação política e manifestou descontentamento com os rumos do governo e da liderança de Dilma. Em 16 de agosto, manifestantes realizaram novos protestos por todo o país pedindo a renúncia de Dilma e o fim da corrupção. O governo registrava uma baixa popularidade, de acordo com a pesquisa Datafolha³³, divulgada em 6 de agosto, 71% dos brasileiros reprovavam o governo Dilma – o pior índice da história da pesquisa – e 66% aprovaram processo para afastamento da presidente.

Em 7 de outubro de 2015, Dilma foi acusada de cometer crime de responsabilidade fiscal pelas “pedaladas fiscais”, que são artifícios utilizados pelo governo para alívio momentâneo e imediato nas contas públicas. A ação partiu do Tribunal de Contas de União que recomendou ao Congresso reprovar as contas do governo de 2014. Com base nessas acusações, em 21 de outubro, os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e a advogada Janaína Paschoal protocolaram pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados.

Em 2 de dezembro de 2015, logo após a bancada do PT votar a favor pela continuidade de um processo na Comissão de Ética da Câmara pela cassação de Eduardo Cunha, – acusado de crimes de corrupção pela Lava Jato – ele anunciou que acolheria o pedido de *impeachment* contra a presidente requerido pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. O pedido era apoiado pela oposição e por movimentos contrários a Dilma, ao PT e ao governo, como o Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre. O ato foi considerado pelo governo como uma vingança, ou seja, uma retaliação diante da posição do PT em não proteger Eduardo Cunha. Almeida (2016) descreve esse momento trágico para o governo:

Apesar de o PSDB e o candidato derrotado nas eleições de 2014, Aécio Neves, terem namorado o perigo desde o dia seguinte à eleição, o fantasma que rondava o Planalto nos 11 meses do segundo mandato finalmente havia se transformado num fato consumado. Com aquele anúncio, Eduardo Cunha, o homem acusado de manter

³³ De acordo com a pesquisa de opinião pública, organizada pelo Instituto Datafolha, divulgada em 6 de agosto de 2015. Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1665278-recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml>>. Acesso em 17 de novembro de 2017.

contas no exterior com dinheiro de corrupção na Petrobras, deflagrara o processo que pedia a cassação de uma mulher de biografia limpa (ALMEIDA, 2016, p. 112).

Diante da abertura do processo de impedimento de Dilma na Câmara, Michel Temer optou pela estratégia do silenciamento, enquanto setores do PMDB articulavam com a oposição pela queda de Dilma. Em 8 de dezembro de 2015, tornou-se pública uma carta de Temer endereçada à Dilma com queixas sobre o secundarismo de sua atuação no governo devido ao pouco espaço cedido pela presidente. No texto, Temer se definiu como um “vice decorativo”. A carta selou o rompimento de Dilma e Temer. Para Almeida (2016), naquele momento Temer explicitava sua conspiração contra a presidente Dilma.

O ano de 2016 iniciou com a presidente Dilma à prova do *impeachment*, com avanços da Operação Lava Jato e o agravamento da crise política e econômica. No dia 3 de março de 2016, Delcídio do Amaral, ex-senador pelo PT, firmou um acordo de delação premiada com a Procuradoria Geral da República e fez acusações contra Dilma e Lula. Na sexta-feira, 4 de março de 2016, em mais um capítulo da Lava Jato, o ex-presidente Lula foi encaminhado em condução coercitiva a depor na sede da Polícia Federal no Aeroporto de Congonhas (SP). O dia 13 de março de 2016, um domingo, ficou marcado por protestos espalhados por todo o país. Os protestos, tanto contra como a favor do governo, teriam frequência intensificada a cada nova fase do *impeachment* de Dilma.

Na quarta-feira, dia 16 de março de 2016, o ex-presidente Lula aceitou comandar a Casa Civil do governo Dilma. No mesmo dia, o juiz Sérgio Moro vazaria à imprensa diálogos gravados de interceptação telefônica de Dilma e Lula entendendo que a ação seria uma forma de garantir foro privilegiado ao ex-presidente. A ação desencadeou protestos contrários ao governo em todo o país, mobilizando multidões. No dia 18 de março, o ministro do STF Gilmar Mendes suspendeu a nomeação do ex-presidente como ministro-chefe da Casa Civil. Ainda no final do mês de março o PMDB rompeu formalmente com a presidente Dilma. O fato somado à baixa popularidade da presidente estremeceu o Planalto, como rememora Moreno (2017):

Uma nova pesquisa Datafolha indica que 68% dos entrevistados são favoráveis ao *impeachment* de Dilma. PMDB rompe definitivamente com a petista, em decisão por aclamação que durou apenas três minutos; o partido começa a desembarcar de seus ministérios. Para impedir que Temer seja presidente em exercício, Dilma cancela viagem aos Estados Unidos. O governo, pela primeira vez, crê que a ameaça de perda do mandato de Dilma Rousseff seja real (MORENO, 2017, p. 228).

No dia 11 de abril de 2016, a comissão especial de *impeachment* da Câmara — eleita em 17 de março composta principalmente por membros do PT e do PMDB — votou favorável ao avanço do processo na Casa por 38 votos a 27. Dessa forma, a decisão do afastamento ou

não da presidente seria votada em plenário. Na noite de domingo, 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de *impeachment* por 367 votos a favor e 137 contra, além de nove ausências e abstenções. Sendo assim, o processo seguiu para o Senado.

Na segunda casa legislativa, os senadores decidiram pela abertura do processo e pelo afastamento temporário da presidente, no dia 12 de maio, por 55 votos a 22, sem nenhuma abstenção, após 22 horas de sessão. Em 10 de agosto de 2016, o Senado aprovou por 59 votos a 21 o relatório da comissão especial, levando Dilma ao julgamento pelos senadores. No dia 29 de agosto, Dilma fez um discurso em defesa própria no Senado e respondeu a questionamentos dos senadores. No pronunciamento, a presidente afirmou que era alvo de um golpe de estado e negou ter cometido crimes de responsabilidade. Após 180 dias afastada do Planalto, o dia 31 de agosto selou o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. No último capítulo, o Senado confirmou o impedimento da presidente por 61 votos a 20, sem abstenções. Com esta decisão, o Senado afastou definitivamente Dilma da Presidência da República. Logo após, em outra votação, os senadores decidiram por 42 votos a 36 e três abstenções, a manter a presidente habilitada a exercer e concorrer a cargos públicos.

Somados, esses fatores adornaram o processo e consumaram a derrubada. Curiosamente a punição maior foi dada à presidente sobre quem não havia acusação formal concreta, muito menos suspeita de corrupção. Mas corrupção não seria o motivo, e sim o prolapado “conjunto da obra”. Muitos queriam ver Dilma fora dos palácios presidenciais e se as perícias no Senado negaram fundamento das duas acusações (as pedaladas fiscais e os créditos suplementares), que se votasse a favor de um *impeachment* em nome daquele “conjunto da obra” – uma soma de argumentos diversos que poderiam ir da crise econômica à propagada antipatia presidencial. Assim se fez, Dilma caiu, o PT arruinou-se, e o país pôde voltar a acreditar no fim da paralisia – até a próxima frustração com os novos inquilinos do Palácio. (ALMEIDA, 2016, p. 216)

No dia 27 de junho de 2016, a perícia do Senado informou que Dilma não cometeu pedaladas fiscais – principal argumento do processo de *impeachment*. O mesmo aconteceu com Fernando Collor de Mello, como lembra Moreno (2017):

Quando tudo isso for decantado, o discurso do golpe, que alimentou sua agonia, será relegado à sua verdadeira dimensão: uma disputa de poder, onde o lado mais forte venceu. E, ao contrário do que ela disse no discurso de defesa, o “conjunto da obra” não vale apenas para eleger ou derrotar candidatos, mas também para desalojar presidentes. É que todo e qualquer processo contra presidente da República é político. Vide Collor, derrubado pelo Congresso, mas absolvido por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (MORENO, 2017, p. 14).

No próximo capítulo, estudaremos como as revistas semanais de informação geral construíram os sentidos nas narrativas da cobertura do ato final de impedimento da presidente Dilma Rousseff – análise a qual se destina essa pesquisa.

4 O DISCURSO DO *IMPEACHMENT* NAS REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO GERAL

Com este capítulo pretende-se entender o discurso de cobertura do *impeachment* em *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*. Para isso, primeiro trataremos da análise de discurso – metodologia utilizada nesta pesquisa para a análise – e, posteriormente, buscaremos entender como o jornalismo se constitui como um discurso. Por fim, elencaremos os sentidos encontrados e iremos expor o resultado da análise das publicações.

4.1 Metodologia: a análise de discurso

A análise de discurso francesa (AD) é um dos métodos possíveis de pesquisa de textos jornalísticos. Consolidou-se a partir dos anos 1960, de acordo com Benetti (2007), e exige a compreensão de conceitos centrais sobre discurso. Conforme Orlandi (1999):

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 1999, p. 15).

Do mesmo modo, Charaudeau (2001) atenta para as distinções entre discurso, linguagem e texto. Para o autor, o discurso ultrapassa a expressão da linguagem.

Não se deve confundir *discurso* com *texto*. É preciso considerar *texto* como o objeto que representa a materialização da encenação do ato de linguagem. O texto é o resultado singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares. Cada texto é, assim, atravessado por vários discursos ligados a gêneros ou a situações diferentes (CHARAUDEAU, 2001, p. 25, grifos do autor)

Na sua análise, o discurso é uma encenação da significação com um componente enunciativo, o discurso, e o outro enuncivo, a história. (CHARAUDEAU, 2001). Seguindo essa leitura, o pesquisador francês define discurso como um fenômeno da encenação do ato da linguagem e como um conjunto de saberes partilhados. Ao conceituar discurso, Charaudeau (2004) elenca como seus aspectos constitutivos: não se confinar a um texto, obra ou ciência; ser concebido pela inclusão de um texto dentro de seu contexto; ser orientado a um fim; supor uma organização transfrástica; é uma forma de ação; exige interação; é contextualizado; é assumido; é regido por normas; e é assumido em um interdiscurso.

Para Charaudeau (2008), o discurso:

Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido (CHARAUDEAU, 2008, p. 40).

Dialogando com Charaudeau, Orlandi (1999) elenca as distinções entre discurso e a definição elementar de transmissão de mensagem entre emissor e receptor baseada em um código e referindo-se a um referente da realidade. Para a pesquisadora, as relações de linguagem são de sujeitos e de sentidos. Na perspectiva da análise de discurso a língua é uma condição de possibilidade de discurso.

Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que um primeiro fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Desse modo, dissemos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação de sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade (ORLANDI, 1999, p. 21).

Na análise de discurso, os textos são documentos com múltiplas possibilidades de leitura. Compete ao texto o papel de objeto da análise, porque interessa compreender a discursividade que o constitui. De acordo com os preceitos de Orlandi (1999), o discurso é uma prática, não um conjunto de textos. O texto é um exemplar do discurso.

O texto é texto porque significa. Então, para a análise de discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica (ORLANDI, 1999, p. 69).

Em convergência com a proposta de Charaudeau e Orlandi, Benetti (2007) elenca o dialogismo como uma das características do discurso. O dialogismo aparece sobre dois pontos: a interdiscursividade e a intersubjetividade. A interdiscursividade está associada aos estudos sobre discurso entre diferentes discursos. Já a intersubjetividade leva em conta que o discurso só existe entre sujeitos. Para a pesquisadora, a intersubjetividade permite refutar a literalidade, ou seja, a ideia de que o discurso conteria uma verdade intrínseca e literal.

Na elaboração de Benetti (2007), o discurso pode ser compreendido como uma estrutura aberta que permite ressignificações, ou seja, diversas possibilidades de leitura e interpretação, não sendo transparente. Para ela, os discursos são “históricos e subordinados aos

enquadramentos sociais e culturais” (BENETTI, 2007, p. 108). Por isso, é necessário analisá-lo considerando o contexto de produção de sentidos – tanto de leitura, como enunciação, já que o sentidos resultam de processo de interação entre texto e leitor.

Sabemos que a relação entre linguagem e exterioridade é constitutiva do discurso. O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário. Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação (BENETTI, 2007, p. 109).

A análise de discurso trata o discurso como uma mediação entre o homem e a realidade, por isso analisa todo o contexto em que é concebido, com as condições de produção e fenômenos da exterioridade, como tempo e espaço. Assim, a metodologia estuda a relação entre língua-discurso-ideologia. Orlandi (1999) considera que os sentidos estão para além das palavras e dos textos, constituindo-se nas relações entre sujeitos.

A Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta através do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 1999, p. 26).

A historicidade dos sentidos é também abordada por Orlandi (1999). Ela avalia que todo dizer porta uma memória e reformulação, sendo carregados de significação já dadas e interpretadas em recontextualizações. “Os dizeres [...] são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas [...] Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito e com o que poderia ser dito e não foi ” (ORLANDI, 1999, p. 30).

A questão central da AD é entender como um texto significa e não o que ele diz, por isso afirma-se que ela concebe o texto em sua discursividade. Conforme Orlandi, cabe à AD compreender também o que não é dito através do que é dito, como foram construídos os sentidos do que é dito, como significa, e identificar o ocultamento, a paráfrase e a polissemia.

Buscando identificar os aspectos externos ao texto, a análise de discurso possibilita o mapeamento de vozes e sentidos – elementos que estão além da camada discursiva visível. Segundo Benetti (2007), a análise inicia na identificação das formações discursivas (FDs), que são núcleos sobre os quais reúnem-se os sentidos nucleares pela predominância de significados.

A lógica da AD nos diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa e não outra. Por isso conceitua-se uma formação

discursiva como *aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito* ((BENETTI, 2007, p. 112).

Segundo Benetti (2007), o analista deve interpretar os sentidos, construir quadro de formações discursivas justificadas e nomeá-las indicando o sentido principal. Após o mapeamento dos principais sentidos, o pesquisador deve atentar para as formações ideológicas, externas ao texto analisado.

Através da formação discursiva que compreendemos os diferentes sentidos e o funcionamento discursivo de um texto. Por essa perspectiva, a ideologia é a constituição do sujeito e dos sentidos. Desse modo, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, como ressalta Orlandi (1999).

O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. Não há sentido sem interpretação e, além disso diante de qualquer objeto simbólico o homem é lavado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? (ORLANDI, 1999, p. 45).

Após a identificação das formações discursivas e de suas marcas discursivas, o analista busca encontrar as formações ideológicas, que determinam o posicionamento daquele determinado texto.

A Formação Discursiva contém a posição de um sujeito que a determina: “naquela” posição, “naquela” conjuntura social e histórica, apenas alguns sentidos “podem e devem” ser construídos. Este “externo” que acaba determinando a materialidade discursiva é denominado, na AD, Formação Ideológica (BENETTI, 2006, p. 7).

Para essa análise utiliza-se dos interdiscursos³⁴⁻, observando qual discurso é predominante naquele texto e qual é outro discurso que entrecruza a temática. A metodologia leva em conta também durante a análise a paráfrase (repetição), porque compreende que a repetição de sentidos em várias sequências discursivas³⁵⁻ reitera sua significação, e o silenciamento, porque ao analisarmos o que é dito e pode ser dito, está implícito o que não pode ser dito.

A AD é pertinente também ao mapeamento das vozes nos discursos. Benetti (2007) pondera que todo discurso é dialógico, mas não necessariamente polifônico. A polifonia de um discurso é dada pela articulação de diferentes pontos de vista e perspectiva pela qual os

³⁴ Segundo Furtado (2013), interdiscurso é o campo formado pelo cruzamento e relação de diversos discursos. Os diferentes discursos relacionam-se não de forma estanque, podendo se colocar em hierarquia. A autora considera que o discurso é caracterizado por meio desses espaços discursivos. “Pensar a heterogeneidade discursiva desta forma é considerar que a presença do interdiscurso está no próprio coração do intradiscurso, que são os sentidos relacionados e presentes no próprio discurso, ou no texto” (FURTADO, 2013, p. 113).

³⁵ A análise de discurso nomeia como sequência discursiva, os trechos recortados dos textos a serem analisados (ORLANDI, 1999).

locutores enunciam. No entanto, muitas vezes, diferentes posições de sujeito enunciam mesma perspectiva. As posições que os sujeitos ocupam nos discursos não são estanques. O indivíduo se move entre as posições de sujeito. Segundo a pesquisadora, são lugares construídos externamente, fora dos discursos.

Já a posição do analista, para Orlandi (1999), é deslocada entre o interior e o exterior do objeto simbólico para compreender a produção de sentidos e as condições discursivas. Assim, ele pode teorizar e descrever os efeitos da interpretação. Esse objeto analisado permanece disponível para novas abordagens, pois faz parte de todo um processo discursivo.

Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes (ORLANDI, 1999, p. 62).

Tendo em vista o exposto sobre os fundamentos teóricos da análise de discurso e as variadas possibilidades de interpretação de um objeto simbólico, Benetti (2007) conclui que não há uma fórmula a ser aplicada. Cada analista deve encontrar, dentro de parâmetros de rigor, o seu recorte e forma de realizar a leitura crítica.

Uma metodologia, sabemos, está longe de ser apenas um rol de procedimentos dos quais lançamos mão para resolver problemas específicos. Uma metodologia insere-se, necessariamente, em quadros teóricos capazes de sustentar uma visão particular sobre o objeto de pesquisa (BENETTI, 2006, p. 2).

Após a compreensão de discurso e da análise discursiva como metodologia para identificação de sentidos, ideologias e vozes nos discursos, veremos a seguir as características do discurso jornalístico e buscaremos compreender o jornalismo como um discurso.

4.2 Jornalismo e discurso

A adoção da análise de discurso como metodologia para pesquisa e mapeamento de sentidos em discursos jornalísticos converge com o avanço do paradigma construtivista – que adentra os estudos de jornalismo nos anos 1970, em oposição ao modelo positivista da teoria do espelho, de acordo com Benetti (2007). A teoria construcionista considera que o jornalismo não é o retrato fiel da realidade e não reflete a realidade tal como é, e sim um recorte, ou seja, uma representação da realidade. A partir dessa perspectiva, podemos auferir que o jornalismo é uma leitura, uma interpretação da realidade e compreendê-lo como um discurso. A pesquisadora salienta que assumir o jornalismo como um discurso opaco e não transparente, com várias possibilidades de interpretação põe em xeque as práticas de produção de sentidos pelo campo.

Assumir essa característica como um dos pressupostos do jornalismo leva-nos a reconhecer que o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo *dirigida* a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia de que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer (BENETTI, 2007, p. 108).

Para refletir sobre a relação entre jornalismo e discurso é preciso definir o que é o discurso jornalístico. Para Charaudeau (2008), o ato de informar participa do processo de criação de sentidos na significação do mundo. “O ato de informar inscreve-se nesse processo porque deve *descrever* (identificar-qualificar fatos), *contar* (reportar acontecimentos), *explicar* (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 40). O sentido do discurso é, dessa forma, construído pelos atos de linguagem.

Ao caracterizar o discurso informativo³⁶, Charaudeau (2008) o define como voltado para o seu alvo com o objetivo de transmitir-lhe saber; ter sua comunicação sujeita ao filtro dos imaginários de produção e recepção; ter os efeitos produzidos, muitas vezes, distantes dos efeitos visados; ter o status da verdade no acontecido, no ocorrido; ter o dever de provar a veracidade dos fatos transmitidos com testemunhos, constatação e relatos; ter que apresentar uma prova ao público receptor; oferecendo aos informados uma explicação simplificada e dramatizada sobre os acontecimentos.

“O discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja, pela autoridade que o saber lhe confere. Informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder de dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”). Além disso, basta que se saiba que alguém ou uma instância qualquer tenha a posse de um saber para que se crie um dever de saber que nos torna dependentes dessa fonte de informação. Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro” (CHARAUDEAU, 2008, p. 63).

Esse “poder de dizer” do discurso informativo apontado por Charaudeau (2008) foi construído historicamente no jornalismo, sendo atribuído ao campo a função legitimada de reconstruir discursivamente os acontecimentos do mundo. (BENETTI, 2007). Com esse papel, o jornalismo exerce interferência na realidade pela construção de sentidos.

É *efeito e produtor de sentidos*, pois, se por um lado deriva da fala de indivíduos inseridos historicamente em seu tempo, sendo efeito dominantes nesses contextos, por o outro tem o poder de nomear, consagrando ou ocultando sujeitos, políticas, instituições, práticas e ideologias (BENETTI, 2007, p. 37, grifos da autora).

A autora parte da seguinte conceituação:

³⁶ Charaudeau (2008) define como o discurso informativo, porém podemos identificar na sistematização do autor características próprias do discurso jornalístico. Manteremos a forma proposta pelo autor, mas compreendemos como o discurso promovido pelo jornalismo – campo em que se situa esta pesquisa.

Compreendemos o jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos. De forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco. D) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares (BENETTI, 2007, p. 107).

O jornalismo como discurso só existe entre sujeitos. A respeito da polifonia do discurso, Benetti (2007) pondera que a premissa de que todo discurso é dialógico, mas não necessariamente polifônico, se estende ao jornalismo, porque embora circulem muitas vozes em seu interior – fontes, jornalista, empresa, leitores –, essas não necessariamente expressam ideologias ou perspectivas diferentes.

A autora ressalta que para que o discurso jornalístico aconteça “os interlocutores devem reconhecer as permissões e restrições dos sistemas de formação do jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero” (BENETTI, 2008, p. 19). Para Benetti, o jornalismo é um discurso com um contrato de leitura específico, amparado na credibilidade de jornalistas e fontes.

Ainda sobre o discurso jornalístico, Berger (1996) frisa que ele é híbrido, “público, institucionalizado e legitimado para as transmissões do saber cotidiano. É o discurso da atualidade com recursos estetizantes” (BERGER, 1996, p. 191). A heterogeneidade é outra particularidade do jornalismo. O discurso jornalístico é também interdiscursivo por articular os diversos discursos – político, propagandista, científico, didático, entre outros – sobre a sua lógica. No caso desta pesquisa em que se busca analisar a cobertura do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff o discurso predominante nas revistas é o jornalístico com presença do discurso político³⁷, por se tratar de discurso produzido por publicações jornalísticas a respeito de um acontecimento político.

Partindo do ponto de vista comunicacional, que trata dos gêneros do discurso para além de gêneros de texto e considera as condições específicas de produção, circulação e interpretação, Benetti (2008) compreende o jornalismo como um gênero do discurso dentro do tipo midiático.

Decifrar a realidade e reconstruí-la sob a ordem da narração exige do jornalista o domínio de técnicas de estratégias discursivas particulares, inscritas nos elementos do contrato de comunicação de um gênero discursivo totalmente singular – distinto de

³⁷ Charaudeau (2013) define que qualquer enunciado dependendo da circunstância em que se encontra pode ter um sentido político, sendo assim é a situação de comunicação que torna um discurso político e não o conteúdo. Para o autor, discurso político é visto como um discurso mais destinado a encenação que a compreensão do propósito, por isso é o lugar próprio para o jogo de máscara. “O discurso político resulta de uma mistura sutil entre a palavra que deve fundar a política e a que deve gerir política” (CHARAUDEAU, 2013, p. 45). O pesquisador frisa que toda ação política está indissociavelmente ligada a um discurso político.

qualquer outro gênero do discurso e mediado, desde sempre, por sua missão pública (BENETTI, 2008, p. 25).

Para a autora, o que institui o jornalismo como um gênero discursivo particular é a correspondência às expectativas geradas pelo contrato de comunicação – uma espécie de acordo prévio estabelecido e reconhecido pelos sujeitos envolvidos no ato discursivo. “Para produzir e compreender um discurso, exige-se dos interlocutores certa competência sobre o gênero em questão: sei o que esperar de um discurso, assim como sei formulá-lo, porque conheço as características daquele gênero em particular” (BENETTI, 2006, p. 5).

Segundo Benetti (2007), todo gênero de discurso é regido por normas. No jornalismo, o contrato de comunicação, tomado como um acordo implícito entre leitorado e veículo, é o que define as normas e papéis dos interlocutores. A sua base é o entendimento do jornalismo como um discurso comprometido com a verdade (BENETTI, 2007).

No jornalismo, o contrato entre jornalistas e leitores ampara-se nestes pressupostos, ainda que ilusórios: o jornalista não mente; embora a empresa e o jornalista possam ter interesses particulares, esses não superam o interesse do leitor; o jornalista só recorre a fontes credíveis; o jornalista cruza fontes e versões, oferecendo informações confirmadas (BENETTI, 2006, p. 6).

O contrato descrito por Benetti (2006) é o que Charaudeau (2008) define como contrato de comunicação³⁸. O pesquisador francês afirma que “o necessário reconhecimento recíproco da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que eles estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência” (CHARAUDEAU, 2008, p. 68). Essa premissa subtende que para o ato de comunicação funcionar os sujeitos participantes devem ter ciência do contrato de comunicação, reconhecendo e dominando as “regras do jogo” para aderir ou não ao contrato. O contrato de comunicação elaborado por Charaudeau (2008) é ancorado em cinco condições: sujeitos e posição de fala (quem diz e para quem), finalidade do discurso (para quê se diz), conteúdo da publicação (o que se diz ou do que se trata), condições de constituição do discurso (em que condições se diz) e às estratégias discursivas (como se diz).

Essas condições são sistematizadas por Benetti (2008) no âmbito do discurso jornalístico. Para a autora, a noção do para quê se diz pode ser compreendida pelos diferentes papéis que o jornalismo exerce, como uma forma social de conhecimento, como mediador da realidade e como vigiar o poder e Estado. A condição de propósito relaciona-se aos critérios de

³⁸ Em sua obra, Charaudeau (2008) faz uma sistematização completa do conceito de contrato de comunicação, elencando os dados externos e internos – condições específicas que modulam o contrato –, que serão retomados na análise.

noticiabilidade e o valor de atualidade do jornalismo. Já a condição de identidade diz respeito ao leitor real e virtual postos no ato, o jornalista, a empresa jornalística. E, por último, a condição textual que refere-se às estratégias discursivas empregadas no discurso jornalístico como as práticas de apuração e narração dos acontecimentos.

O jornalismo é um discurso particular que acontece dentro da moldura de um contrato de comunicação. Isso significa que ele precisa cumprir certos requisitos para que possa ser reconhecido como tal. Embora esses requisitos, muitas vezes, pareçam naturais, é sempre importante lembrar que são princípios e valores historicamente construídos e reafirmados de maneira constante para terem sua legitimidade reconhecida pelos sujeitos envolvidos: jornalistas, fontes, leitores, empresários, pesquisadores (BENETTI, 2013, p. 49).

O contrato de comunicação entre leitores e jornalistas solidifica-se também através da credibilidade e da noção de verdade construída sobre o campo jornalístico. Para Benetti (2008), “Não é senão por causa desses conceitos que o jornalismo se constitui como um campo de saber com as características expostas, que podem distingui-lo, no imenso universo da comunicação midiática, de outros discursos” (BENETTI, 2008, p. 24). A credibilidade jornalística “deriva da compreensão (social) de que o jornalismo é uma prática autorizada a narrar a realidade” (BENETTI, 2008, p. 21).

Para Berger (1996), a credibilidade é o capital simbólico do jornalismo, pois é da sua natureza fazer crer.

[...] é na “crença” da superposição entre o real e o texto na concepção da linguagem como descritiva dos fatos que reside a credibilidade da imprensa, que foi sofisticando os artifícios para comprovar a existência do real/verdade com a foto, o rádio e a tevê. A instantaneidade, a simultaneidade, o “ao vivo” ratificam a aparência do acontecimento acontecendo logo, fato e relato indistinguíveis (BERGER, 1996, p. 189).

Todos os aspectos elencados acima demonstram porque podemos compreender o jornalismo como um discurso – perspectiva adotada nesta pesquisa.

4.3 Procedimentos metodológicos: identificando os sentidos

Partindo do entendimento do jornalismo como um discurso e dos fundamentos teóricos da análise de discurso, a seguir serão expostos os procedimentos utilizados para encontrar os sentidos do discurso sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff nas revistas semanais de informação geral.

Para a melhor compreensão da cobertura da votação do Senado do impedimento realizada por *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital* realizou-se, em um primeiro momento, uma leitura crítica das edições que compreendiam esse episódio do processo, período delimitado em

três semanas: a edição anterior à votação final, a edição histórica (lançada logo após o impedimento) e a edição posterior às históricas. Após observar que durante as três semanas que compreenderam a votação final do *impeachment* as publicações trataram do acontecimento de forma não homogênea, optou-se por analisar as edições históricas, também chamadas de especiais por algumas publicações, que são as edições imediatamente posteriores ao ato de impedimento deferido pelo Senado. Dessa forma, os sentidos que serão apresentados nesta pesquisa estão baseados na análise das edições 2.494 de *Veja*, 951 de *Época*, 2.439 de *IstoÉ* e 917 de *CartaCapital*.

Nessas edições, as quatro revistas semanais de informação geral dedicaram edições especiais³⁹ ou históricas para tratar do acontecimento, que foi o principal conteúdo de todas as publicações. *Veja* dedicou sua reportagem principal para abordar o futuro do PT, os rumos do Brasil comandado por Temer e resgatar o histórico do processo de *impeachment*. No especial de *Época* é tratado o futuro do país após o *impeachment*, o histórico e causas do processo e os personagens principais do episódio. A publicação confere destaque ainda a não cassação dos direitos políticos de Dilma Rousseff. Já em *IstoÉ* o processo de *impeachment* aparece em segundo plano, com destaque para o especial sobre o novo governo, abordando os planos de Michel Temer para o país, as prioridades, o perfil do novo presidente e aliados do governo. O *impeachment* é abordado, principalmente, pela manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff, seguidos do perfil da ex-presidente, do futuro do PT e da esquerda no Brasil. *CartaCapital* aborda o *impeachment* sob o enquadramento cronológico dos acontecimentos do processo, atentando para as causas e consequências do ato. A revista também trata do governo de Michel Temer.

O ponto comum em todas as publicações é o tratamento do acontecimento como especial ou histórico e que destinam suas reportagens principais acerca dele. Dentre esse escopo o resultado permanece não sendo homogêneo, com disparidades no espaço destinado à cobertura do *impeachment* e com espaço para outros acontecimentos da semana. Notou-se também dentre as reportagens especiais sobre o *impeachment*, a presença de textos não relacionados ao processo em si. Por isso, delimitou-se ainda nessas edições a análise somente dos textos diretamente relacionados ao processo de *impeachment*, sendo desconsiderados as

³⁹ A publicação de edições especiais acarreta num efeito de relevância simbólica para o acontecimento (TAVARES; SCHWAAB, 2013).

reportagens sobre o futuro do PT e das esquerdas, sobre o novo governo, sobre a presidente, já que essa pesquisa destina-se à análise dos sentidos sobre o acontecimento do *impeachment*.

As imagens também foram desconsideradas por demandar uma análise diferenciada dos textos, não sendo esta a proposta desta pesquisa. Como textos foram considerados as matérias, títulos, olhos, linhas de apoio, chamadas de capa, cartolas e legendas de fotos. Assim, o *corpus* dessa pesquisa é composto por duas reportagens de *Veja*, três reportagens de *Época*, três reportagens de *IstoÉ* e duas reportagens de *CartaCapital*. As páginas de abertura dos especiais sobre o impeachment também foram analisadas, assim como todos os editoriais. Foram analisadas também as capas de todas as revistas, já que as quatro publicações dedicaram à primeira página para esse acontecimento, conforme exposto na tabela abaixo.

Quadro 1 – Textos selecionados para análise

TEXTOS	<i>Veja</i>	<i>Época</i>	<i>IstoÉ</i>	<i>CartaCapital</i>
Capa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (2003 • 2016) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Depois da Tempestade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A marca do meu governo será a pacificação” 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A farsa trágica
Editorial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Há um país para construir 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para recolocar o Brasil nos trilhos ▪ O debate brasileiro — e nossos amigos nas redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O hospício parlamentar 	—
Reportagens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O pecado original ▪ Visão da história 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Somos todos responsáveis ▪ O drama que mudou o país ▪ Não é só para a Dilma; é para a turma da Lava Jato 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O acordão para salvar Dilma ▪ Cidadão comum e ré ▪ Humor do <i>impeachment</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A inteligência impotente ▪ E fez-se o caos
Abertura do especial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O fim ... e o começo 	—	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O fim de uma era 	—

Fonte: elaborado pela autora

É importante ressaltar que na edição de *Época* são analisados dois textos como editoriais, pois tanto o texto que leva a cartola “Nossa opinião” como o texto que leva a cartola “Da redação” tem características de editorial. Já *CartaCapital* não apresenta um texto claramente identificado como editorial, ao contrário do que faz nas demais edições.

Para a seleção dos textos a serem analisados, tomou-se como base a metodologia proposta por Benetti (2007), identificando-se as Sequências Discursivas (SDs) presentes nos textos e reunindo-as em núcleos de sentidos, ou Formações Discursivas (FDs), pela predominância de significados. Conforme sugerido por Benetti (2006), procurou-se encontrar o próprio recorte de leitura crítica do *corpus*. Buscou-se as formações discursivas, pois através

delas, de acordo com Orlandi (1999), compreendemos os diferentes sentidos e o funcionamento discursivo de um texto. O mapeamento das formações discursivas permitiu observar as posições ideológicas presentes nos textos analisados.

As SDs foram enumeradas em ordem crescente quanto à presença nas revistas obedecendo a seguinte relação capas, editoriais e reportagens, incluindo as aberturas dos especiais, de *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*. Nos apêndices desse trabalho (Apêndice A, Apêndice B, Apêndice C e Apêndice D) estão relacionadas todas as Sequências Discursivas localizadas nas publicações. A análise das quatro publicações implicou na identificação de 11 formações discursivas organizadas da seguinte forma:

Quadro 2 – Sentidos que constituem cada Formação Discursiva

Formações Discursivas	Sentidos
FD1 – Golpe	Conspiração, atentado à democracia, inconstitucional
FD2 – Um processo legítimo	Ato constitucional, legitimidade pelo “conjunto da obra” e pelas “pedaladas fiscais”
FD3 – Acordão	Manutenção dos direitos políticos de Dilma como conchavo, armação, trama, articulação política, manobra inconstitucional
FD4 – Fim do PT	Fim de 13 anos do governo e desmandos petistas, fim de Dilma, fim de Lula, término da supremacia da esquerda
FD5 – Combate à corrupção	Punição a corrupção do PT, demonstração de combate à corrupção, fim do populismo da esquerda
FD6 – Um processo dramático	Processo foi um drama para o país, um período trágico, emoção das partes envolvidas, reações de Dilma
FD7 – Salvação para o Brasil	Renovação para o Brasil, novo governo e novas oportunidades de crescimento, recuperação da economia, salvação e solução para o futuro do país
FD8 – Um embate político	Conflito político, polarização, país dividido, conflito de ideias, força política
FD9 – Teatro	Farsa, ritual, trama, espetáculo, políticos são atores, encenação
FD10 – Arruinação para o Brasil	Desastre para o Brasil, tragédia para o futuro do país
FD11 – Clamor das ruas	Decisão do povo, demanda popular

Fonte: elaborado pela autora

Algumas formações discursivas apresentam relação dicotômica como a FD de golpe e a FD de processo legítimo, ambas dizem respeito à constitucionalidade do processo; também como a FD de salvação para o país e a FD de arruinação para o país, essas últimas englobadas nas questões a respeito do significado do processo para o futuro do Brasil. Outros núcleos não apresentam dicotomia, apenas completam o significado sobre o processo. Cabe salientar que a FD3 refere-se diretamente aos sentidos sobre a manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff, que é considerado um desdobramento de todo o processo. Em todas as FDs buscou-se entender como o processo do *impeachment* foi significado.

Na análise das quatro publicações foram encontradas 215 Sequências Discursivas, sendo 35 SDs de *Veja*, 88 de *Época*, 50 de *IstoÉ* e 42 de *CartaCapital*. Essas SDs foram agrupadas nas Formações Discursivas elencadas acima, levando em conta os sentidos implícitos e explícitos ao texto, o contexto e enquadramento do discurso. Faz-se necessário ressaltar que uma SD pode enquadrar-se em mais de uma FD, pelos sentidos contidos. No total, as onze FDs foram encontradas 252 vezes⁴⁰, na seguinte disposição:

Tabela 1 - Ocorrência de Formações Discursivas.

FORMAÇÕES DISCURSIVAS	<i>Veja</i>	<i>Época</i>	<i>IstoÉ</i>	<i>CartaCapital</i>	TOTAL FDs	% TOTAL FDs
FD1 – Golpe	0	0	0	23	23	9,13%
FD2 – Um processo legítimo	6	19	0	0	25	9,92%
FD3 – Acordão	3	14	18	2	37	14,69%
FD4 – Fim do PT	10	6	8	0	24	9,52%
FD5 – Combate à corrupção	7	0	15	0	22	8,73%
FD6 – Um processo dramático	4	7	5	2	18	7,14%
FD7 – Salvação para o Brasil	7	14	5	0	26	10,31%
FD8 – Um embate político	5	25	1	2	33	13,11%
FD9 – Teatro	0	8	5	12	25	9,92%
FD10 – Arruinação para o Brasil	0	0	0	12	12	4,76%
FD11 – Clamor das ruas	1	6	0	0	7	2,77%
TOTAL FDs	43	99	57	53	252	100%

Fonte: elaborado pela autora

Pela observação dessa tabela, percebe-se a maior ocorrência da FD3 e FD8 aparecendo, respectivamente, 37 e 33 vezes nos textos, correspondente a 14,69% e 13,11%. A FD3, que relaciona a não cassação dos direitos políticos de Dilma como acordão, está presente na maior parte dos textos de *IstoÉ* e a FD8, que caracteriza o processo como um embate político, foi localizada principalmente em *Época*. Já a FD11, referente ao *impeachment* ser um pedido popular, foi localizada apenas sete vezes, correspondente a 2,77%, sendo a com menor ocorrência, sendo na maior parte em *Época*. A FD6 que trata o *impeachment* como um processo dramático para o país é a que apresenta maior semelhança e nos resultados entre as publicações. É válido pontuar que as FD1 e FD10, que dizem respeito ao sentido do *impeachment* como golpe e como arruinação para o futuro do país, aparecem somente em *CartaCapital*. Na tabela a seguir, é possível verificar a ocorrência total de cada FD em ordem decrescente de quantidade de sequências discursivas encontradas.

⁴⁰ Há casos em que na mesma Sequência Discursiva foram identificados mais de um sentido, portanto algumas enquadram-se em mais de uma Formação Discursiva. Dessa forma, o número de incidências de FDs é superior ao número de SDs encontradas.

Tabela 2 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas por ordem decrescente

Formações Discursivas	TOTAL SDs	% TOTAL SDs
FD3 – Acordão	37	14,69%
FD8 – Um embate político	33	13,11%
FD7 – Salvação para o Brasil	26	10,31%
FD2 – Um processo legítimo	25	9,92%
FD9 – Teatro	25	9,92%
FD4 – Fim do PT	24	9,52%
FD1 – Golpe	23	9,13%
FD5 – Combate à corrupção	22	8,73%
FD6 – Um processo dramático	18	7,14%
FD10 – Arruinação para o Brasil	12	4,76%
FD11 – Clamor das ruas	7	2,77%
TOTAL FDs	252	100%

Fonte: elaborado pela autora

Na sequência, veremos a ocorrência de cada FD particularmente em cada publicação, a fim de mapear os sentidos construídos sobre o *impeachment* em cada revista semanal de informação geral.

5 OS SENTIDOS DO DISCURSO SOBRE O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

O objetivo deste capítulo é identificar os sentidos construídos pelas revistas semanais de informação geral sobre a votação final do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Como foram observadas diferenças e particularidades na posição e discurso de cada publicação, optou-se por analisar individualmente os sentidos construídos em cada revista.

5.1 *Veja*

Em *Veja* foram encontradas 35 Sequências Discursivas reunidas em oito Formações Discursivas que apareceram 43 vezes. Há a predominância no discurso de *Veja* com 10 ocorrências da FD4, correspondente a 23,24%, com o sentido de *impeachment* representando o fim do PT. Na sequência aparecem, com sete vezes cada, a FD5 e FD7 correspondente ao sentido de combate à corrupção e o *impeachment* como salvação para futuro do Brasil. Percebe-se que em *Veja* não aparecem as FD1 de golpe, FD9 de teatro e FD10 de arruinação para o Brasil, inclusive por as FD1 e FD10 serem dicotômicas em relação as outras FDs predominantes, como o exposto na tabela abaixo:

Tabela 3 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas em *Veja*

Formações Discursivas	SDs	% SDs
FD1 – Golpe	0	0%
FD2 – Um processo legítimo	6	13,95%
FD3 – Acordão	3	6,99%
FD4 – Fim do PT	10	23,24%
FD5 – Combate à corrupção	7	16,29%
FD6 – Um processo dramático	4	9,30%
FD7 – Salvação para o Brasil	7	16,29%
FD8 – Um embate político	5	11,62%
FD9 – Teatro	0	0%
FD10 – Arruinação para o Brasil	0	0%
FD11 – Clamor das ruas	1	2,32%
TOTAL	43	100%

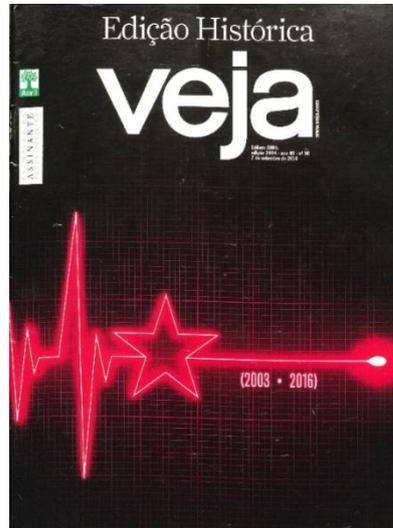
Fonte: elaborado pela autora

5.1.1 *Capa*

Na primeira página de *Veja* observou-se uma estratégia discursiva do silêncio pelo fato da revista não apresentar chamadas ou manchetes textuais. O não dito releva tanto quanto o dito, conforme Orlandi (1999), permanecendo como uma relação de sentido que informa o dizer. *Veja* traz na sua capa uma estrela, símbolo do PT, simulando uma assistolia, ou seja, a perda de batimentos cardíacos. A imagem vem acompanhada da inserção (2003 • 2016), que é tratada como SD1, correspondente ao período de 13 anos de governo do PT. Assim, percebe-se

o sentido de fim do PT (FD4). Não por acaso, a capa de *Veja* traz à tona o sentido predominante em toda sua edição, como exposto por Scalzo (2008) de que a capa deve ser a síntese do conteúdo principal da edição.

Figura 1 – Capa da edição histórica de *Veja*



Legenda: (2003 • 2016) (SD 1, FD4, Capa, VEJA, 2016)

5.1.2 Editorial

Veja apresentou o editorial, não assinado e denominado pela revista de Carta ao leitor, “Há um país para construir”. A publicação afirmou a importância da reconstrução do Brasil, com pacificação nacional, recuperação econômica e enfrentamento da corrupção. Pode-se observar a ocorrência de três Formações Discursivas. Há a predominância da FD7 (salvação para o Brasil), mas também aparece a FD8 (um embate político) e FD5 (combate à corrupção).

O sentido de salvação para o Brasil apareceu significando o *impeachment* como a oportunidade para a reconstrução nacional, principalmente com a recuperação econômica e como uma renovação de gestão necessária para o futuro do país. Dentre esse sentido, também atribui-se culpa ao governo Dilma pela recessão e incompetência em não realizar as mudanças necessárias para o avanço do país. As sequências a seguir, exemplificam esses sentidos⁴¹.

O IMPEACHMENT de Dilma Rousseff deve **abrir caminho para a recuperação econômica do Brasil, hoje devastado pela mais profunda recessão de sua história**, depois de uma **epidemia de inépcia e descalabro**. Sob o comando, agora definitivo, do presidente Michel Temer, o governo federal dispõe, daqui para a frente, da **solidez necessária para tocar as mudanças que o país exige**. O **ajuste fiscal e as reformas trabalhista e previdenciária** já ocupam a primeira linha da agenda nacional (SD3, FD7, Carta ao leitor, p. 10, VEJA, 2016).

⁴¹ Em todas as Sequências Discursivas exemplificadas neste capítulo foram grifados os trechos que correspondem ao sentido nuclear da sequência.

Há um país para construir. Dos brasileiros que hoje ocupam os postos de comando nas **instituições políticas, econômicas e jurídicas**, esperam-se a sensatez de quem conhece **a gravidade da hora**, a generosidade de quem busca o convívio pacífico e democrático, e a determinação de **quem sabe onde estão as soluções urgentes de que o Brasil precisa** (SD7, FD7, Carta ao leitor, p. 10, VEJA, 2016).

A FD de combate à corrupção aparece como um dos motivos para a ocorrência do *impeachment* e da necessidade em se continuar a “higienização” das instituições nacionais.

Para chegar à paz nacional, **é fundamental que o impeachment não seja o epílogo da luta contra à corrupção. A continuidade da batalha para higienizar a vida pública** é a maneira mais eficaz de derrubar a alegação segundo a qual **o combate à corrupção** foi, na verdade, apenas um pretexto para promover a deposição do governo do PT (SD5, FD5, Carta ao leitor, p. 10, VEJA, 2016).

O sentido de embate político é evidenciado pelos trechos que apontam a necessidade de pacificação nacional, dada a situação de um país dividido, até mesmo polarizado, diante de intensas disputas políticas.

Para que o **país supere as divisões e consiga conviver com os antagonismos naturais de uma democracia**, o papel das instituições terá relevância singular (SD6, FD8, Carta ao leitor, p. 10, VEJA, 2016).

O editorial de *Veja* pode ser classificado, conforme a sistematização proposta por Melo (2003), como artigo de fundo, sendo o único da publicação; de ação, por tentar compreender o impacto da ocorrência do *impeachment*; emocional, na tentativa de sensibilizar os leitores quanto às mudanças necessárias para o país; e exortador, pela tentativa de convencimento.

5.1.3 Reportagens

Em *Veja* foram selecionados para análise duas reportagens e duas páginas de abertura da cobertura especial. Os sentidos encontrados nesses textos serão analisados a seguir.

Um processo legítimo (FD2)

Ao apresentar o *impeachment* como um processo legítimo, *Veja* confere destaque a dois pontos: a constitucionalidade do processo e ao “conjunto da obra” do governo. Este último refere-se a erros de gestão, a corrupção e a recessão econômica do país que justificariam e legitimariam a deposição da presidente. A corrupção é inclusive denominada de “pecado original”, atestando que, se há pecado, há penalidade para ser cumprida. Já a constitucionalidade do processo é evidenciada pela participação do STF no ato, inclusive coordenando a votação final, e pelas pedaladas fiscais cometidas por Dilma, que configurariam crime de responsabilidade fiscal. *Veja*, diferente das demais publicações, comprova a legalidade

do ato pontuando que as próprias esquerdas já utilizaram o dispositivo inúmeras vezes sem mensurar e questionar o autoritarismo do método.

Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra. Formalmente, o impeachment foi aprovado porque ela cometeu crime de responsabilidade ao usar recursos de bancos públicos para pagar despesas do Tesouro, prática conhecida como pedalada fiscal, e ao liberar créditos suplementares sem a autorização prévia do Congresso. É por causa da discrepância entre a razão técnica (orçamentária) e a **motivação real (corrupção e recessão)** que Dilma se diz vítima de um golpe parlamentar tramado por “desleais”, “traidores” e “covardes (SD28, O pecado original, p. 52, VEJA, 2016).

Enfim: impeachment claramente regido pelo STF ou golpe parlamentar? Para Daniel Arão Reis, professor da Universidade Federal Fluminense, é melhor fixar a atenção numa única palavra, **Constituição**, e a partir dela tirar conclusões. “O impeachment é autoritário porque atribui a centenas de pessoas o direito de depor um presidente eleito por milhões, mas **as esquerdas** não só deixariam de suscitar o debate a esse respeito quando deveriam **como já se serviram desse mecanismo**”. **Desde 1988, o PT protocolou cinquenta pedidos de impeachment** (SD35, Visão da história, p. 63, VEJA, 2016).

Na SD35 pode-se observar também que a declaração da fonte reitera o discurso da publicação, unindo-as sob a mesma perspectiva pois, como lembra Benetti (2007), todo discurso é dialógico, mas não necessariamente polifônico.

Acórdão (FD3)

A manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff foi abordada por *Veja* como inconstitucional pela legislação federal vincular a perda de mandato à inabilitação pública. A revista afirma explicitamente que a decisão do Senado é inconstitucional. Neste caso, *Veja* também constrói o sentido de articulação para a decisão, no entanto, uma articulação com ares de manobra por qualificá-la como esdrúxula.

A letra da Constituição deixa claro que à perda do cargo soma-se a inabilitação do exercício da função pública. A decisão do Senado de fatiar a votação, portanto, **não seguiu a Constituição** (SD19, O pecado original, p. 50, VEJA, 2016).

Ela não impediu o impeachment, mas, graças **a uma esdrúxula articulação** dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, conseguiu evitar a aprovação de sua inabilitação para o exercício de funções públicas (SD29, O pecado original, p. 53, VEJA, 2016).

As demais Sequências Discursivas respeito desta FD mostram que, para evidenciar sua posição e comprovar a inconstitucionalidade do processo, a revista utiliza estratégias discursivas próprias do jornalismo de revista, por tentar esmiuçar os fatos explicando-os e interpretando (CASADEI, 2013) a Constituição para o leitor.

Fim do PT (FD4)

O fim do governo Dilma é apresentado em *Veja* com um efeito mais amplo acarretando não só na perda de seu mandato como no fim do PT, do ciclo de governo de esquerda e consequentemente de Dilma e Lula, conforme os exemplos abaixo.

O impeachment de Dilma Rousseff encerra o ciclo do PT no poder, o mais longo desde a redemocratização, e põe o populismo e a corrupção no centro das preocupações nacionais (SD13, O pecado original, linha de apoio, p. 49, VEJA, 2016).

Dilma, mantida por enquanto no jogo político, também recorreu ao STF para anular o impeachment e prometeu uma oposição “enérgica e incansável”. **De saída**, citou Vladimir Maiakovski, o poeta futurista da Revolução Russa: “Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las. Rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta”. É belo, **mas também um autêntico réquiem** (SD30, O pecado original, p. 53, VEJA, 2016).

Esse sentido evidencia a característica de jornalismo interpretativo, trazendo ao leitor as conclusões sobre o fato. Nesse caso conclui-se que, com o *impeachment*, o PT e seus principais atores estão mortos politicamente. A SD30 utiliza-se de metáfora para manifestar opinião, estratégia discursiva comum em revistas (SANTOS, 2009).

Combate à corrupção (FD5)

Para analisar esse sentido, é preciso entender, primeiramente, que a publicação constrói e atribui a responsabilidade do agravamento e institucionalização da corrupção no Brasil ao PT. Dessa forma, o *impeachment* é para a revista uma forma de combate à corrupção. Em vários trechos, como a SD26, *Veja* lista e cita os processos em que Lula e Dilma são investigados e as suas relações com indiciados por corrupção. Essa estratégia parece uma tentativa de criminalização de ambos, justificando assim a ocorrência do processo de *impeachment* e sua implicância no combate à corrupção.

Um plano que, desde a chegada do partido ao Planalto, **estava assentado num pecado original**, que não foi inventado pelo PT, **mas foi executado com rigor e método nunca visto antes neste país**: a corrupção da classe política com recursos públicos (SD23, O pecado original, p. 51, VEJA, 2016).

Os maiores empreiteiros do país foram presos e dividiram o espaço das celas com mais um ex-tesoureiro do PT. Lula está indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Ele e Dilma são investigados por tentativa de obstrução da Justiça e acusados por delatores de financiar suas campanhas com propinas derivadas de contratos da Petrobras. Na semana passada, o ex-senador Delcídio do Amaral prestou depoimento à Lava Jato. Confirmou o que VEJA antecipara em março: **Lula era o chefe do esquema de corrupção** (SD26, O pecado original, p. 52, VEJA, 2016).

Na SD23 chama a atenção a estratégia de *Veja* de paráfrase da citação célebre de Lula “nunca antes da história deste país” para mensurar a corrupção dos governos petistas.

Um processo dramático (FD6)

Em *Veja*, o sentido de processo dramático é exposto pelas reações dos personagens políticos envolvidos no ato. *Veja* apresenta uma dicotomia na emoção dramática vivida por acusação e defesa diante da indiferença de Dilma à sua própria destituição.

Dilma assinou o documento com um **ar de indiferença** (SD20, O pecado original, p. 51, VEJA, 2016).

EMOÇÃO

Responsável pela acusação, **Janaína Paschoal chorou durante o julgamento do impeachment** (SD25, O pecado original, legenda, p. 52, VEJA, 2016).

LÁGRIMAS

Responsável pela defesa de Dilma, **o ex-ministro José Eduardo Cardozo também chorou** (SD31, O pecado original, legenda, p. 53, VEJA, 2016).

Nesse tópico, nas SD25 e SD31 é observada a estratégia de repetição e silenciamento, características dos discursos (ORLANDI, 1999) por utilizar a mesma estrutura frasal ocultando a diferença de motivos dos personagens para o choro – ela pela satisfação e felicidade do encaminhamento da aprovação do *impeachment* de Dilma, já ele pela tristeza em não conseguir livrar Dilma do *impeachment*.

Salvação para o Brasil (FD7)

O *impeachment* como salvação para o Brasil é apresentado pela reiteração do desastre econômico criado pelo governo Dilma e pela esperança e renovação ao país por meio de um novo governo, no caso do presidente Michel Temer.

DIA 31, 15H30 Michel Temer assinou, como se vê acima, o aviso de aprovação do impeachment. **Seu governo, enfim, deixou de ser interino** (e acabou a lua de mel, que o protegeu das cobranças) (SD11, O fim e o começo, legenda, p. 47, VEJA, 2016).

Em pouco mais de cinco anos de mandato, **Dilma jogou o país no atoleiro**. Sua tolerância à inflação, em nome do crescimento, deu fôlego ao dragão, que voltou a superar dois dígitos. **A renda caiu, o desemprego subiu e parte da nova classe média**, que consolidou o PT no poder e lá o manteria, **voltou para a base da pirâmide social** (SD27, O pecado original, p. 52, VEJA, 2016).

Um embate político (FD8)

Ao apresentar o *impeachment* como um embate político, *Veja* destaca a polarização do país e os conflitos entre base aliada e oposição que geraram um racha no governo, influenciando para a abertura do *impeachment*. A publicação também aborda que há interesses políticos por

trás do processo e que encerrará com vencedores e derrotados. Na SD33, as declarações reforçam o embate político, ressaltando o conflito de ideias.

Em seus respectivos discursos logo após o desfecho do processo no Senado, Dilma e Temer evidenciaram **o cisma que reverbera no país**. Ela prometeu “a mais enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer”. Ele rebateu: “Golpista é você que está contra a Constituição”. Não é a primeira vez – e não será a última – que se vê **um embate dessa natureza**, cujos aspectos ultrapassam, e muito, o “estado de dicionário” de cada palavra (SD33, Visão da história, p. 62, VEJA, 2016).

Essa dança de palavras, **cada lado com sua escolha, a rigor nunca termina. Vencedores e derrotados** põem o rótulo que desejam de modo a construir suas ideias (SD34, Visão da história, p. 63, VEJA, 2016).

Clamor das ruas (FD11)

O sentido de *impeachment* como um resultado ao clamor das ruas, uma decisão do povo e um pedido atendido é abordado por *Veja* com a apresentação de passagens que expõem e quantificam protestos nas ruas. A adjetivação como manifestações históricas contribui para o sentido de demanda popular.

Na quarta-feira passada, esse enredo foi **dramaticamente abreviado**. Por 61 votos a 20, os senadores aprovaram o impeachment de Dilma e **encerraram um período de treze anos de governo do PT, atendendo ao clamor de milhões de brasileiros que foram às ruas em manifestações históricas** (SD15, O pecado original, p. 50, VEJA, 2016).

Constata-se também neste trecho de *Veja* a utilização de advérbios. Esse recurso discursivo potencializa o efeito de adjetivação do acontecimento como drama e pode ser visto como uma expressão opinativa da revista (SANTOS, 2009).

5.2 Época

Na análise de *Época* foram localizadas 88 Sequências Discursivas sob o núcleo de oito Formações Discursivas que apareceram 99 vezes. Percebe-se em *Época* um número maior de vezes que as FD8 (embate político) e FD2 (um processo legítimo) foram identificadas, com 25 e 19 vezes, respectivamente. Há a ausência das FD1 (golpe), FD5 (combate à corrupção) e FD10 (arruinação para o Brasil).

Tabela 4 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas em *Época*

Formações Discursivas	SDs	% SDs
FD1 – Golpe	0	0%
FD2 – Um processo legítimo	19	19,19%
FD3 – Acordão	14	14,14%
FD4 – Fim do PT	6	6,06%
FD5 – Combate à corrupção	0	0%
FD6 – Um processo dramático	7	7,07%
FD7 – Salvação para o Brasil	14	14,14%
FD8 – Um embate político	25	25,26%
FD9 – Teatro	8	8,08%
FD10 – Arruinação para o Brasil	0	0%
FD11 – Clamor das ruas	6	6,06%
TOTAL	99	100%

Fonte: elaborado pela autora

5.2.1 Capa

Na capa de *Época*, observou-se a predominância das FD7 e FD6.

Figura 2 – Capa da edição histórica de *Época*

Legenda: Depois da Tempestade (SD 36, Capa, *ÉPOCA*, 2016).

A FD7 reúne os sentidos de salvação para o Brasil, recuperação da economia e renovação para o futuro do país. Ela pode ser analisada na SD36, que é a manchete da capa, seguida de uma linha de apoio. Para *Época*, depois do processo de *impeachment*, o Brasil poderia recuperar sua economia e voltaria a trabalhar em pautas maiores, como a união.

DEPOIS DA TEMPESTADE
 O DIFÍCIL DESAFIO DE ...
 ... RECUPERAR A ECONOMIA
 ... UNIR A BASE ALIADA
 ... CRIAR UMA CULTURA DE RESPONSABILIDADE FISCAL

... E UNIR OS BRASILEIROS EM TORNO DAS REFORMAS NECESSÁRIAS (INCLUINDO OS QUE SE OPUSERAM AO IMPEACHMENT) (SD36, FD7, Capa, ÉPOCA, 2016).

A primeira página de *Época* também contém uma chamada secundária (SD37) que denota o quanto o *impeachment* teria sido um processo dramático para o país (FD6).

SETE DIAS EM BRASÍLIA

OS BASTIDORES DO JULGAMENTO QUE PAROU O PAÍS (SD37, FD6, Capa, ÉPOCA, 2016).

A imagem que ilustra a capa é uma foto do Congresso Nacional – palco de todo o processo do *impeachment*. A capa da publicação diferencia-se da semana anterior e posterior, identificando tratar-se de uma edição especial, com a mudança no posicionamento das chamadas, mantendo as características do logotipo (ALI, 2009).

5.2.2 Editoriais

A edição especial de *Época* contém dois textos opinativos com características da forma discursiva editorial, denominados de “Nossa Opinião” e “Da Redação” – esse último assinado pelo diretor da redação. Na análise conjunta dos textos, foi identificada a ocorrência de cinco Formações Discursivas: FD2 (um processo legítimo), FD6 (um processo dramático), FD7 (salvação para o Brasil), FD8 (um embate político) e FD11 (clamor das ruas). Os sentidos de legitimidade do processo e salvação para o futuro do país aparecem em maior número de vezes que os demais, com sete ocorrências cada.

O futuro do país é abordado reiterando a culpa do PT à recessão econômica e à má gestão das instituições públicas e apontado o governo de Michel Temer como o caminho para a renovação e para a proposição das soluções para o crescimento do país. Os textos também indicam as medidas que são necessárias para salvar o país.

Para recolocar o Brasil nos trilhos

Em seu mandato, o **presidente Michel Temer não resolverá todos os nossos problemas. Mas pode iniciar as reformas para que o país fique de novo no prumo** (SD38, FD7, Nossa opinião, título e linha de apoio, p. 30, ÉPOCA, 2016).

Cabe ao time do governo Temer recuperar a economia, dentro dos valores da **responsabilidade fiscal** – e **afastar-se**, ao mesmo tempo, dos envolvidos com a **corrupção na Operação Lava Jato** (SD53, FD7, Da redação, p. 15, ÉPOCA, 2016).

A legitimidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff é justificada, nos textos, pelos crimes de responsabilidade cometidos pela presidente, pelo envolvimento do seu partido na corrupção e pelos erros na condução econômica e fiscal do país.

Depois de um **governo desastroso, Dilma Rousseff deixa como legado talvez a maior crise da história do país** – segundo o economista Samuel Pessoa, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, já vivemos **a maior recessão dos últimos 120 anos. Os problemas da economia brasileira foram agravados pela política irresponsável de Dilma** (SD41, FD2, Nossa opinião, p. 30, ÉPOCA, 2016).

Os que defenderam o impeachment **não o fizeram só pelas pedaladas fiscais e pelos decretos sem autorização do Congresso**. Eles consideraram que tais procedimentos eram **parte de um todo maior, uma fraude fiscal que destruiu as perspectivas de milhões de pessoas**. O impeachment, segundo esse raciocínio, **reafirmaria o valor da responsabilidade fiscal dentro da sociedade brasileira** (SD45, FD2, Da redação, p. 14, ÉPOCA, 2016).

Pela classificação proposta por Melo (2003), os editoriais de *Época* são caracterizados como de ação e consequência, por tentar apreender os efeitos do *impeachment* e projetar as consequências deste para o futuro do país, são também de convencimento e racionalizantes.

5.2.3 Reportagens

Na edição histórica, foram selecionadas três reportagens para análise. Os sentidos encontrados nas reportagens de *Época* serão analisados a seguir.

Um processo legítimo (FD2)

O sentido de processo legítimo é tratado em *Época* pelo amparo da Constituição ao processo e pelo apoio da população. A revista também aborda o acontecimento como solução para governabilidade, que inclui responsabilidade fiscal e política e recessão econômica. Como pode se observar a seguir, a publicação reitera explicitamente que o processo foi constitucional, dessa forma, não caracterizando-se como um golpe. Em outros trechos, *Época* diz que mesmo seguindo o rigor processual trata-se de um processo político.

O papel era o parecer favorável à denúncia apresentada pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr. Nela, pediam o impeachment de Dilma em virtude de, **entre outras razões, fraudes orçamentárias** que, para eles, constituíam **crime de responsabilidade** da presidente. **Era a base técnica para um desejo político, no Congresso, e social, nas ruas** (SD78, O drama que mudou o país, p. 37, ÉPOCA, 2016).

Sem dúvida, é difícil encontrar as proporções e os pesos adequados, entre **causas e consequências na soma dos fatos políticos, econômicos, sociais e criminais** dos últimos anos, que permita responder satisfatoriamente à simples pergunta: **por que Dilma caiu?** Qual é o peso da Lava Jato? Quanto a queda se deva à **calamidade econômica provocada pela gestão petista ou aos milhões de brasileiros protestando nas ruas?** (SD80, O drama que mudou o país, p. 37, ÉPOCA, 2016).

A articulação entre opinião e informação é uma característica das revistas, condição permitida por seu contrato de comunicação com os leitores. Em *Época*, observa-se essa

estratégia na valoração dos acontecimentos e na conclusão dos fatos baseados somente em um ponto de vista.

Acordão (FD3)

A manutenção dos direitos políticos de Dilma é tratada por *Época* como inconstitucional, deferido por meio de uma manobra entre PT, PMDB e STF. A revista centra seu discurso sobre a abertura de precedentes jurídicos para outros processos, como os decorrentes da operação Lava Jato, por isso considera que foi um acordão para salvar toda a classe política.

Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato

A decisão do Senado de fatiar o processo de impeachment rachou a base do governo – e **pode livrar muitos políticos de punição por corrupção** (SD110, Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, título e linha de apoio, p. 48, ÉPOCA, 2016).

A destituição do ocupante do cargo e a proibição de ele ocupar cargos e funções públicas por oito anos sempre foram parte indivisível do Artigo 52 da Constituição. A manobra tolerada por Lewandowski, de aplicar menos metade do que consta no trecho constitucional, **é heterodoxa e pode ser questionada** (SD116, Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 49, ÉPOCA, 2016).

A articulação chegou ao Palácio do Planalto no início da semana passada. Oficialmente, o presidente Michel Temer, enviou o recado de que ficou possesso com a **tramoia**. Mas, **na coreografia** que se viu no Senado no dia da votação, tal tese se torna difícil de ser assimilada (SD120, Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 50, ÉPOCA, 2016).

Em seu discurso, *Época* recorre continuamente a trechos e citações da Constituição Federal para atestar a tese de inconstitucionalidade da não cassação dos direitos políticos de Dilma. Pode-se observar nessa prática uma das características do discurso jornalístico, que é a busca por provas como testemunhos e documentos para auferir o efeito da verdade.

Fim do PT (FD4)

O sentido de fim do PT é abordado em *Época* relacionando-o como um desejo da população e como uma consequência inevitável. A revista também fala em fim político de Dilma, que, nas palavras de *Época*, “definitivamente” deixou o Planalto.

Mas não mudaram o **desfecho** que, no julgamento da semana passada, alguns no Brasil temiam e muitos queriam: **o fim dos 13 anos da era petista no Planalto** (SD89, O drama que mudou o país, p. 38, ÉPOCA, 2016).

Na manhã da segunda-feira, dia 29 de agosto, Dilma Vana Rousseff, uma senhora circunspecta de 68 anos, assomou à tribuna do Senado para proferir o discurso mais importante no Congresso desde a Constituição de 1988. Também era, naturalmente, **o discurso da vida dela – da vida política dela** (SD93, O drama que mudou o país, p. 39, ÉPOCA, 2016).

Um processo dramático (FD6)

O sentido de processo dramático assume um viés em *Época* diferente das demais revistas. Além de abordar todo o sofrimento e drama do andamento do *impeachment*, a publicação penaliza o leitor pelas suas escolhas eleitorais de 2014. A culpabilização ao eleitor é feita de forma dramática, como se não coubesse a ele o direito de acertar e errar.

SOMOS TODOS RESPONSÁVEIS

Elegemos Dilma e elegemos o Congresso que cassou a presidente. **Todo o drama do impeachment decorre, em essência, dessas duas escolhas** (SD56, Somos todos responsáveis, título e linha de apoio, p. 32, ÉPOCA, 2016).

O ato que inaugura o processo que se encerrou na semana passada, **após longos e penosos meses para o Brasil**, nasceu, em larga medida, a desconfiança, da suspeita – quicá da paranoia (SD79, O drama que mudou o país, p. 37, ÉPOCA, 2016).

Nessas sequências, pode-se analisar como a emoção é um elemento presente no jornalismo de revista. Seu texto mais solto e direcionado ao leitor permite provocar e explorar uma ontologia das emoções (BENETTI, 2013). Outra estratégia discursiva presente nas revistas e identificada na SD56 é fala direta com o leitor, com o uso de verbos na segunda pessoa do plural (nós), como “somos” e “elegemos”. Nesta abordagem de *Época*, observa-se o poder hermenêutico do acontecimento sobre o sujeito (QUÉRÉ, 2005).

Salvação para o Brasil (FD7)

O sentido de salvação para o Brasil apresenta o *impeachment* do âmbito das consequências para o futuro do país. Neste ponto, *Época* trata dicotomicamente dos erros e danos do governo Dilma e dos desafios que o governo Temer terá à frente do país para sua reconstrução, principalmente a recuperação econômica. A revista discorre, explicitamente, sobre o *impeachment* como uma solução.

O Brasil que o presidente Michel Temer governará por dois anos e quatro meses **herda dois traumas. O da recessão, criado pelo governo Dilma. E o do impeachment, a solução encontrada pelo Congresso para resolver a crise econômica e de governabilidade** (o futuro dirá se foi a melhor solução, a pior solução ou a solução possível) (SD61, Somos todos responsáveis, p. 32, ÉPOCA, 2016).

O governo que agora assume terá um desafio difícil pela frente. Os que perderam seus empregos, seus planos de saúde e suas esperanças na crise – e os brasileiros que são solidários a eles – **torcerão para que Michel Temer tenha algum sucesso em sua empreitada** (SD68, Somos todos responsáveis, p. 33, ÉPOCA, 2016).

Ao tratar das consequências do *impeachment*, *Época* apoia-se na previsão e especulação do que poderá acontecer, estratégias comuns das reportagens em revistas (FURTADO, 2013). Observa-se também neste âmbito que, além de um acontecimento político

por ter implicações na sociedade em geral e ser de interesse público, o *impeachment* é também um acontecimento público (WEBER, 2011).

Um embate político (FD8)

O principal sentido identificado nas reportagens de *Época* é o de embate político. A revista compara o processo a uma eleição e destaca os conflitos entre PMDB e PT, que levaram a abertura do *impeachment*. Para enfatizar esse sentido, *Época* fala em batalha final, em guerra, e em vitoriosos e derrotados. A reportagem relata os desgastes no relacionamento político entre Dilma. A publicação destaca que, embora seja regido pela Constituição, o processo seria iminentemente político.

O julgamento de Dilma no Senado **foi uma batalha final de sete dias**. Do ponto de vista político, **a guerra já estava ganha pelo PMDB** – vitória obtida em 17 de abril, quando as forças do partido e aliados, comandadas por Cunha, triunfaram contra Dilma no plenário da Câmara (SD82, O drama que mudou o país, p. 37, ÉPOCA, 2016).

O impeachment havia se tornado, no chão da política, numa eleição indireta entre Dilma e Temer (SD83, O drama que mudou o país, p. 38, ÉPOCA, 2016).

O impeachment, como ensinam a Constituição, as decisões do Supremo e a literatura sobre o assunto, **é um processo eminentemente político. Precisa observar princípios constitucionais e respeitar certos ritos processuais. Exige um crime de responsabilidade**. Apesar do nome, **não se trata de uma infração penal** – nem o impeachment, mais uma vez, traduz-se num julgamento criminal (SD86, O drama que mudou o país, p. 38, ÉPOCA, 2016).

Constata-se no discurso de *Época* uma tentativa de conceituar o *impeachment*, buscando uma classificação para o processo. Nesse contexto, trata-se de uma característica do jornalismo de revista, dentre seu papel de interpretar os acontecimentos para o leitor.

Teatro (FD9)

O sentido de teatro ganha evidência em *Época*, considerando que as reportagens especiais sobre o *impeachment* levam a cartola “TEATRO DA POLÍTICA”. Nesse sentido, a publicação compreende o *impeachment* como uma encenação e um espetáculo teatral.

TEATRO DA POLÍTICA (SD55, Somos todos responsáveis, cartola, p. 32, ÉPOCA, 2016).

Para resumir **uma ópera de vários atos**, faltou humildade de um lado e boa vontade do outro (SD60, Somos todos responsáveis, p. 32, ÉPOCA, 2016).

A estratégia discursiva de *Época* para significar o *impeachment* como teatro é o uso de termos próprios dos espetáculos, como as palavras ópera, coreografia e atos, aplicados ao *impeachment* para assim comparar ambos atos.

Clamor das ruas (FD11)

A baixa popularidade de Dilma nas pesquisas presidenciais, a perda de adesão do PT e as manifestações populares pedindo sua destituição foram identificadas em *Época* no sentido de clamor das ruas. A publicação evidencia que o *impeachment* da presidente recebeu apoio popular, mais um fator que configura, na sua visão, a legitimidade do processo.

Por causa disso – e também do envolvimento dos partidos de sua coligação em escândalos de corrupção – **Dilma perdeu sua popularidade. Sem o apoio das ruas** e tendo de enfrentar a crise que ela própria criara, Dilma precisava da ajuda do Congresso que havia sido eleito junto com ela (SD59, Somos todos responsáveis, p. 32, ÉPOCA, 2016).

Havia meses que **milhões de brasileiros o pressionavam, nas ruas e nas redes sociais, pela saída da presidente.** Muitos parlamentares, também – alguns poucos por convicção, outros tantos por puro cálculo político, todos, sem dúvida, influenciados pela **pressão das ruas. Minguavam, mesmo dentro do PT, os defensores de Dilma** (SD74, O drama que mudou o país, p. 36, ÉPOCA, 2016).

A estratégia utilizada por *Época* para retratar as manifestações contra o governo Dilma foi a de dar ênfase de que milhões de brasileiros estavam nas ruas pedindo sua destituição.

5.3 IstoÉ

Em *IstoÉ* foram mapeadas 50 Sequências Discursivas reunidas em sete Formações Discursivas que apareceram 57 vezes. Prevalece no discurso de *IstoÉ* os sentidos de acordo ao tratar da manutenção dos direitos políticos de Dilma e o sentido de combate à corrupção no núcleo da FD5. Na publicação, não aparecem as FD1 (golpe), FD2 (um processo legítimo), FD10 (arruição para o Brasil) e FD11 (clamor das ruas), como observado na tabela a seguir:

Tabela 5 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas em *IstoÉ*

Formações Discursivas	SDs	% SDs
FD1 – Golpe	0	0%
FD2 – Um processo legítimo	0	0%
FD3 – Acordão	18	31,58%
FD4 – Fim do PT	8	14,03%
FD5 – Combate à corrupção	15	26,30%
FD6 – Um processo dramático	5	8,78%
FD7 – Salvação para o Brasil	5	8,78%
FD8 – Um embate político	1	1,75%
FD9 – Teatro	5	8,78%
FD10 – Arruição para o Brasil	0	0%
FD11 – Clamor das ruas	0	0%
TOTAL	57	100%

Fonte: elaborado pela autora

5.3.1 Capa

A capa de *IstoÉ* evidenciou o novo governo de Michel Temer, com uma foto do presidente no Planalto estampando a página. O sentido predominante é de que Temer pacificará e colocará Brasil no caminho do crescimento, por isso o *impeachment* é entendido como salvação para o Brasil (FD7).

Figura 3 – Capa da edição histórica de *IstoÉ*



Legenda: Em sua primeira entrevista como presidente, Michel Temer detalha os planos para recolocar o país nos trilhos (SD124, FD7, Capa, ISTOÉ, 2016).

Há também uma segunda sequência discursiva como manchete secundária abordando a manutenção dos direitos políticos de Dilma como armação e maracutaia incluindo-se sob o núcleo de acordão (FD3).

ACORDÃO

COMO FOI ARMADA A MARACUTAIA PARA MANTER OS DIREITOS POLÍTICOS DE DILMA (SD125, FD3, Capa, ÉPOCA, 2016).

A primeira página da publicação obedece a um preceito proposto por Scalzo (2008) de complementaridade da chamada principal e da imagem de capa, a fim de transmitir coesão e coerência na mensagem.

5.3.2 Editorial

O editorial de *IstoÉ* “O hospício parlamentar”, também não assinado, dedica-se a avaliar e criticar o desdobramento do processo do *impeachment* com a manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff. Os sentidos presentes no texto se reúnem sob quatro Formações Discursivas: FD3 (acordão), FD7 (salvação para o Brasil), FD8 (embate político) e FD9 (teatro).

O sentido de teatro, como trama planejada e a votação do Senado como um mero ritual a ser cumprido, ganhou proeminência na opinião da publicação.

Tudo não passaria de jogo de cena, dizem. Diante dos holofotes o barulho da resistência. **Nos bastidores**, o sorriso e tapinha nas costas de velhos camaradas de **arranjos e conchavos** (SD130, FD9, Editorial, p. 24, ISTOÉ, 2016).

Nos dias de votação do impeachment se viu ali (salva honrosas exceções) **personagens mais atentos em salvar a própria pele** do que ligados aos anseios da Nação. Esses procuraram, de quebra, garantir (por que não?) **algum naco de fama**. Afinal, vivem como bem pontuou Renan, **em um hospício** (SD134, FD9, Editorial, p. 24, ISTOÉ, 2016).

A manutenção dos direitos políticos de Dilma foi vista como acordão entre os senadores e ato inconstitucional.

Mas o que dizer do **derradeiro e calamitoso ato tomado por esses senhores que decidiram não cassar os direitos políticos da presidente deposta**, Dilma Rousseff? Entenda-se o tamanho da **barafunda** em que se meteram: no entender da esmagadora maioria dos juristas, **a deposição de cargo público e a inabilitação para exercê-lo logo adiante são itens inseparáveis no capítulo constitucional. Os parlamentares resolveram o contrário. O precedente rasga a Carta Magna e, mais grave, foi tomado de supetão como novidade na lei, acertado ali de última hora, sem maiores debates** (SD132, FD3, Editorial, p. 24, ISTOÉ, 2016).

Seguindo a classificação proposta por Melo (2003), o editorial de *IstoÉ* tem tom preventivo e de ação, focalizando as mudanças que podem vir a partir do precedente jurídico da não cassação dos direitos políticos de Dilma e tentando apreender o impacto e efeitos desse ato. É também normativo, utilizando estratégia de convencimento sobre os leitores e emocional, com o uso de inúmeros adjetivos e recursos de efeito para sensibilizar o leitor.

5.3.3 Reportagens

Em *IstoÉ* foram selecionadas três reportagens e uma página de abertura para análise. No mapeamento das sequências, foram identificadas as seguintes formações discursivas e respectivos sentidos:

Acordão (FD3)

A manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff foi o centro das reportagens de *IstoÉ*. O desdobramento foi tratado como um acordão, um conchavo entre aliados de Temer, aliados de Dilma e o STF, que resultou numa ação inconstitucional. Assim como *Veja*, *IstoÉ* utilizou trechos destacados da Constituição Federal para comprovar a inconstitucionalidade desse ato. As SDs abaixo exemplificam uma estratégia discursiva de desqualificação do

desdobramento, conceituando-o com termos pejorativos como “trama”, “conchavo” e “manobra”, a fim de provar a inconstitucionalidade e deslegitimidade do ato.

O acordão para salvar Dilma

Os bastidores da **manobra** destinada a preservar os direitos políticos da presidente deposta Dilma Rousseff, **numa ação que golpeou a Constituição** (SD136, O acordão para salvar Dilma, título e linha de apoio, p. 50, ISTOÉ, 2016).

Como a deposição de Dilma já eram favas contadas, alguns dos principais protagonistas desse enredo **se juntaram com o intuito de evitar que a petista ficasse também inabilitada para exercer cargos públicos**. Para atingir esse objetivo, **toparam pisotear o claríssimo artigo 52 da Constituição Federal**. O parágrafo único escrito na Carta **Magna demonstra a óbvia indissociação das penas**. Diz o texto: “condenação (...) à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício da função pública” (SD139, O acordão para salvar Dilma, p. 50, ISTOÉ, 2016).

O advogado Julio César Martins Casarin também recorreu ao STF pedindo a suspensão da separação da votação. Casarin escreveu: “**A Constituição foi rasgada**. Primeiramente, **o destaque foi inconstitucional**, pois a Constituição Federal coloca como decorrência da cassação do mandato a perda dos direitos políticos. A Constituição não permite interpretação quanto à dissociação da perda do cargo em relação à inabilitação por oito anos para o exercício da função pública”. Ou seja, **ao fim e ao cabo, o verdadeiro golpe foi desferido** por aqueles que, durante meses a fio, cinicamente o alardearam (SD154, O acordão para salvar Dilma, p. 53, ISTOÉ, 2016).

Na SD139, observa-se uma das características elencadas por Charaudeau (2008) do discurso jornalístico que é a explicação simplificada e dramatizada. A escolha por expressões como “óbvia indissociação” seguida por trechos destacados da Constituição que atestam o período frasal anterior enquadra-se nessa caracterização. Observa-se na SD154 que o discurso de *IstoÉ* não é polifônico, pois a declaração da fonte utilizada reforça a perspectiva da revista, indo ao encontro da sua tese de inconstitucionalidade da manutenção dos direitos políticos de Dilma. A publicação também utiliza ironia ao tratar do desdobramento como golpe em alusão aos protestos da esquerda que reconhecem todo o *impeachment* como golpe.

Fim do PT (FD4)

Muito mais do que o encerramento do governo de Dilma Rousseff, o *impeachment* foi tratado por *IstoÉ* como o fim do ciclo de governos petistas, fim de 13 anos de “desmandos” do PT e significando também o fim do próprio partido.

Mesmo assim, na quarta-feira 31, o Senado, depois de aprovar o impeachment de Dilma por 61 votos a 20, **pondo fim a 13 anos de PT no poder**, decidiu por 42 a 36 que a ex presidente pode ser nomeada para qualquer cargo público no País, mesmo depois de deposta (SD140, O acordão para salvar Dilma, p. 50, ISTOÉ, 2016).

O FIM DE UMA ERA

O impeachment encerra um período de 13 anos de desmandos do PT. Agora, Dilma e Lula se aproximam da prisão e o **partido caminho para um desfecho**

melancólico (SD155, O acordão para salvar Dilma, título e linha de apoio, p. 81, ISTOÉ, 2016).

Os trechos acima destacados já concluem que o impedimento significa o fim do PT, antecipando ao leitor o desfecho dos fatos. Além do papel de interpretar, que é característico das revistas, as reportagens apresentam cunho especulativo (FURTADO, 2013), também comum no jornalismo de revista.

Combate à corrupção (FD5)

Ao trazer para o leitor suspeitas de crimes contra Dilma, Lula e o PT reiteradas vezes, *IstoÉ* questiona a moralidade da presidente para comandar o país, assim, justificando sua destituição. Nos trechos em que trata das suspeitas de corrupção do governo, a publicação não concede espaço ao contraditório, em uma estratégia de comprovar o envolvimento desses e até mesmo já os condenando.

Fora definitivamente da Presidência da República, Dilma Rousseff é uma cidadã como qualquer outro cidadão do País – um pouco menos, talvez, já que contra ela **pesam suspeitas de crimes** enquanto a esmagadora maioria das brasileiras é respeitadora das leis (SD157, Cidadã comum e ré, p. 82, ISTOÉ, 2016).

PASADENA

O ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró disse em delação que **Dilma sabia da propina envolvendo a refinaria de Pasadena**. O caso será reaberto (SD163, Cidadã comum e ré, legenda, p. 82, ISTOÉ, 2016).

Mais uma vez, percebe-se na SD163 a somente uma perspectiva e voz no discurso, utilizando uma citação indireta para confirmar a tese da publicação da culpabilidade de Dilma nos esquemas de corrupção – estratégia contrária à polifonia desejada no discurso jornalístico.

Um processo dramático (FD6)

Ao tratar do *impeachment* como um processo dramático, *IstoÉ* é ambivalente. Por um lado, dramatiza o acontecimento, como na SD137, por outro, confere leveza a esse processo penoso utilizando o humor, como na SD101.

No petismo, um provérbio popular se impõe de maneira eloquente: **nada é tão ruim que não possa piorar**. O desfecho do impeachment de Dilma Rousseff foi a tradução dessa máxima (SD137, O acordão para salvar Dilma, p. 50, ISTOÉ, 2016).

Conhecido e celebrado, **o bom humor do brasileiro brilha até nos momentos de dificuldade**. E não seria diferente diante do impeachment de Dilma Rousseff (PT). (SD172, Humor do impeachment, p. 92, ISTOÉ, 2016).

Pode-se observar nas sequências acima a utilização de figuras de linguagem. No caso da SD137, aparece a metáfora e, na SD172, a antítese para qualificar e dramatizar o processo – o que é peculiar na retórica do jornalismo de revista (AZUBEL, 2013).

Salvação para o Brasil (FD7)

O sentido de salvação para o Brasil aparece em *IstoÉ* pela caracterização negativa do governo Dilma devido ao aumento no desemprego e agravamento da recessão econômica e pela esperança no governo Temer, como uma renovação nas articulações políticas.

NOVO GOVERNO (SD135, O acordão para salvar Dilma, cartola, p. 50, ISTOÉ, 2016).

ÚLTIMAS CENAS

A carta assinada por Ricardo Lewandowski e Renan Calheiros notificando Dilma do impeachment e a ex-presidente em seu último discurso: **fim de um governo perverso** (SD165, Cidadã comum e ré, legenda, p. 82, ISTOÉ, 2016).

Mais uma vez, aparece o recurso discursivo de adjetivação para expressar opinião do veículo a respeito do acontecimento (SANTOS, 2009).

Teatro (FD9)

A *IstoÉ* aborda o sentido de teatro ao frisar de forma paradoxal o processo como comédia e ato dramático.

Humor do impeachment (SD171, Humor do impeachment, título, p. 92, ISTOÉ, 2016).

5.4 CartaCapital

Na edição especial de *CartaCapital* foram localizadas 42 Sequências Discursivas, reunidas em seis Formações Discursivas, que apareceram 53 vezes. Há a predominância, com 43,39%, correspondente a 23 ocorrências, do sentido do *impeachment* como golpe (FD1) e do processo como teatro (FD9) e arruição para o Brasil (FD10), ambas com 12 vezes. Não foram identificadas no discurso da revista as FD2, FD4, FD5, FD7 e FD11 por serem dicotômicas em relação aos sentidos predominantes na publicação.

Tabela 6 – Ocorrência de Sequências Discursivas em Formações Discursivas em *CartaCapital*.

Formações Discursivas	SDs	% SDs
FD1 – Golpe	23	43,39%
FD2 – Um processo legítimo	0	0%
FD3 – Acordão	2	3,77%
FD4 – Fim do PT	0	0%
FD5 – Combate à corrupção	0	0%
FD6 – Um processo dramático	2	3,77%
FD7 – Salvação para o Brasil	0	0%
FD8 – Um embate político	2	3,77%
FD9 – Teatro	12	22,64%
FD10 – Arruinação para o Brasil	12	22,64%
FD11 – Clamor das ruas	0	0%
TOTAL	53	100%

Fonte: elaborado pela autora

5.4.1 Capas

A edição especial de *CartaCapital* trouxe à capa o ato de posse do presidente Michel Temer, acompanhado do presidente da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal. Identificou-se os sentidos de golpe (FD1), teatro (FD9) e arruinação para o Brasil (FD10) na primeira página da publicação.

O uso das palavras farsa e enterro atestam o discurso da revista de que o processo foi um golpe inconstitucional, uma trama teatral e um desastre para o futuro do país. Assim como em *Veja*, a capa de *CartaCapital* resume o sentido predominante no discurso da publicação como um todo. A chamada principal com termos alarmantes e apelativos cumpre o papel de despertar emoções no leitor (ALI, 200).

Figura 4 – Capa da edição histórica de *CartaCapital*



Legenda: A farsa trágica (SD174, FD1, FD9, FD10, Capa, CARTACAPITAL, 2016).

5.4.2 Editorial

Na sua edição especial, *CartaCapital* não apresenta um texto claramente identificado como editorial, ao contrário do que faz nas demais edições. No entanto, a revista reproduziu na íntegra, dentro da reportagem principal, o editorial do jornal britânico *The Guardian*.

5.4.3 Reportagens

Nas duas reportagens de *CartaCapital* selecionadas para análise, foram encontrados os sentidos que serão analisados a seguir.

Golpe (FD1)

O discurso de *CartaCapital* baseou-se na reiteração do sentido de *impeachment* como golpe. A publicação deteve-se em analisar o processo e suas implicações a partir dessa significação. Dentre a FD1 de golpe, em *CartaCapital*, foram encontrados os sentidos de atentado à democracia, trama política, farsa jurídica, conspiração da oposição, um pacto do Senado, da Justiça e da elite e, por fim, vingança do PMDB ao PT. A ilegitimidade do processo é atribuída à sua inconstitucionalidade por, na sua concepção, não haver prova de crime; pelo desmérito moral dos autores envolvidos; e pelas alegações e justificativas infundadas. A revista também confere responsabilidade à elite brasileira que teria articulado o *impeachment* como um golpe contra direitos e avanços sociais.

Está claro, de todo modo, que o **golpe de 2016 é infinitamente mais grave que o de 1964**. Este provocou reações fortes, criou uma resistência e até uma luta armada, além do anseio de democracia autêntica, como jamais se dera até então, passível de ser atingida tão logo se fossem os ditadores (SD181, A inteligência impotente, p. 17, CARTACAPITAL, 2016).

Temer recebe o sinal verde de Aécio Neves e responde com sorriso e piscadela, como a dizer “**viu, viu, conseguimos**” (SD197, E fez-se o caos, p. 21, legenda, CARTACAPITAL, 2016).

O “**impeachment tabajara**” foi marcado pela previsibilidade em quase quatro meses de duração no Senado. Desde o início ficou claro que o crime de responsabilidade imputado a Dilma por assinar três decretos orçamentários para praticar “pedalada fiscal” no Plano Safra era **pretexto para acerto de conta** (SD206, E fez-se o caos, p. 24, CARTACAPITAL, 2016).

Além de toda adjetivação e qualificação do processo, característica do jornalismo de revista, observa-se nessas sequências a comparação do *impeachment* com o golpe e ditadura militar de 1964. A retomada de fatos históricos para contextualização e aprofundamento dos acontecimentos é outra peculiaridade das reportagens em revistas (FURTADO, 2013).

Acordão (FD3)

CartaCapital aborda a manutenção dos direitos políticos de Dilma de forma diferente das demais revistas. A significação dada pela publicação a esse desdobramento do processo insere-se dentro da FD3 de acordão, porém sem o tom pejorativo e negativo conferido nas demais revistas. Nas SDs abaixo, observa-se o sentido de articulação política do ato.

A dupla votação foi um pedido de Dilma na noite anterior, quando ficou claro que não conseguiria se salvar. Até ali, ela negociava com sete senadores dispostos a ouvi-la e apoiá-la, desde que unidos (SD210, *E fez-se o caos*, p. 26, CARTACAPITAL, 2016).

Uma polêmica como o *impeachment* em si, destinada a ser resolvida pelo STF: cassação presidencial não implicaria automaticamente perda de direitos políticos? (SD213, *E fez-se o caos*, p. 26, CARTACAPITAL, 2016).

Quanto à constitucionalidade desse ato específico, a revista utiliza a estratégia discursiva do silenciamento, não auferindo posição e valoração a respeito do seu teor de legitimidade.

Um processo dramático (FD6)

Por todas as implicações e consequências do *impeachment* ao país, *CartaCapital* considera-o uma farsa trágica. Neste ponto, insere-se o sentido de processo dramático. Uma das estratégias discursivas adotadas foi rememorar a euforia no *impeachment* de Collor, pontuando o antagonismo à destituição de Dilma.

Imaginar que a **farsa trágica se encerra com o *impeachment*** é ilusão ou parvoíce. Não faltam escribas para outro ato, o terceiro, **grand finale**, e nele Lula é excluído à força da disputa presidencial de 2018 (SD185, *A inteligência impotente*, p. 18, CARTACAPITAL, 2016).

Por obra de cicatrizes e turbulências imaginadas há tempos, fica mais fácil de entender por que **não havia euforia quando 61 senadores cassaram Dilma** às 13h35 da quarta-feira 31 (eram necessários 54 votos, do total de 81). Idem para a cerimônia de dez minutos em que Temer fez os juramentos devidos naquela tarde. **Cenário oposto ao da cassação de Fernando Collor, em 1992** (SD199, *E fez-se o caos*, p. 21, CARTACAPITAL, 2016).

Um embate político (FD8)

Ao tratar o *impeachment* como um acerto de contas e colocando derrotados e vitoriosos em lados opostos, a publicação confere o sentido de embate político ao processo. Neste ponto, também insere-se a forma que aborda o *impeachment* como vingança e revanchismo do PMDB ao PT e o conflito de uma oposição inconformada com a derrota nas eleições de 2014.

Ex-aliados de Dilma também aproveitaram para **um acerto de contas** contra certas atitudes autoritárias que caracterizaram seu desempenho na Presidência (SD207, *E fez-se o caos*, p. 25, CARTACAPITAL, 2016).

O processo foi separado em duas votações. Uma sobre a cassação de Dilma, outra sobre sanções extras, como a perda dos direitos por oito anos. **A petista venceu está última, foram 42 votos contra ela e 36 a favor.** Eram necessários 54 sufrágios para derrotá-la, como na cassação (SD209, *E fez-se o caos*, p. 25, CARTACAPITAL, 2016).

Na SD209, observa-se a explicação simplificada do acontecimento, inclusive dividida em vários períodos frasais para a melhor compreensão do leitor – o que é próprio do discurso jornalístico (CHARAUDEAU, 2008).

Teatro (FD9)

O sentido de teatro é tomado em *CartaCapital* pela dramatização dada ao *impeachment* e pela encenação dos políticos como atores em um processo longo com vários capítulos, semelhante a um ritual, e com um final já planejado. A publicação utiliza-se de vários recursos linguísticos, como metáforas, para valorar e expressar sua opinião sobre o acontecimento.

Não lhe faltou energia para aguentar dois dias de uma **pantomina celebrada** para **tornar a decisão tomada faz meses**, e prolongada conforme um **ritual ibérico, tão inútil quanto humilhante** (SD189, *A inteligência impotente*, p. 18, CARTACAPITAL, 2016).

Apesar da previsibilidade, **o último capítulo do impeachment trouxe uma surpresa.** Dilma perdeu o cargo, mas salvou os direitos políticos, ao menos até segunda ordem do Supremo Tribunal Federal (STF). (SD208, *E fez-se o caos*, p. 25, CARTACAPITAL, 2016).

Observa-se também que a não cassação dos direitos políticos de Dilma foi tomada, como na SD208, com o efeito de imprevisível, embora a votação final seja enquadrada como um acontecimento político programado (GADRET; PORCELLO, 2011).

Arruição para o Brasil (FD10)

O sentido de *impeachment* como arruição para o Brasil aparece somente em *CartaCapital*. A publicação atribui esse sentido ao abordar as consequências do processo para o futuro do país, entre elas a volta da direita ao poder, os pacotes econômicos a serem adotados pelo governo Temer, o ajuste fiscal, o corte e interrupção em programas sociais. Essas implicações significam para *CartaCapital* desastre e tragédia para o futuro do país, que caminha em direção às trevas.

O golpe atinge seu primeiro objetivo. Há outros, está claro. No mais, **o Brasil trafega na treva cada vez mais densa** (SD195, *E fez-se o caos*, linha de apoio, p. 20, CARTACAPITAL, 2016).

Pelos próximos dois anos e quatro meses, ao menos se não houver surpresas na Justiça Eleitoral, o **amanhã será de Michel Temer**. Um governo no qual milita muita gente andando “de lado e olhando pro chão”, como Chico cantava na ditadura, e ao qual já há certa resistência popular, como se viu em manifestações em várias cidades a pedir “Fora Temer” logo no dia da posse definitiva dele (SD196, E fez-se o caos, p. 21, CARTACAPITAL, 2016).

As linhas gerais das propostas de Temer já são conhecidas. Foram anunciadas em cadeia de rádio e tevê na quarta 31, à noite, com o peemedebista a vestir o terno preto da cerimônia no Senado. **Um pacote feito para cativar o coração de empresários e do “mercado”. O presidente defendeu congelar por 20 anos gastos públicos como saúde e educação**, proposta por ele enviada aos parlamentares quando ainda interino, e as reformas previdenciária e trabalhista, prometidas pelas autoridades para até o fim do ano (SD201, E fez-se o caos, p. 21, CARTACAPITAL, 2016).

Na SD196, *CartaCapital* retoma novamente fatos históricos, no caso a ditadura militar, para exercer comparação com o *impeachment*. A comparação ocorre também com a paráfrase da música de Chico Buarque. Nessa sequência, observa-se o sentido de desastre para o Brasil pela estratégia do silenciamento, ao invés de dizer que o amanhã será outro dia como a canção, a publicação diz que o amanhã será de Temer, antagonismo a esperança da música.

5.5 Finalidades estratégicas

Tendo em vista os sentidos construídos no discurso das revistas e que todo discurso depende de condições específicas situacionais para sua concretude, veremos nesse tópico quais são as finalidades dos discursos analisados em *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*. É válido pontuar que cada publicação estabelece um contrato de comunicação particular com seus leitores (CHARAUDEAU, 2008) e para a comunicação ser estabelecida os sujeitos envolvidos devem ter ciência das condições, intenções e restrições desse contrato. Dessa forma, as finalidades do contrato também alteram-se conforme os veículos jornalísticos.

O acordo prévio firmado entre as partes, de acordo com Charaudeau (2008), resulta das características da situação de troca, que são os dados externos, e das características discursivas, os dados internos. Na análise do autor, o que opõe os dados externos⁴² aos internos é a característica dos externos não serem essencialmente languageiros e serem índices extraídos de comportamentos sociais. Já os internos são as condições discursivas, que respondem ao como dizer dos sujeitos envolvidos no ato discursivo. As finalidades constituem-se uma das quatro condições externas de enunciação do contrato de comunicação sistematizadas por Charaudeau (2008) – abordado no capítulo anterior desta pesquisa.

⁴² Conforme Charaudeau (2008, p.68, grifos do autor): “Os dados externos podem ser reagrupados em quatro categorias, sendo que cada uma corresponde a um tipo de condição de enunciação da produção languageira: *condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo*”.

A *finalidade* é a condição que requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo. Ela se define através da expectativa de sentido em que se baseia a troca, expectativa de sentido que deve permitir responder à pergunta: “Estamos aqui para dizer o quê?”. A resposta a essa questão, numa problemática da influência, se dá em termos de *visadas*, pois na comunicação linguageira o objetivo é, da parte de cada um, fazer com que o outro seja incorporado à própria intencionalidade” (CHARAUDEAU, 2008, p. 69, grifos do autor)

O autor elenca quatro visadas operatórias, que podem ser combinadas: prescritiva, que é o “fazer fazer”, ou seja, levar o outro a agir de determinada maneira; informativa, que é o “fazer saber”, ou seja, transmitir saber a quem supostamente não detém; incitativa, que é o “fazer crer”, ou seja, levar o outro a acreditar na veracidade da informação que é dita; e a visada do *páthos*, que é o “fazer sentir”, ou seja, provocar emoções no outro. Dentre essas visadas, caberia ao discurso jornalístico, por suas características específicas, inserir-se, na maior parte das ocorrências, no “fazer saber”. No entanto, até mesmo por sua qualidade interdiscursiva, o jornalismo combina visadas e insere-se em outros fazeres além do saber (CHARAUDEAU, 2008, 69).

Nas reportagens analisadas foi identificada a presença de todas as finalidades estratégicas elencadas por Charaudeau (2008) no discurso sobre o *impeachment*. Isso deve-se, em parte, às particularidades do jornalismo de revista que estabelece um contrato mais flexível com o leitor, permitindo articular não só opinião com informação, emoção com educação, mas também as finalidades do discurso. Observou-se que todas as revistas buscam o fazer saber, utilizando estratégias de fazer crer. Entretanto, notou-se a predominância de uma visada em relação às demais em cada publicação.

Em *Veja*, prevaleceu a finalidade do “fazer crer”. Percebe-se essa visada, principalmente, em relação ao sentido predominante na publicação que é o fim do PT (FD4). A tese defendida por *Veja* é que o *impeachment* de Dilma Rousseff culminou no desfecho do PT, pondo fim aos 13 anos de um governo supostamente populista e corrupto e que estaria sob um plano maior de comandar o país hegemonicamente. As provas da verdade expostas pela revista a fim de fazer o leitor acreditar que o PT não voltará ao poder basearam-se em citações de envolvimento em corrupção e de que o partido provocou uma grave crise econômica no país.

O NÚMERO 1

Delator revelou que **Lula comandava o esquema de corrupção que fulminou Dilma Rousseff e o PT** (SD21, FD4, FD5, O pecado original, p. 51, legenda, VEJA, 2016).

Seu plano era voltar a comandar o país em 2018 e permanecer no posto até 2026. O obstáculo essencial, agora, está no avanço da inexorável Lava Jato (SD24, FD4, O pecado original, p. 51, VEJA, 2016).

Os maiores empreiteiros do país foram presos e dividiram o espaço das celas com mais um ex-tesoureiro do PT. Lula está indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Ele e Dilma são investigados por tentativa de obstrução da Justiça e acusados por delatores de financiar suas campanhas com propinas derivadas de contratos da Petrobras. Na semana passada, o ex-senador Delcídio do Amaral prestou depoimento à Lava Jato. Confirmou o que VEJA antecipara em março: **Lula era o chefe do esquema de corrupção** (SD26, FD5, O pecado original, p. 52, VEJA, 2016).

Já em *Época*, as reportagens analisadas carregam a finalidade do “fazer fazer”. A visada da publicação diz respeito a orientação para o leitor votar com responsabilidade nos próximos pleitos eleitorais e atribui, em parte, ao eleitor à culpa do processo dramático que o país viveu. No texto editorial, também orienta ao leitor a conviver com opiniões contraditórias, aceitando em suas redes sociais amigos com visões políticas distintas. A publicação ainda dirige-se ao novo presidente Michel Temer, prescrevendo como deve governar o Brasil e quais medidas principais devem ser tomadas. Neste tópico, também discorre de forma didática sobre os atos políticos adequados para evitar conflitos, ao contrário do que teria feito Dilma Rousseff.

O novo governo enfrentará vários desafios difíceis. Terá de recompor a base aliada fraturada no impeachment. Precisarão recompor a economia e implantar uma cultura de responsabilidade fiscal (SD63, FD7, Somos todos responsáveis, p. 32/33, ÉPOCA, 2016).

Numa democracia, **devemos assumir a responsabilidade por nossas escolhas.** Nunca é demais repetir: **escolhemos Dilma e escolhemos o Congresso que a cassou.** Há quem ache que fizemos a coisa certa. Há quem se arrependa de ter escolhido esta presidente, ou este Congresso, ou ambos. **Podemos errar em nossas escolhas – este é o drama das eleições. Podemos corrigir no pleito seguinte- esta é a beleza da democracia** (SD67, FD6, Somos todos responsáveis, p. 33, ÉPOCA, 2016).

Não se interessava, ao menos na prática, pela **arte da política – a arte de conversar, de dialogar, de ouvir antes de falar (ou mandar), de ceder de fazer acordos e chegar a consensos, tomando decisões difíceis** (SD95, FD8, O drama que parou o país, p. 39, ÉPOCA, 2016).

Ao tratar na maior parte de sua edição sobre a manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff, *IstoÉ* utilizou predominantemente a estratégia discursiva do “fazer saber”. A revista buscou explicar aos leitores as consequências e antecedentes desta decisão jurídica, recorrendo à Constituição Federal para demonstrar através dos artigos legislativos a inconstitucionalidade do ato. De forma didática, a publicação relembrou os procedimentos adotados no *impeachment* de Fernando Collor, para melhor entendimento do leitor no que confere à legitimidade desse desdobramento, além de apoiar-se em fontes jurídicas para os relatos sobre o acontecimento.

Como a deposição de Dilma já eram favas contadas, alguns dos principais protagonistas desse enredo **se juntaram com o intuito de evitar que a petista ficasse também inabilitada para exercer cargos públicos**. Para atingir esse objetivo, **toparam pisotear o claríssimo artigo 52 da Constituição Federal**. O parágrafo único escrito na Carta **Magna demonstra a óbvia indissociação das penas**. Diz o texto: “condenação (...) à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício da função pública” (SD139, FD3, O acordão para salvar Dilma, p. 50, ISTOÉ, 2016).

A REGRA É CLARA

A Carta Magna diz que a perda do mandato deve estar associada à inabilitação para o serviço público. (SD151, FD3, O acordão para salvar Dilma, p. 53, ISTOÉ, 2016).

O Professor de Direito Constitucional da USP Dircêo Torrecillas Ramos foi peremptório: “O texto da Constituição é claro. **O presidente impedido deve perder o cargo, com inabilitação para cargos públicos por oito anos**. O presidente do STF não deveria ter aceito o destaque para a votação em separado de início. **Essa votação foi inconstitucional**” (SD153, FD3, O acordão para salvar Dilma, p. 53, ISTOÉ, 2016).

A finalidade de “fazer sentir” foi observada predominantemente em *CartaCapital*. A publicação utiliza, muitas vezes, de recursos discursivos para reforçar o drama e a emoção do processo, e assim também provocar emoções nos leitores, desde espanto, indignação ao medo.

No palco **o espetáculo engloba a plateia por inteiro**, mesmo que muitos se suponham meros espectadores, e **representa um povo primitivo, da cúspide da pirâmide à base** (SD179, FD9, A inteligência impotente, p. 16, CARTACAPITAL, 2016).

Imaginar que a **farsa trágica se encerra com o impeachment** é ilusão ou parvoíce. Não faltam escribas para outro ato, o terceiro, **grand finale**, e nele Lula é excluído à força da disputa presidencial de 2018 (SD185, FD9, FD6, FD10, A inteligência impotente, p. 18, CARTACAPITAL, 2016).

E FEZ-SE O CAOS (SD194, FD10, E fez-se o caos, título, p. 20, CARTACAPITAL, 2016).

Apesar de haver uma finalidade predominante no discurso de cada revista, nota-se em todas a ocorrência e combinação das demais visadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho era analisar os sentidos construídos por *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* no discurso sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. Foram analisadas, com base na análise discursiva francesa, as edições históricas de cada publicação, datadas posteriormente à votação final do Senado. Anteriormente à análise, foi realizada uma revisão teórica sob quatro linhas de pesquisa que ajudaram a entender o objeto da pesquisa.

Vimos que o jornalismo de revista, diferente dos jornais diários, permite maior liberdade para articular diferentes recursos de argumentação nas reportagens, sendo recorrente um texto mais fluido e com linguagem menos engessada. Isso é possível, em parte, pela maior flexibilidade das revistas no contrato de comunicação com o leitor. No discurso das publicações analisadas, observamos a presença de diferentes recursos para expressar opinião e que demonstrem um relacionamento direto com o leitor. As reportagens tentam trazer um aprofundamento e contextualização do assunto tratado, no caso o *impeachment*, também buscam de forma didática explicar ao leitor assuntos de maior dificuldade de compreensão, como os de cunho jurídico. Ainda é possível auferir presente nessas revistas a característica de especulação e previsão do futuro, como as consequências para o país após o impedimento.

A construção do acontecimento *impeachment* nas revistas articulou seus aspectos de publicização e de ser originado no ambiente político. A cobertura sobre o acontecimento foi também retroalimentada pelos próprios textos jornalísticos. Com a cobertura dos fatos, sem muitas vezes, aprofundar a problemática envolvida, o jornalismo acabou reproduzindo os sentidos supostamente consensuais da sociedade. Envolveu-se também na espetacularização do acontecimento, cobrindo os rituais processuais de forma dramatizada e encenada, no intuito de mobilizar a atenção pública. Pode-se afirmar ainda que o quarto poder da imprensa, como árbitro das disputas entre os poderes, ocorreu de forma contraditória na cobertura analisada, com as revistas inclusive estimulando o embate entre governo e oposição.

Por compreendermos o jornalismo como um discurso dotado de ideologias e intencionalidades, buscamos identificar os sentidos presentes – agrupando-os em Formações Discursivas – e as finalidades do discurso de cada publicação, para então apreender como o *impeachment* foi significado nas revistas semanais de informação geral. Para essa análise, esse estudo debruçou-se sobre as reportagens diretamente relacionadas ao impedimento de Dilma. Foram encontradas 215 Sequências Discursivas, sendo 35 em *Veja*, 88 em *Época*, 50 em *IstoÉ* e 42 em *CartaCapital*, reunidas em 11 Formações Discursivas. Os sentidos que apareceram nas

publicações foram golpe, processo legítimo, acordão, fim do PT, combate à corrupção, processo dramático, salvação para o país, embate político, teatro, arruinação para o país e clamor das ruas. Os sentidos de acordão e embate político tiveram predominância no discurso das publicações, já os sentidos de clamor das ruas e arruinação para o Brasil apresentam o menor número de ocorrências. Os sentidos de golpe e arruinação para o Brasil apareceram somente em *CartaCapital*. Vale ressaltar que essa revista apresentou sentidos, e conseqüentemente, posicionamento diferente das demais, que, inclusive, assemelham-se nos sentidos construídos.

Os sentidos de acordão, processo dramático e embate político foram identificados em todas as publicações. Dentre esses, o sentido de processo dramático foi o que apresentou maior semelhança no número de ocorrências. O sentido de fim do PT também apresentou similaridade, exceto em *CartaCapital*, na qual não é identificado. Já o sentido de teatro também apresentou incidência aproximada em *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*, exceto em *Veja*, onde não é encontrado. No sentido de acordão, *Época* e *IstoÉ* detêm as maiores incidências com 14 e 18 vezes, respectivamente, do total de 37. Algumas publicações têm proeminência em certos sentidos. É o caso de *Época* que tem correspondência de 85,7% do sentido de clamor das ruas, 76% em processo legítimo e 53,8% de salvação para o Brasil. A situação se repete em *IstoÉ* que detém 68% das incidências do sentido de combate à corrupção.

Um ponto que chamou atenção na análise das reportagens foi o destaque dado pela maioria das publicações à não cassação dos direitos políticos de Dilma. Notou-se que a manutenção dos direitos políticos de Dilma, deferida em um fatiamento da votação final do *impeachment*, surpreendeu todas as revistas. Mesmo sendo a votação final do Senado um acontecimento político programado, esse evento se caracteriza na ordem do imprevisível.

A única publicação que não deu ênfase ao desdobramento foi *CartaCapital*, que, comparativamente às outras revistas, concedeu um espaço inferior para tratar do assunto com apenas duas ocorrências do sentido (FD3) correspondente ao fato. A revista se silenciou quanto à constitucionalidade da manutenção dos direitos políticos de Dilma e optou por tratar o ato como uma articulação política, sem o tom pejorativo identificado nas demais publicações. *Veja* concedeu um espaço menor que *Época* e *IstoÉ* para a abordagem do assunto, mas, como as demais, centrou-se no discurso de inconstitucionalidade e manobra.

Já *Época* e *IstoÉ* enfatizam o desdobramento, destacando trechos da Constituição que mostram que, diante a cassação do cargo, é imputada a perda dos direitos políticos. As publicações também se apoiam em declarações de fontes que reiteram a sua tese e desdobram-

se em esmiuçar os bastidores da articulação para comprovar que teria sido uma trama, uma trama a fim de “perdoar” não só Dilma, mas, também, abrir precedente para todos os outros políticos envolvidos em corrupção. Observa-se nessas publicações um tom “alarmista” dado ao acontecimento e “denunciativo” aos leitores das manobras envolvendo STF e políticos.

Quanto às finalidades estratégicas, apesar de observarmos que em cada publicação há uma visada predominante, notamos que as visadas se combinam em todas as revistas. *Veja* manifesta em seu discurso, a começar pela capa, o sentido de fim do PT e, assim, demonstra o objetivo de fazer o leitor acreditar que o partido está morto. É muito recorrente em sua publicação a finalidade do sentir com reportagens em tom alarmista e espetacularizadas. Em *Época*, predomina a finalidade do fazer fazer, já que, de certa forma, orienta o leitor para os próximos pleitos eleitorais. Porém, observa-se também em seu discurso a visada do fazer sentir pela dramatização com que aborda o processo, culpabilizando o eleitor. *IstoÉ* se utiliza, prioritariamente, da visada do fazer saber, ao retratar a manutenção dos direitos políticos da Dilma recorrendo a declarações de fontes e trechos da Constituição. Entretanto, esses recursos se estabelecem como provas de efeito da verdade na tentativa de levar o leitor a acreditar na inconstitucionalidade do ato. Em *CartaCapital*, observou-se a predominância do fazer sentir pela dramatização que confere ao processo, contudo, também é recorrente na revista a finalidade de fazer crer, levando os leitores a acreditar que o *impeachment* foi um golpe.

Ao analisar as revistas, observamos que muitos sentidos estabelecem relação complementar e, se analisados em sua totalidade e na sua finalidade, possibilitam compreender a formação ideológica de cada publicação. Em suma, o posicionamento de *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, assim como, foi durante toda a cobertura do processo, é de defesa pela legitimidade do *impeachment*, tanto por sua constitucionalidade como pelo “conjunto da obra”. Já *CartaCapital*, que apresenta discurso diferenciado das demais, reitera sua posição contra o *impeachment* e entendimento de que como golpe acarretará na destruição do país.

Nessa perspectiva, esse estudo contribui para problematizar a cobertura do *impeachment* como acontecimento político pelas revistas semanais de informação, sendo estas veículos ideologicamente posicionados e, também, por essas publicações assumirem um caráter de documentos públicos e históricos – o que pode acarretar erroneamente no entendimento de que seus discursos, ou seja, suas visões, sejam os relatos fiéis do fato.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro “quarto poder”: imprensa e compromisso político. **Contracampo: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação**. Niterói: vol. 4, jan./jun. 2000, p. 23-57. Disponível em <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/414/201>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.
- ALI, Fatima. **A arte de editar revistas: um guia para jornalistas, diretores de redação, diretores de arte, editores e estudantes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 400 p.
- ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016. 224 p.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009. 351 p.
- AZUBEL, Larissa Lauffer Reinhardt. Figuras de linguagem no jornalismo de revista: uma análise das formas retóricas em reportagem. **Verso e Reverso: revista da comunicação**. São Leopoldo: v. 27, n. 65, 2013. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2013.27.65.04>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.
- BENETTI, Marcia. **A ironia como estratégia discursiva da revista Veja**. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 16, 2007. Curitiba: Compós, 2007. v. 1. p. 1-10. Disponível em <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/632>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.
- _____. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. 286 p.
- _____. JORNALISMO E PERSPECTIVAS DE ENUNCIÇÃO: uma abordagem metodológica. **Intexto: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação**. Porto Alegre: v. 14, 2006, 10 p. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4251>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.
- _____. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. São Paulo, SP: v. 15, 2008, p. 13-28. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1492>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.
- _____. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. 248 p.
- _____. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges Toni (Org.) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. 304 p.

BENETTI, Marcia; STORCH, Laura; FINATTO, Paulo. Jornalismo de revista, meta acontecimento e dispositivo de autoridade. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: volume 2: percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, 2011. 239 p.

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: PINTO, Milton José; FAUSTO NETO, Antônio. **O indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. 385 p.

BERGER, Peter. LUCKMANN, Tomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOFF, Felipe. Muito além do editorial: a revista e suas opiniões. In: TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges Toni (Org.) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. 304 p.

CASADEI, Eliza Bachega. **COMO CONTAR OS FATOS: a história da narrativa do jornalismo de revistas no século XX**. São Paulo: Alameda, 2014. 266 p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo, SP: Contexto, 2008. 555 p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo, SP: Discurso, 2008. 285p.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo et al. (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

CHARAUDEU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo, SP: Contexto, 2013. 328 p.

COELHO, Marja Pfeifer. **O acontecimento público Satiagraha, entre o Estado e a mídia**. 2013. 314 p. Trabalho de conclusão (Tese) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005. 273 p.

FURTADO, Thaís Helena. **O jornalismo infantil e o desejo de consumo: o discurso da revista Recreio**. 2013. 238 p. Trabalho de conclusão (Tese) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS.

FURTADO, Thaís. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges Toni (Org.) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. 304 p.

GADRET, Débora Thayane de Oliveira Lapa. O acontecimento político programado: os enquadramentos jornalísticos da posse de Dilma Rousseff. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: volume 2: percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, 2011. 239 p.

KEGLER, Bruno. **Redes de comunicação pública, visibilidade e permanência do acontecimento público Tragédia Kiss (Santa Maria, Brasil, 2013)**. 2016. 230 p. Trabalho de conclusão (Tese) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2004.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 166 p.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo, SP: Contexto, 2005. 138p.

MEDITSCH, E. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. 248 p.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 2003. 208 p. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4097>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

MELO, Jose Marques de. **Jornalismo político: democracia, cidadania, anomia**. In: Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre: n. 35, abr. 2008, p. 90-94.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo, SP: Olho D'Água, 2003. 228 p.

MORENO, Jorge Bastos. **Ascensão e queda de Dilma Rousseff**. São Paulo: Globo Livros, 2017. 272 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 1999. 98 p.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**, Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. 248 p

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, 2005.

RAMOS, Plínio de Abreu. A imprensa e o poder no Brasil. In: LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 166 p.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. 2016. 260 p. Trabalho de conclusão (Tese) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

SANTOS, Janaíne. **Construção de opinião no texto informativo: adjetivos, advérbios e figuras de linguagem como estratégias discursivas em Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital**. 2009. 98 p. Trabalho de conclusão (Dissertação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2004. 112 p.

SCHWAAB, Reges Toni; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista. **Galáxia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. São Paulo, SP: v. 18, 2009, p. 180-192 Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2650>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

SCHWAAB, Reges. Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo. In: TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges Toni (Org.) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. 304 p.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (Org.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2006. 306 p.

STORCH, Laura Strelow. **O leitor imaginado no jornalismo de revista: uma proposta metodológica**. 2012. 174 p. Trabalho de conclusão (Tese) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS.

TAVARES, Frederico de Mello. Revista e identidade editorial: mutações e construções de si e de um mesmo. In: TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges Toni (Org.) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. 304 p.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002. 325 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004. 224 p.

VAZ, Paulo Bernardo; TRINDADE, Vanessa Costa. Capas de revistas e seus leitores: um novo texto em cartaz. In: TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges Toni (Org.) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. 304 p.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, n.10, 1.sem.2011, p. 189-203. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3717>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

APÊNDICE A – SDs *Veja*

Número SDs	Sequência Discursiva	Texto	Formações Discursivas
SD1	(2003 • 2016)	Capa	FD4
SD2	HÁ UM PAÍS PARA CONSTRUIR	Carta ao leitor, p. 10, título	FD7
SD3	O IMPEACHMENT de Dilma Rousseff deve abrir caminho para a recuperação econômica do Brasil, hoje devastado pela mais profunda recessão de sua história , depois de uma epidemia de inépcia e descalabro . Sob o comando, agora definitivo, do presidente Michel Temer, o governo federal dispõe, daqui para a frente, da solidez necessária para tocar as mudanças que o país exige . O ajuste fiscal e as reformas trabalhista e previdenciária já ocupam a primeira linha da agenda nacional.	Carta ao leitor, p. 10	FD7
SD4	Por mais que se deseje a pacificação nacional não será infelizmente, uma decorrência natural do impeachment . A prova disso já se manifesta nos protestos que aconteceram em algumas capitais na semana passada, nas disputas políticas que aportaram no Supremo Tribunal Federal logo depois da aprovação do impeachment no próprio ambiente conflagrado que reina no Congresso Nacional.	Carta ao leitor, p. 10	FD8
SD5	Para chegar à paz nacional, é fundamental que o impeachment não seja o epílogo da luta contra à corrupção . A continuidade da batalha para higienizar a vida pública é a maneira mais eficaz de derrubar a alegação segundo a qual o combate à corrupção foi, na verdade, apenas um pretexto para promover a deposição do governo do PT.	Carta ao leitor, p. 10	FD5
SD6	Para que o país supere as divisões e consiga conviver com os antagonismos naturais de uma democracia , o papel das instituições terá relevância singular.	Carta ao leitor, p. 10	FD8
SD7	Há um país para construir . Dos brasileiros que hoje ocupam os postos de comando nas instituições políticas, econômicas e jurídicas , esperam-se a sensatez de quem conhece a gravidade da hora , a generosidade de quem busca o convívio pacífico e democrático, e a determinação de quem sabe onde estão as soluções urgentes de que o Brasil precisa .	Carta ao leitor, p. 10,	FD7
SD8	O FIM...	O fim ... e o começo, abertura especial, p. 46, título	FD4

SD9	DIA 31, 15H05 Dilma Rousseff assinou, como se vê acima, a notificação de sua destituição da Presidência. Seu governo simplesmente acabou (mas ela já voltou à Justiça para voltar)	O fim ... e o começo, abertura especial, p. 46, legenda	FD4
SD10	...E O COMEÇO	O fim ... e o começo, abertura especial, p. 47, título	FD7
SD11	DIA 31, 15H30 Michel Temer assinou, como se vê acima, o aviso da aprovação do impeachment. Seu governo, enfim, deixou de ser interino (e acabou a lua de mel, que o protegeu das cobranças)	O fim ... e o começo, abertura especial, p. 47, legenda	FD7
SD12	O PECADO ORIGINAL	O pecado original, p. 49, título	FD2
SD13	O impeachment de Dilma Rousseff encerra o ciclo do PT no poder, o mais longo desde a redemocratização , e põe o populismo e a corrupção no centro das preocupações nacionais	O pecado original, p. 49, linha de apoio	FD4, FD5
SD14	O PT nunca se sentiu tão poderoso como em 2010. Naquele ano, o presidente Lula terminava seu segundo mandato como recordista de popularidade e lançava a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República. Havia dois objetivos. A curto prazo, a eleição da primeira mulher pelas mãos do primeiro representante genuinamente popular a chegar ao posto. Um simbolismo caro à esquerda. A longo prazo, comandar o país por pelo menos vinte anos , justamente a meta traçada anteriormente, e não alcançada, pelo PSDB.	O pecado original, p. 50	FD4
SD15	Na quarta-feira passada, esse enredo foi dramaticamente abreviado . Por 61 votos a 20 os senadores aprovaram o impeachment de Dilma e encerraram um período de treze anos de governo do PT, atendendo ao clamor de milhões de brasileiros que foram às ruas em manifestações históricas.	O pecado original, p. 50	FD4, FD6, FD11
SD16	FICHADO O boletim criminal de Lula: indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.	O pecado original, p. 50, legenda	FD5
SD17	A sentença apareceu no painel eletrônico do plenário às 13h35. Uma hora depois, o senador Vicentinho Alves (PR-TO), primeiro –secretário do Senado, ao Palácio da Alvorada para notificar Dilma de que ela se tornara o segundo presidente a ter o mandato cassado desde a redemocratização.	O pecado original, p. 50	FD2
SD18	O que diz a Constituição sobre a inabilitação para exercício de função pública? A constituição diz que	O pecado original, p. 50	FD2, FD3

	cabe ao Senado condenar o presidente da República que cometeu crime de responsabilidade à perda do cargo, com “inabilitação por oito anos do exercício de função pública”.		
SD19	A letra da Constituição deixa claro que à perda do cargo soma-se a inabilitação do exercício da função pública. A decisão do Senado de fatiar a votação, portanto, não seguiu a Constituição.	O pecado original, p. 50	FD3
SD20	Dilma assinou o documento com um ar de indiferença .	O pecado original, p. 51	FD6
SD21	O NUMERO 1 Delator revelou que Lula comandava o esquema de corrupção que fulminou Dilma Rousseff e o PT	O pecado original, p. 51, legenda	FD4, FD5
SD22	Eram 15h05 quando ela atestou o óbito do ambicioso plano de hegemonia política do PT .	O pecado original, p. 51	FD4
SD23	Um plano que, desde a chegada do partido ao Planalto, estava assentado num pecado original , que não foi inventado pelo PT, não foi implantado pelo PT, mas foi executado com rigor e método nunca antes vistos neste país: a corrupção da classe política com recursos públicos .	O pecado original, p. 51	FD2, FD5
SD24	Seu plano era voltar a comandar o país em 2018 e permanecer no posto até 2026 . O obstáculo essencial, agora, está no avanço inexorável da Lava-Jato.	O pecado original, p. 51	FD4
SD25	EMOÇÃO Responsável pela acusação, Janaína Paschoal chorou durante o julgamento do impeachment	O pecado original, p. 52, legenda	FD6
SD26	Os maiores empreiteiros do país foram presos e dividiram o espaço das celas com mais um ex-tesoureiro do PT. Lula está indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Ele e Dilma são investigados por tentativa de obstrução da Justiça e acusados por delatores de financiar suas campanhas com propinas derivadas de contratos da Petrobras . Na semana passada, o ex-senador Delcídio do Amaral prestou depoimento à Lava Jato. Confirmou o que VEJA antecipara em março: Lula era o chefe do esquema de corrupção .	O pecado original, p. 52	FD5
SD27	Em pouco mais de cinco anos de mandato, Dilma jogou o país no atoleiro . Sua tolerância à inflação, em nome do crescimento, deu fôlego ao dragão, que voltou a superar dois dígitos. A renda caiu, o desemprego subiu e parte da nova classe média , que consolidou o PT no	O pecado original, p. 52	FD7

	poder e lá o manteria, voltou para a base da pirâmide social.		
SD28	Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra. Formalmente, o impeachment foi aprovado porque ela cometeu crime de responsabilidade ao usar recursos de bancos públicos para pagar despesas do Tesouro, prática conhecida como pedalada fiscal, e ao liberar créditos suplementares sem a autorização prévia do Congresso. É por causa da discrepância entre a razão técnica (orçamentária) e a motivação real (corrupção e recessão) que Dilma se diz vítima de um golpe parlamentar tramado por “desleais”, “traidores” e “covardes.	O pecado original, p. 52	FD2, FD5, FD7
SD29	Ela não impediu o impeachment, mas, graças a uma esdrúxula articulação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, conseguiu evitar a aprovação de sua inabilitação para o exercício de funções públicas.	O pecado original, p. 53	FD3
SD30	Dilma, mantida por enquanto no jogo político, também recorreu ao STF para anular o impeachment e prometeu uma oposição “enérgica e incansável”. De saída, citou Vladimir Maiakovski, o poeta futurista da Revolução Russa: “Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las. Rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta”. É belo, mas também um autêntico réquiem.	O pecado original, p. 53	FD4
SD31	LÁGRIMAS Responsável pela defesa de Dilma, o ex-ministro José Eduardo Cardozo também chorou	O pecado original, p. 53, legenda	FD6
SD32	Como no caso do impeachment de Dilma Rousseff, outros episódios políticos relevantes receberam nomes distintos, numa guerra que vai muito além das palavras.	Visão da história, p. 62, linha de apoio	FD8
SD33	Em seus respectivos discursos logo após o desfecho do processo no Senado, Dilma e Temer evidenciaram o cisma que reverbera no país . Ela prometeu “a mais enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer”. Ele rebateu: “Golpista é você que está contra a Constituição”. Não é a primeira vez – e não será a última – que se vê um embate dessa natureza , cujos aspectos ultrapassam, e muito, o “estado de dicionário” de cada palavra.	Visão da história, p. 62	FD8

SD34	Essa dança de palavras, cada lado com sua escolha, a rigor nunca termina. Vencedores e derrotados põem o rótulo que desejam de modo a construir suas ideias.	Visão da história, p. 63	FD8
SD35	Enfim: impeachment claramente regido pelo STF ou golpe parlamentar? Para Daniel Arão Reis, professor da Universidade Federal Fluminense, é melhor fixar a atenção numa única palavra, Constituição , e a partir dela tirar conclusões. “O impeachment é autoritário porque atribui a centenas de pessoas o direito de depor um presidente eleito por milhões, mas as esquerdas não só deixariam de suscitar o debate a esse respeito quando deveriam como já se serviram desse mecanismo ”. Desde 1988, o PT protocolou cinquenta pedidos de impeachment.	Visão da História, p.63	FD2

APÊNDICE B – SDs *Época*

Número SDs	Sequência Discursiva	Texto	Formações Discursivas
SD36	DEPOIS DA TEMPESTADE O DIFÍCIL DESAFIO DE RECUPERAR A ECONOMIA ... UNIR A BASE ALIADA ... CRIAR UMA CULTURA DE RESPONSABILIDADE FISCAL ... E UNIR OS BRASILEIROS EM TORNO DAS REFORMAS NECESSÁRIAS	Capa, manchete principal e linhas de apoio	FD7
SD37	SETE DIAS EM BRASÍLIA OS BASTIDORES DO JULGAMENTO QUE PAROU O PAÍS	Capa, manchete secundária e linha de apoio	FD6
SD38	Para recolocar o Brasil nos trilhos Em seu mandato, o presidente Michel Temer não resolverá todos os nossos problemas. Mas pode iniciar as reformas para que o país fique de novo no prumo	Nossa opinião, p. 30, título e linha de apoio	FD7
SD39	MISSÃO Michel Temer, na China, na primeira viagem internacional como presidente. Seu desafio é fazer as reformas que podem levar à recuperação da economia	Nossa opinião, p. 30, legenda	FD7
SD40	Em seu primeiro pronunciamento à nação, depois da condenação de Dilma Rousseff por crime de responsabilidade pelo Senado Federal, Michel Temer resumiu bem sua missão como presidente da República pelos próximos dois anos e quatro meses: recolocar o país nos trilhos.	Nossa opinião, p. 30	FD2, FD7

SD41	Depois de um governo desastroso , Dilma Rousseff deixa como legado talvez a maior crise da história do país –segundo o economista Samuel Pessoa, pesquisador da Fundação Getulio Vargas, já vivemos a maior recessão dos últimos 120 anos. Os problemas da economia brasileira foram agravados pela política irresponsável de gastos públicos de Dilma.	Nossa opinião, p. 30	FD7
SD42	Mas a solução para o problema pode começar a ser encaminhada , o que poderá levar a redução da taxa de juros pelo Banco Central, ao aumento da confiança dos investidores e à retomada do crescimento econômico.	Nossa opinião, p. 30	FD7
SD43	Vale olhar para as redes sociais porque nelas, na semana passada, você leu argumentos bem-intencionados de lados diferentes. Argumentos brandidos não por políticos corruptos ou militantes fanáticos, mas por gente honesta e sinceramente preocupada com o futuro do país- seus amigos.	Da redação, p. 14	FD8
SD44	O país enfrenta uma crise gravíssima , resultado, em grande parte, de erros cometidos no final do governo Lula e durante todo o governo Dilma Rousseff. Nesse período, o país gastou mais do que podia, e várias ações da presidente contribuíram para destruir a confiança dos que investem e criam postos de trabalho. O resultado: a maior recessão da história brasileira, inflação e desemprego.	Da redação, p. 14	FD2, FD7
SD45	Os que defenderam o impeachment não o fizeram só pelas pedaladas fiscais e pelos decretos sem autorização do Congresso. Eles consideraram que tais procedimentos eram parte de um todo maior, uma fraude fiscal destruiu as perspectivas de milhões de pessoas. O impeachment, segundo esse raciocínio, reafirmaria o valor da responsabilidade fiscal dentro da sociedade brasileira.	Da redação, p. 14	FD2
SD46	É muito. Dois impeachments configuram trauma. Não se retira o mandato de uma governante eleita por 54 milhões de votos sem dor. O processo já foi difícil em 1992, com Fernando Collor, o primeiro presidente eleito na redemocratização.	Da redação, p. 14	FD6
SD47	As duas posições abriram espaço para hipóboles e ceticismo. Do lado dos que temiam o trauma político, havia um exagero: para alguns deles, o impeachment da presidente Dilma significaria o fim da democracia, como no golpe de 1964.	Da redação, p. 14	FD2
SD48	O JULGAMENTO	Da redação, p. 15	FD8

	Cena do Congresso Nacional na quarta- feira, dia 31. Duas visões em disputa.		
SD49	Ou, para evitar tal turbulência, manter uma presidente que causou uma crise de confiança, arriscando-se a mais recessão, mais inflação e mais desemprego?	Da redação, p. 15	FD2
SD50	Os representantes eleitos pelo povo brasileiro – deputados e senadores-decidiram, em votação que se seguiu a discussões exaustiva, pelo caminho de reafirmar o valor da responsabilidade fiscal.	Da redação, p. 15	FD2
SD51	De acordo com elas, cerca de 70% dos brasileiros queriam o impeachment – e as enormes manifestações ao logo do ano passado atestam isso. Os que votaram contra o impeachment miraram nos outros 30%, um contingente numericamente importante de eleitores, a maior parte deles à esquerda do espectro político.	Da redação, p. 15	FD11
SD52	O debate foi apaixonado – como, aliás, é comum no Brasil. Deixou feridas, e elas precisam cicatrizar para que o país vá em frente.	Da redação, p. 15	FD6
SD53	Cabe ao time do governo Temer recuperar a economia, dentro dos valores da responsabilidade fiscal – e afastar-se, ao mesmo tempo dos envolvidos com a corrupção na Operação Lava Jato.	Da redação, p. 15	FD7
SD54	Que as discussões sejam de alto nível. Elas constituem a essência da democracia, e a democracia continua.	Da redação, p. 15	FD2
SD55	TEATRO DA POLÍTICA	Somos todos responsáveis, p. 32, cartola	FD9
SD56	SOMOS TODOS RESPONSÁVEIS Elegemos Dilma e elegemos o Congresso que cassou a presidente. Todo o drama do impeachment decorre, em essência, dessas duas escolhas	Somos todos responsáveis, p. 32, título e linha de apoio	FD6
SD57	O dia 31 de agosto de 2016 começou, na verdade, em outubro de 2014. Naquele mês, no dia 26, os brasileiros reelegeram Dilma Rousseff para a Presidência da República. Três semanas antes, no dia 5, havíamos escolhido o Congresso que iria cassá-la.	Somos todos responsáveis, p. 32	FD6
SD58	Em seu primeiro governo, Dilma implantara um programa – chamado por ela de Nova Matriz Econômica que levou o país à pior recessão de sua história. Os efeitos dessa recessão apareceram, com toda a força, em seu segundo mandato, e atingiram	Somos todos responsáveis, p. 32	FD2, FD7

	principalmente a população mais pobre, na forma de inflação e desemprego.		
SD59	Por causa disso – e também do envolvimento dos partidos de sua coligação em escândalos de corrupção – Dilma perdeu sua popularidade. Sem o apoio das ruas e tendo de enfrentar a crise que ela própria criara, Dilma precisava da ajuda do Congresso que havia sido eleito junto com ela.	Somos todos responsáveis, p. 32	FD11
SD60	Para resumir uma ópera de vários atos , faltou humildade de um lado e boa vontade do outro.	Somos todos responsáveis, p. 32	FD9
SD61	O Brasil que o presidente Michel Temer governará por dois anos e quatro meses herda dois traumas. O da recessão, criado pelo governo Dilma. E o do impeachment, a solução encontrada pelo Congresso para resolver a crise econômica e de governabilidade (o futuro dirá se foi a melhor solução, a pior solução ou a solução possível).	Somos todos responsáveis, p. 32	FD7
SD62	As acusações de que Dilma cometera crimes contra a Lei de Responsabilidade Fiscal forneceram a base jurídica de um processo que, por definição, é também político.	Somos todos responsáveis, p. 32	FD2, FD8
SD63	O novo governo enfrentará vários desafios difíceis. Terá de recompor a base aliada fraturada no impeachment. Precisar recompor a economia e implantar uma cultura de responsabilidade fiscal.	Somos todos responsáveis, p. 32	FD7
SD64	Por último, e talvez mais importante, terá de retomar o debate público – a essência da democracia – num país radicalizado.	Somos todos responsáveis, p. 33	FD8
SD65	Impeachments são sempre traumáticos.	Somos todos responsáveis, p. 33	FD6
SD66	Achar que o que aconteceu no Brasil se deve a uma gangue de marcianos que aterrissou de disco voador – o “perigo vermelho”, diriam os radicais de um lado, ou os tais “golpistas”, diriam os radicais de outro – e no entanto um equívoco com laivos paternalistas.	Somos todos responsáveis, p. 33	FD8
SD67	Numa democracia, devemos assumir a responsabilidade por nossas escolhas. Nunca é demais repetir: escolhemos Dilma e escolhemos o Congresso que a cassou. Há quem ache que fizemos a coisa certa. Há quem se arrependa de ter escolhido esta presidente, ou este Congresso, ou ambos. Podemos errar em nossas escolhas – este é o drama das eleições. Podemos corrigir no pleito seguinte- esta é a beleza da democracia.	Somos todos responsáveis, p. 33	FD6

SD68	O governo que agora assume terá um desafio difícil pela frente. Os que perderam seus empregos, seus planos de saúde e suas esperanças na crise – e os brasileiros que são solidários a eles – torcerão para que Michel Temer tenha algum sucesso em sua empreitada.	Somos todos responsáveis, p. 33	FD7
SD69	Que tudo isso tenha sido um aprendizado – e que em 2018, mais que nunca, encaremos nossas escolhas eleitorais com a seriedade que elas merecem.	Somos todos responsáveis, p. 33	FD6
SD70	Os bastidores dos conflitos entre Dilma, Temer e Eduardo Cunha revelam que o impeachment tornou-se inevitável muito antes do julgamento no Congresso.	O drama que mudou o país, p. 34, linha de apoio	FD8
SD71	O drama que mudou o país	O drama que mudou o país, p. 34, título	FD6
SD72	O FIM O presidente Michel Temer toma posse no Senado, na quarta-feira à tarde. O “vice decorativo” assumiu o poder definitivamente.	O drama que mudou o país, p. 35, legenda	FD4, FD7
SD73	Na trama que se desdobrava no Brasil desde que os avanços da Lava Jato em Curitiba haviam alcançado os gabinetes de Brasília, controlar o tempo das decisões significava controlar o próprio destino e, com ele, o destino do país	O drama que mudou o país, p. 36	FD9, FD7
SD74	Havia meses que milhões de brasileiros o pressionavam, nas ruas e nas redes sociais, pela saída da presidente. Muitos parlamentares, também – alguns poucos por convicção, outros tantos por puro cálculo político, todos, sem dúvida, influenciados pela pressão das ruas. Minguavam, mesmo dentro do PT, os defensores de Dilma	O drama que mudou o país, p. 36	FD11
SD75	O governo da afilhada de Luiz Inácio Lula da Silva estava moribundo, vitimado, antes de tudo, pelos erros cometidos por ela.	O drama que mudou o país, p. 36	FD2
SD76	Um impeachment que, naqueles dias, os mais bem informado em Brasília sabiam ser, uma vez aberto, irrefreável. A Lava Jato estava cada vez mais perto do Planalto, e o Planalto estava cada vez mais longe do Congresso.	O drama que mudou o país, p. 36	FD08
SD77	COMO NAS RUAS O Presidente do Senado, Renan Calheiros(PMDB), discute com o senador Lindbergh Farias, do PT . Ao	O drama que mudou o país, p. 36, legenda	FD3

	final, uma manobra para ajudar Dilma e outros investigados os uniria.		
SD78	O papel era o parecer favorável à denúncia apresentada pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr.. Nela, pediam o impeachment de Dilma em virtude de, entre outras razões, fraudes orçamentárias que, para eles, constituíam crime de responsabilidade da presidente. Era a base técnica para um desejo político, no Congresso, e social, nas ruas	O drama que mudou o país, p. 37	FD2, FD8, FD11
SD79	O ato que inaugura o processo que se encerrou na semana passada, após longos e penosos meses para o Brasil , nasceu, em larga medida, a desconfiança, da suspeita – quiçá da paranoia	O drama que mudou o país, p. 37	FD6
SD80	Sem dúvida, é difícil encontrar as proporções e os pesos adequados, entre causas e consequências na soma dos fatos políticos, econômicos, sociais e criminais dos últimos anos, que permita responder satisfatoriamente à simples pergunta: por que Dilma caiu? Qual é o peso da Lava Jato? Quanto a queda se deva à calamidade econômica provocada pela gestão petista ou aos milhões de brasileiros protestando nas ruas?	O drama que mudou o país, p. 37	FD2
SD81	Seja como for, a política é feita, ora, por políticos. E os principais bastidores dos últimos anos em Brasília, alinhados numa cadeia lógica temporal, demonstram que as suspeitas mútuas entre chefes do PT e do PMDB, em especial entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha, determinaram do destino de ambos – e de ambos os partidos. Quanto mais os dois lados precisavam da confiança um do outro, menos a tinham. Quanto mais as relações se deterioravam, nem face da Lava Jato e das crises política e econômica, mais a desconfiança passava a ser suspeita, e a suspeita certeza. Certas ou erradas, as certezas de cada lado guiaram todos para a guerra que veio a se travar no impeachment. De aliados a adversários a inimigos.	O drama que mudou o país, p. 37	FD8
SD82	O julgamento de Dilma no Senado foi uma batalha final de sete dias. Do ponto de vista político, a guerra já estava ganha pelo PMDB – as forças do partido e aliados, comandadas por Cunha, triunfaram contra Dilma no plenário da Câmara.	O drama que mudou o país, p. 37	FD4, FD8
SD83	O impeachment havia se tornado, no chão da política, numa eleição indireta entre Dilma e Temer	O drama que mudou o país, p. 38	FD8
SD84	A última etapa desse processo era necessária do ponto de vista constitucional. Apesar de Dilma e o PT terem acusado repetidamente serem vítimas de um golpe parlamentar, golpe não houve	O drama que mudou o país, p. 38	FD2

SD85	Mas é inegável que o processo foi constitucionalmente rigoroso e processualmente irretocável . Nunca houve na história das democracias ocidentais, um impeachment que concedesse tamanho direito à ampla defesa e observasse com tanto cuidado o devido processo legal. Nenhum país exige tamanha maioria em ambas as Casas Legislativas – 2/3 dos votos – para o impedimento do presidente.	O drama que mudou o país, p. 38	FD2
SD86	O impeachment , como ensinam a Constituição, as decisões do Supremo e a literatura sobre o assunto, é um processo eminentemente político. Precisa observar princípios constitucionais e respeitar certos ritos processuais. Exige um crime de responsabilidade. Apesar do nome, não se trata de uma infração penal – nem o impeachment, mais uma vez, traduz-se num julgamento criminal.	O drama que mudou o país, p. 38	FD2, FD8
SD87	No caso de Dilma, o Supremo , no começo de dezembro, suspendeu a tramitação do processo e semanas depois, resolveu detalhar às minúcias todo o rito a ser seguido.	O drama que mudou o país, p. 38	FD2
SD88	Para o Supremo, é soberana a prerrogativa do presidente da Câmara de acatar ou não o impeachment. Se a denúncia de Hélio Bicudo e Janáina Paschoal fosse inepta – numa palavra, piração – ,os ministros a teriam rejeitado. Mantiveram-na.	O drama que mudou o país, p. 38	FD2
SD89	Mas não mudaram o desfecho que, no julgamento da semana passada, alguns no Brasil temiam e muitos queriam: o fim dos 13 anos da era petista no Planalto.	O drama que mudou o país, p. 38	FD4, FD11
SD90	A defesa desses 13 anos foi feita por Dilma na segunda-feira, no quarto e mais momentoso dia dos seis que perfizeram o julgamento.	O drama que mudou o país, p. 39	FD9
SD91	VAZIO Poucos senadores resistem no plenário à maratona de discursos durante a sessão do impeachment.	O drama que mudou o país, p. 39, legenda	FD9
SD92	Em um processo político , Dilma tinha poucas chances de escapar	O drama que mudou o país, p. 39, legenda	FD8
SD93	Na manhã da segunda-feira, dia 29 de agosto, Dilma Vana Rousseff, uma senhora circunspecta de 68 anos, assomou à tribuna do Senado para proferir o discurso mais importante no Congresso desde a Constituição de 1988. Também era, naturalmente, o discurso da vida dela – da vida política dela.	O drama que mudou o país, p. 39	FD4

SD94	Havia demasiada luz – da multidão de lâmpadas que habitam o teto do plenário, dos grandes flashes dos fotógrafos, dos pequenos flashes dos celulares. Havia demasiado calor. Havia demasiada gente. O evento político das últimas duas décadas não cabia no pequeno plenário azul do Senado.	O drama que mudou o país, p. 39	FD9
SD95	Não se interessava, ao menos na prática, pela arte da política – a arte de conversar, de dialogar, de ouvir antes de falar (ou mandar), de ceder de fazer acordos e chegar a consensos, tomando decisões difíceis.	O drama que mudou o país, p. 39	FD8
SD96	O PT queria um Congresso manso. O PMDB queria mais poder. As duas partes, no entanto, não tinham como entregar o que prometiam nesse contrato informal. O PMDB não poderia manter-se leal sem muita participação no governo- e muitos cargos, sempre mais cargos. O PT, por sua natureza ideológica, não conseguiria dividir poder.	O drama que mudou o país, p. 40	FD8
SD97	Uma vez no poder, Dilma e Temer mantiveram uma relação cerimoniosa, se tanto. O PMDB ganhara ministérios, mas não poder. Nunca participou das decisões estratégicas do Planalto.	O drama que mudou o país, p. 40	FD8
SD98	ATO FINAL A presidente Dilma Rousseff discursa na tribuna no início de seu depoimento. Ela sempre teve um relacionamento frio e distante com Temer.	O drama que mudou o país, p. 40, legenda	FD8, FD9
SD99	MANOBRA O ex-presidente Lula assiste ao interrogatório de Dilma no Senado. Lula tentou, mas nunca conseguiu fazer Dilma ter uma relação harmoniosa com Temer e o PMDB.	O drama que mudou o país, p. 41, legenda	FD8
SD100	O RESISTENTE O ex-ministro José Eduardo Cardozo, defensor de Dilma. Seu discurso final engrandeceu uma causa que estava perdida.	O drama que mudou o país, p. 42, legenda	FD8
SD101	ACUSAÇÃO A advogada Janaina Paschoal, que defendeu o impeachment. As pedaladas fiscais embasaram um pedido desejado pelo Congresso.	O drama que mudou o país, p. 43, legenda	FD2
SD102	Em março de 2015, semanas após as manifestações que levaram milhões e brasileiros às ruas, todos pedindo o impeachment de Dilma, a presidente recebeu o	O drama que mudou o país, p. 44	FD11

	presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e sua mulher, Cláudia Cruz, para um jantar no Palácio da Alvorada.		
SD103	E o antipetismo se desenhava, no começo de 2015, como a maior força política do país.	O drama que mudou o país, p. 44	FD8
SD104	No segundo semestre, Cunha dedicou-se a preparar o impeachment. Ainda havia conversas de lado a lado, mas a queda do governo estava evidente para quem estava dentro do poder.	O drama que mudou o país, p. 44	FD8
SD105	A SURPRESA O presidente do Senado, Renan Calheiros, anuncia o fatiamento da votação do impeachment. A manobra pode livrar Dilma do juiz Sergio Moro e muitos envolvidos na Lava Jato, como Renan também.	O drama que mudou o país, p. 44, legenda	FD3
SD106	Não haveria impeachment sem Cunha. Da denúncia apresentada à votação capital da Câmara, foi ele quem garantiu a ascensão de Temer e de seus aliados do PMDB, mesmo que fosse sacrificado na batalha.	O drama que mudou o país, p. 44	FD8
SD107	Certamente, todos estão ali por algo maior do que os decretos assinados sem previsão orçamentária. Estão ali porque julgam necessário apear uma presidente do cargo.	O drama que mudou o país, p. 45	FD2
SD108	A CAMINHO O presidente Michel Temer no Senado, à espera da cerimônia de posse. Nos últimos meses, ele só teve de esperar o governo Dilma desmoronar.	O drama que mudou o país, p. 46, legenda	FD4
SD109	Entre um ponto da história e outro, somente mágoas, desconfianças e ataques. Talvez ambos soubessem que em mão muito tempo, seria ele, Temer, quem estaria naquele gabinete. O tempo de Dilma acabara.	O drama que mudou o país, p. 46	FD4, FD8
SD110	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato A decisão do Senado de fatiar o processo de impeachment rachou a base do governo – e pode livrar muitos políticos de punição por corrupção	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 48, título e linha de apoio	FD3
SD111	ALIADOS Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e do Supremo, Ricardo Lewandowski, na semana passada. Juntos, eles operaram a meia salvação de Dilma	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 49	FD3
SD112	Lobão consultou o filho, Edinho, seu suplente, sobre eventuais repercussões eleitorais de dar uma ajudinha a Dilma. Decidiu aderir ao ineditismo.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 49	FD3

SD113	O processo de convencimento de Lewandowski foi mais longo. Duas semanas antes da manobra, o magistrado se reunira com líderes partidários no Salão Negro do Congresso para definir o rito do impeachment.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 49	FD3
SD114	Provocado pelas defensoras de Dilma, as senadoras Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná, e Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, sobre a tese, Lewandowski respondeu, com convicção, que a inabilitação era uma consequência da condenação.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 49	FD3
SD115	Às 22 horas de terça-feira, Renan chamou o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira, e avisou que o magistrado permitiria a manobra no dia seguinte. Previu o colega de que não votaria pela inabilitação de Dilma. “A cassação já é suficiente”, disse.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 49	FD3
SD116	A destituição do ocupante do cargo e a proibição de ele ocupar cargos e funções públicas por oito anos sempre foram parte indivisível do Artigo 52 da Constituição. A manobra tolerada por Lewandowski, de aplicar menos metade do que consta no trecho constitucional, é heterodoxa e pode ser questionada.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 49	FD3
SD117	ARTICULADOR O ex-presidente Lula. Ele procurou Edilson Lobão, e outros, e pediu apoio à manobra para fatiar o julgamento de Dilma.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p.50 legenda	FD3
SD118	Ao cassar sem inabilitar por oito anos, os senadores não apenas protagonizaram um casuismo, como o fizeram para garantir a Dilma uma valiosa proteção.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 50	FD3
SD119	O favorecimento a Dilma é a parte mais visível de um artifício que pode beneficiar a todos.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 50	FD3
SD120	A articulação chegou ao Palácio do Planalto no início da semana passada. Oficialmente, o presidente Michel Temer, enviou o recado de que ficou possesso com a tramoia . Mas, na coreografia que se viu no Senado no dia da votação, tal tese se torna difícil de ser assimilada.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 50	FD3, FD9
SD121	BENEFICIADO O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha . Ele pode obter o mesmo tratamento benevolente dispensado a Dilma.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 51	FD3
SD122	Senadores tucanos e do DEM esbravejaram e teceram argumentos constitucionais contrários.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 51	FD3

SD123	Eles haviam sido pegos em uma armadilha urdida entre seu principal aliado, o PMBD, e seu principal adversário, o PT.	Não é só para Dilma; é para a turma da Lava Jato, p. 51	FD8
-------	---	---	-----

APÊNDICE C – SDs *IstoÉ*

Número SDs	Sequência Discursiva	Texto	Formações Discursivas
SD124	“A MARCA DO MEU GOVERNO SERÁ A PACIFICAÇÃO” Em sua primeira entrevista como presidente, Michel Temer detalha os planos para recolocar o país nos trilhos	Capa, manchete principal e linhas de apoio	FD7
SD125	ACORDÃO Como foi armada a maracutaia para manter os direitos políticos de Dilma	Capa, manchete secundária e linha de apoio	FD3
SD126	O HOSPÍCIO PARLAMENTAR	Editorial, p. 24, título	FD9
SD127	O bate-boca de senadores, questões de ordem e empurrões, de lá e de um cá, decerto mandaram para as calendas ritos e princípios. O Congresso dos últimos tempos virou um azogue . De saída na Câmara dos Deputados o show de fanfarras corou de vergonha até os mais desavisados.	Editorial, p. 24	FD9
SD128	É de se perguntar como a reconciliação política, necessária e prometida , pode se dar nesse ambiente?	Editorial, p. 24	FD8
SD129	Quem viu ali os gritos de guerra e espetaculosas mensagens elaboradas com zelo para as câmeras de TV e cinema não pode mesmo acreditar nem mais um milímetro na capacidade da instituição contribuir para a reconstrução nacional, fazendo andar pautas vitais.	Editorial, p. 24	FD9
SD130	Tudo não passaria de jogo de cena , dizem. Diante dos holofotes o barulho da resistência. Nos bastidores , o sorriso e tapinha nas costas de velhos camaradas de arranjos e conchavos .	Editorial, p. 24	FD9
SD131	Talvez pelos seus caminhos tortos possam até resgatar alguma esperança dos eleitores, caso recobrem o juízo e ajudem o Brasil a entrar no trilho.	Editorial, p. 24	FD7
SD132	Mas o que dizer do derradeiro e calamitoso ato tomado por esses senhores que decidiram não cassar os direitos políticos da presidente deposta , Dilma Rousseff? Entenda-se o tamanho da barafunda em que se meteram: no entender da esmagadora maioria dos	Editorial, p. 24	FD3

	juristas, a deposição de cargo público e a inabilitação para exercê-lo logo adiante são itens inseparáveis no capítulo constitucional. Os parlamentares resolveram o contrário. O precedente rasga a Carta Magna e, mais grave, foi tomado de supetão como novidade na lei, acertado ali de última hora, sem maiores debates.		
SD133	Consagrou-se no episódio outra demonstração do corporativismo escrachado desses senhores.	Editorial, p. 24	FD3
SD134	Nos dias de votação do impeachment se viu ali (salva honrosas exceções) personagens mais atentos em salvar a própria pele do que ligados aos anseios da Nação. Esses procuraram, de quebra, garantir (por que não?) algum naco de fama . Afinal, vivem como bem pontuou Renan, em um hospício .	Editorial, p. 24	FD9
SD135	NOVO GOVERNO	O acordão para salvar Dilma, p. 50, cartola	FD7
SD136	O acordão para salvar Dilma Os bastidores da manobra destinada a preservar os direitos políticos da presidente deposta Dilma Rousseff, numa ação que golpeou a Constituição	O acordão para salvar Dilma, p. 50, título e linha de apoio	FD3
SD137	No petismo, um provérbio popular se impõe de maneira eloquente: nada é tão ruim que não possa piorar . O desfecho do impeachment de Dilma Rousseff foi a tradução dessa máxima	O acordão para salvar Dilma, p. 50	FD6
SD138	O processo teve em seu último capítulo uma trama sorrateira engendrada nos subterrâneos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.	O acordão para salvar Dilma, p. 50	FD3
SD139	Como a deposição de Dilma já eram favas contadas, alguns dos principais protagonistas desse enredo se juntaram com o intuito de evitar que a petista ficasse também inabilitada para exercer cargos públicos . Para atingir esse objetivo, toparam pisotear o claríssimo artigo 52 da Constituição Federal . O parágrafo único escrito na Carta Magna demonstra a óbvia indissociação das penas . Diz o texto: “condenação (...) à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício da função pública”	O acordão para salvar Dilma, p. 50	FD3
SD140	Mesmo assim, na quarta-feira 31, o Senado, depois de aprovar o impeachment de Dilma por 61 votos a 20, pondo fim a 13 anos de PT no poder , decidiu por 42 a 36 que a ex presidente pode ser nomeada para qualquer cargo público no País, mesmo depois de deposta	O acordão para salvar Dilma, p. 50	FD3, FD4
SD141	TRAMA AO PÉ DO OUVIDO Conchavo para poupar Dilma contou com as digitais de Lula, Renan	O acordão para salvar Dilma, p. 51	FD3

	Calheiros, Lindbergh Farias e Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo		
SD142	O INICIO DA ARTICULAÇÃO Por mais estapafúrdia que parecesse, a ideia de interpretar ao bel prazer um texto constitucional inapelável começou a ser gestada embrionariamente entre os petistas que ladeiam Dilma há cerca de 20 dias, conforme revelou em primeira mão a coluna Brasil Confidencial, da ISTO É, no dia 19 de agosto.	O acordão para salvar Dilma, p. 51	FD3
SD143	Iniciava-se ali uma pesada e discretíssima negociação de bastidor .	O acordão para salvar Dilma, p. 51	FD3
SD144	Apesar de querer pular do naufrágio petista para salvar a própria pele, Renan calculou que a ideia de fatiar em duas as votações abriria um precedente que poderia vir a beneficiá-lo no futuro .	O acordão para salvar Dilma, p. 52	FD4
SD145	Para reforçar o processo de convencimento dos senadores ao que foi chamado nos corredores do Congresso de “ impicha, mas não mata ”, o ex-presidente Lula também exerceu papel fundamental. Em São Paulo e em Brasília, disparou telefonemas para alguns parlamentares e encontrou-se com outros.	O acordão para salvar Dilma, p. 52	FD3
SD146	O argumento pode até ter sensibilizado os congressistas, mas certamente não deve ter feito muito sentido entre os quase 12 milhões de brasileiros desempregados ou pensionistas que recebem um salário mínimo .	O acordão para salvar Dilma, p. 52	FD7
SD147	EXTRAVAGÂNCIA JURÍDICA Ao se dar conta que Lewandowski cometeria a extravagância jurídica , o Palácio do Planalto tentou correr atrás do prejuízo, mas foi tarde demais.	O acordão para salvar Dilma, p. 52	FD3
SD148	Os dirigentes tucanos estavam em dúvida sobre se judicializavam ou não o resultado final do processo de impeachment com receio de que uma disputa na Justiça pudesse abrir espaço para uma eventual anulação de todo o julgamento que afastou Dilma definitivamente da Presidência da República .	O acordão para salvar Dilma, p. 53	FD4
SD149	No fim da última semana, juristas saíram a campo estupefatos com a interpretação do ministro Ricardo Lewandowski e o acordão tramado nos bastidores .	O acordão para salvar Dilma, p. 53	FD3
SD150	O decano do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, lembrou na quarta-feira dia 31, logo após a decisão, de como foi seu voto quando o assunto do ex-presidente Collor chegou à Suprema Corte, por meio de um mandado de segurança tentando anular a decisão do Senado, que cassou os direitos políticos do alagoano em	O acordão para salvar Dilma, p. 53	FD3

	1992. “ O meu voto foi no sentido de que o parágrafo único do artigo 52 da Constituição da República compõe uma estrutura unitária, indecomponível, de tal modo que imposta a sanção destituidora consistente da remoção do presidente da República a inabilitação temporária por oito anos para exercício de qualquer outra função pública ou eletiva representa uma consequência natural, um efeito necessário da manifestação condenatória do Senado Federal. ”		
SD151	A REGRA É CLARA A Carta Magna diz que a perda do mandato deve estar associada à inabilitação para o serviço público.	O acordão para salvar Dilma, p. 53, legenda	FD3
SD152	O presidente do TSE, Gilmar Mendes, também ministro do Supremo, classificou a decisão de “bizarra” . E continuou: “ Vejam vocês como isso é ilógico: se as penas são autônomas, o Senado poderia ter aplicado à ex-presidente Dilma Rousseff a pena de inabilitação, mantendo-a no cargo. Então, veja, não passa na prova dos 9 do jardim da infância do direito constitucional. É, realmente, do ponto de vista da solução jurídica, extravagante ”.	O acordão para salvar Dilma, p. 53	FD3
SD153	O Professor de Direito Constitucional da USP Dircêo Torrecillas Ramos foi peremptório: “ O texto da Constituição é claro. O presidente impedido deve perder o cargo, com inabilitação para cargos públicos por oito anos. O presidente do STF não deveria ter aceito o destaque para a votação em separado de início. Essa votação foi inconstitucional ”.	O acordão para salvar Dilma, p. 53	FD3
SD154	O advogado Julio César Martins Casarin também recorreu ao STF pedindo a suspensão da separação da votação. Casarin escreveu: “ A Constituição foi rasgada. Primeiramente, o destaque foi inconstitucional , pois a Constituição Federal coloca como decorrência da cassação do mandato a perda dos direitos políticos. A Constituição não permite interpretação quanto à dissociação da perda do cargo em relação à inabilitação por oito anos para o exercício da função pública ”. Ou seja, ao fim e ao cabo, o verdadeiro golpe foi desferido por aqueles que, durante meses a fio, cinicamente o alardearam.	O acordão para salvar Dilma, p. 53	FD3
SD155	O impeachment encerra um período de 13 anos de desmandos do PT. Agora, Dilma e Lula se aproximam da prisão e o partido caminho para um desfecho melancólico.	O fim de uma era, abertura especial, p. 81, título e linha de apoio	FD4

SD156	Cidadão comum e ré Definitivamente fora do poder e sem as prerrogativas do cargo e foro privilegiado, a ex-presidente Dilma terá agora de explicar os seus atos à Justiça.	Cidadã comum e ré, p. 82, título e linha de apoio	FD4, FD5
SD157	Fora definitivamente da Presidência da República , Dilma Rousseff é uma cidadã como qualquer outro cidadão do País – um pouco menos, talvez, já que contra ela pesam suspeitas de crimes enquanto a esmagadora maioria das brasileiras é respeitadora das leis	Cidadã comum e ré, p. 82	FD4, FD5
SD158	Organizar bagagens, enfim, é afazer cansativo e melancólico, sobretudo quando nos expulsam de algum lugar sob a suspeição de atos ilícitos e criminosos	Cidadã comum e ré, p. 82	FD5
SD159	HORIZONTE SOMBRIO O que há no futuro imediato da ex-presidente Dilma Rousseff, agora sem foro privilegiado.	Cidadã comum e ré, p. 82, legenda	FD5
SD160	Dilma é investigada em inquérito no STF por tentar obstruir a Lava Jato com a nomeação de Marcelo Navarro para o STJ	Cidadã comum e ré, p. 82, legenda	FD5
SD161	O TSE e o STF apuram possíveis ilícitos envolvendo lavagem de dinheiro.	Cidadã comum e ré, p. 82, legenda	FD5
SD162	Novos relatos , como o do marqueteiro João Santana e do empresário Marcelo Odebrecht, apontam pagamentos via caixa dois. Esses casos devem ficar com o juiz Sérgio Moro	Cidadã comum e ré, p. 82, legenda	FD5
SD163	O ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró disse em delação que Dilma sabia da propina envolvendo a refinaria de Pasadena. O caso será reaberto	Cidadã comum e ré, p. 82, legenda	FD5
SD164	O MP do DF vai investigar a responsabilidade de Dilma nas pedaladas fiscais de 2014	Cidadã comum e ré, p. 82, legenda	FD5
SD165	ÚLTIMAS CENAS A carta assinada por Ricardo Lewandowski e Renan Calheiros notificando Dilma do impeachment e a ex-presidente em seu último discurso: fim de um governo perverso	Cidadã comum e ré, p. 82, legenda	FD4, FD5
SD166	Dilma viajará, isso sim para prestar muitos esclarecimentos à PF e à Justiça , uma vez que o Ministério Público Federal do DF decidiu analisar a sua responsabilidade específica em relação ao ano de 2014: os investigadores querem saber se as manobras fiscais foram feitas para maquiagem de contas com o objetivo de ganhar a eleição.	Cidadã comum e ré, p. 83	FD5

SD167	CURITIBA COMO DESTINO Além das pedaladas, Dilma ainda tem de enfrentar a Lava Jato. Ela é investigada em um inquérito no STF sob a suspeita de tentar obstruir a operação por meio da nomeação de Marcelo Navarro ao cargo de ministro do STJ, segundo a delação do ex-senador Delcídio do Amaral, revelada por ISTOÉ.	Cidadã comum e ré, p. 83	FD5
SD168	Outras delações em negociação podem implicar-lhe ainda mais , só que esses casos provavelmente ficarão nas mãos do juiz Sérgio Moro. E lá vai Dilma comprar passagem aérea para Curitiba.	Cidadã comum e ré, p. 83	FD5
SD169	O ex-marqueteiro petista João Santana e sua mulher Mônica Moura, já disseram a Moro que dívidas da campanha de Dilma em 2010 foram pagas por meio de caixa dois pelo empresário Zwi Skornicki, lobista com atuação na Petrobras – Santana recebeu em uma das contas secretas na Suíça o total de US\$ 4,5 milhões.	Cidadã comum e ré, p. 83	FD5
SD170	Dilma era presidente do conselho de administração da empresa e aprovou a transação, em 2005. A refinaria rendeu muito: não produtos mas propinas a políticos e funcionários da estatal.	Cidadã comum e ré, p. 83	FD5
SD171	Humor do impeachment	Humor do impeachment, p. 92, título	FD9
SD172	Conhecido e celebrado, o bom humor do brasileiro brilha até nos momentos de dificuldade. E não seria diferente diante do impeachment de Dilma Rousseff	Humor do impeachment, p. 92	FD6
SD173	AS PÉROLAS DE DILMA QUE NÃO DEIXARÃO SAUDADE	Humor do impeachment, p. 93	FD4, FD7

APÊNDICE D – SDs *CartaCapital*

Número SDs	Seqüência Discursiva	Texto	Formações Discursivas
SD174	A FARSA TRÁGICA Esta solenidade mais se assemelha a um enterro	Capa	FD1, FD9, FD10
SD175	A INTELIGÊNCIA IMPOTENTE O impeachment de Dilma Rousseff leva a uma conclusão inevitável: um país que admite um golpe desta natureza carece de saúde mental	A inteligência impotente, p. 16, título e linha de apoio	FD1, FD9

SD176	Quem ainda dotado de um resquício de espírito crítico embora dado à autoflagelação, se dispôs a assistir às sessões de segunda 29 e terça 30, derradeiros quadros do ato da farsa trágica intitulado <i>Impeachment</i> , o segundo, provavelmente terá de cair em depressão profunda	A inteligência impotente, p. 16	FD1
SD177	O conjunto da obra imposto ao País, desde a eclosão do escândalo da Petrobras até os dias de hoje ao longo de um enredo tortuoso e apavorante na sua insensatez , levará aquele cidadão, peculiar em relação à maioria, a se render à evidência: o maior problema do Brasil, muito antes do desequilíbrio social e da corrupção, é o quociente da inteligência baixo, baixíssimo.	A inteligência impotente, p. 16	FD9
SD178	Um país que se permite um golpe desta natureza carece de saúde mental.	A inteligência impotente, p. 16	FD1
SD179	No palco o espetáculo engloba a plateia por inteiro , mesmo que muitos se suponham meros espectadores , e representa um povo primitivo, da cúspide da pirâmide à base.	A inteligência impotente, p. 16	FD9
SD180	Ao cidadão ainda em condições de exercer o espírito crítico há de doer entre o fígado e a alma a forma pela qual a prepotência vinga e o cenário se aquieta, como se a farsa trágica em andamento fosse a obra dos fados, gregos, obviamente.	A inteligência impotente, p. 17	FD9
SD181	Está claro, de todo modo, que o golpe de 2016 é infinitamente mais grave que o de 1964 . Este provocou reações fortes, criou uma resistência e até uma luta armada, além do anseio de democracia autêntica, como jamais se dera até então, passível de ser atingida tão logo se fossem os ditadores.	A inteligência impotente, p. 17	FD1
SD182	O golpe destes dias devolve o Brasil aos tempos mais remotos e demole inexoravelmente todos os avanços ocorridos depois de 1985.	A inteligência impotente, p. 17	FD1
SD183	A eleição de um ex-metalúrgico à presidência da república pareceu a prova da democracia conquistada . Pareceu ...	A inteligência impotente, p. 17, legenda	FD1
SD184	Aquele momento aparentou ser a prova da habilitação do Brasil à prática da democracia.	A inteligência impotente, p. 17	FD1
SD185	Imaginar que a farsa trágica se encerra com o <i>impeachment</i> é ilusão ou parvoíce. Não faltam escribas para outro ato, o terceiro, grand finale , e nele Lula é excluído à força da disputa presidencial de 2018.	A inteligência impotente, p. 18	FD6, FD9, FD10

SD186	O golpe, ao rasgar a Constituição manda, as favas o presidencialismo republicano para substituí-lo pela lei do mais forte.	A inteligência impotente, p. 18	FD1
SD187	Botões atentos responderão que prisão de Lula é perfeitamente possível, se não provável, já que a quadrilha manda, a mesma que precipita o impeachment de Dilma Rousseff sem prova de crime de responsabilidade.	A inteligência impotente, p. 18	FD1
SD188	Aos meus botões pergunto, contudo, se não teria sido melhor dirigir-se ao povo brasileiro para ler, pacatamente, mas sem retoques, a ficha criminal daqueles que se arvoraram a julgá-la.	A inteligência impotente, p. 18	FD1
SD189	Não lhe faltou energia para aguentar dois dias de uma pantomina celebrada para tornar a decisão tomada faz meses, e prolongada conforme um ritual ibérico, tão inútil quanto humilhante	A inteligência impotente, p. 18	FD9
SD190	Dilma teve de suportar situações deploráveis, recheadas pela retórica mais hipócrita, pelas lacunas culturais dos interrogadores , frequentemente pela lida difícil com o vernáculo, e pela aterradora atuação do presidente do STF, Ricardo Lewandowski avalista do desastre.	A inteligência impotente, p. 18	FD9, FD10
SD191	Abjeta tentativa de se mostrar como varão de Plutarco, enquanto participa de um crime, este sim irrefutável.	A inteligência impotente, p. 18	FD1
SD192	Em sua defesa da presidenta afastada, dia 25 de agosto, o professor Belluzzo não deixou de apontar o erro grave, e nem por isso passível de punição pelo impeachment.	A inteligência impotente, p. 19	FD1
SD193	A gritaria e os fogos ouvidos no encerramento do segundo ato da farsa trágica são próprios da festa da pobreza de espírito.	A inteligência impotente, p. 19	FD9
SD194	E FEZ-SE O CAOS	E fez-se o caos, p. 20, título	FD10
SD195	O golpe atinge seu primeiro objetivo. Há outros, está claro. No mais, o Brasil trafega na treva cada vez mais densa	E fez-se o caos, p. 20, linha de apoio	FD1, FD10
SD196	Pelos próximos dois anos e quatro meses, ao menos se não houver surpresas na Justiça Eleitoral, o amanhã será de Michel Temer. Um governo no qual milita muita gente andando “de lado e olhando pro chão”, como Chico cantava na ditadura, e ao qual já há certa resistência popular, como se viu em manifestações em várias cidades a pedir “Fora Temer” logo no dia da posse definitiva dele.	E fez-se o caos, p. 21	FD1, FD10

SD197	Temer recebe o sinal verde de Aécio Neves e responde com sorriso e piscadela, como a dizer “viu, viu, conseguimos”	E fez-se o caos, p. 21	FD1
SD198	Equador e Bolívia chamaram seus embaixadores de volta, a Venezuela resolveu congelar as relações diplomáticas com o Brasil, tudo obra de quem vê com reservas o <i>impeachment</i> , classificado “golpe de Estado” por Cuba como óbvia constatação	E fez-se o caos, p. 21	FD1
SD199	Por obra de cicatrizes e turbulências imaginadas há tempos, fica mais fácil de entender por que não havia euforia quando 61 senadores cassaram Dilma às 13h35 da quarta-feira 31 (eram necessários 54 votos, do total de 81). Idem para a cerimônia de dez minutos em que Temer fez os juramentos devidos naquela tarde. Cenário oposto ao da cassação de Fernando Collor, em 1992	E fez-se o caos, p. 21	FD6
SD200	O novo presidente, “homem das sombras” , como diz Der Spiegel, pretende lançar um pacote de medidas para cativar mercado e empresários	E fez-se o caos, p. 21, legenda	FD10
SD201	As linhas gerais das propostas de Temer já são conhecidas. Foram anunciadas em cadeia de rádio e tevê na quarta 31, à noite, com o peemedebista a vestir o tenro preto da cerimônia no Senado. Um pacote feito para cativar o coração de empresários e do “mercado”. O presidente defendeu congelar por 20 anos gastos públicos como saúde e educação , proposta por ele enviada aos parlamentares quando ainda interino, e as reformas previdenciária e trabalhista , prometidas pelas autoridades para até o fim do ano	E fez-se o caos, p. 21	FD10
SD202	As reformas são objeto de truques retóricos de Temer. A trabalhista agora o presidente a batiza como “modernização”, “adequação da relação empregado-empregador”. Uma tentativa de fugir do impopular termo “reforma”. As intenções são iguais todavia. Permitir que, em negociações com os sindicatos, o empresariado possa contornar direitos previstos na CLT, na hora de contratar, parcelar férias e 13º salário por exemplo.	E fez-se o caos, p. 22	FD10
SD203	Sem risco para os juros da dívida, o “mercado” passaria a falar bem do País. Já o barateamento do trabalhador por meio da terceirização e reforma , ops!, “modernização” trabalhista, aumentaria os lucros do setor produtivo, esperança de empurrão em investimentos e contratações.	E fez-se o caos, p. 22	FD10
SD204	A turma do PIB merece as medidas urdidas por Temer desde o impeachment , em fins de 2015. Sem ela, o peemedemista ainda seria um vice “decorativo”. A indústria mergulhou no “Fora Dilma”. A Fiesp, federação	E fez-se o caos, p. 22	FD1

	do setor em São Paulo, apoiou a deposição e converteu sua sede em QG do impeachment. O motivo? Nada a ver com crime de responsabilidade, apenas divergências sobre quem deveria pagar a conta da crise.		
SD205	A elite econômica beneficiada pela agenda Temer liderou o impeachment , de acordo com o recém-lançado livro A Radiografia do Golpe, do sociólogo Jessé Souza, professor da Universidade Federal Fluminense e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(Ipea).	E fez-se o caos, p. 23	FD1
SD206	O “impeachment tabajara” foi marcado pela previsibilidade em quase quatro meses de duração no Senado . Desde o início ficou claro que o crime de responsabilidade imputado a Dilma por assinar três decretos orçamentários para praticar “pedalada fiscal” no Plano Safra era pretexto para acerto de conta.	E fez-se o caos, p. 24	FD1, FD9
SD207	Ex-aliados de Dilma também aproveitaram para um acerto de contas contra certas atitudes autoritárias que caracterizaram seu desempenho na Presidência	E fez-se o caos, p. 25	FD1, FD8
SD208	Apesar da previsibilidade, o último capítulo do impeachment trouxe uma surpresa. Dilma perdeu o cargo, mas salvou os direitos políticos , ao menos até segunda ordem do Supremo Tribunal Federal(STF).	E fez-se o caos, p. 25	FD9
SD209	O processo foi separado em duas votações . Uma sobre a cassação de Dilma, outra sobre sanções extras, como a perda dos direitos por oito anos. A petista venceu está última, foram 42 votos contra ela e 36 a favor . Eram necessários 54 sufrágios para derrotá-la, como na cassação	E fez-se o caos, p. 25	FD8
SD210	A dupla votação foi um pedido de Dilma na noite anterior, quando ficou claro que não conseguiria se salvar . Até ali, ela negociava com sete senadores dispostos a ouvi-la e apoiá-la, desde que unidos	E fez-se o caos, p. 26	FD3
SD211	O presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, apoiou o pedido de dupla votação . Parte do PMDB, notadamente alguns que balançaram entre o “sim” e o “não” no impeachment, também, como João Alberto Souza do Maranhão.	E fez-se o caos, p. 26	FD9
SD212	A continuidade dos direitos políticos de Dilma teria o objetivo de evitar a cassação de Eduardo Cunha, de cinto Louis Vuitton	E fez-se o caos, p. 26, legenda	FD9

SD213	Uma polêmica como o <i>impeachment</i> em si, destinada a ser resolvida pelo STF: cassação presidencial não implicaria automaticamente perda de direitos políticos?	E fez-se o caos, p. 26	FD3
SD214	Com sua ascensão, pela primeira vez desde a volta das eleições diretas em 1989, a direita do país da casa-grande e da senzala será hegemônica no poder.	E fez-se o caos, p. 26	FD10
SD215	Alguns movimentos sociais como os sem-teto prometem não dar trégua a Temer, e é por eles chamado de “golpista”. Um terço do País, segundo pesquisas, acha a mesma coisa. “Golpista é você”, disse Temer em sua primeira reunião ministerial, ao sugerir como a equipe deve reagir.	E fez-se o caos, p. 26	FD1